

A Defesa Nacional

N.º 641

JAN/FEV 1972

Neste número :

- Cavalaria: A Arma, as Missões e os Meios
- Caxias, o Homem e a Liderança
- Armas Nucleares Táticas e Estratégicas
- A FEB na Itália
- O Processo de Comunicação Social
- BR-236 A Rodovia de Integração do Acre
- Excertos da História de um Batalhão de Infantaria Sustentáculo da República
- Veterinários Biologistas das Forças Armadas Francesas

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 57º	Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev 1972	Número 641
------------	-----------------------------------	---------------

SUMÁRIO

	Págs.
CAXIAS, O HOMEM E A LIDERANÇA — Dra. Vilma S. Cardoso Monteiro	3
CAVALARIA: A ARMA, AS MISSÕES E OS MEIOS — Ten Cel Cav QEMA Nilson F. Mello	17
O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — Maj Inf QEMA Filadelito Reis Damasceno	25
A FEB NA ITALIA — Gen R/I Heileno Soares Castelar	33
ARMAS NUCLEARES, TÁTICAS E ESTRATÉGICAS — Ten Cel Art QEMA Kleber Frederico de Oliveira	47
INFLUENCIA DO SERVIÇO MILITAR INICIAL SOBRE O EXODO RURAL — Ten Cel Ney Eichler Cardoso	53
TBR-236, A RODOVIA DE INTEGRAÇÃO DO ACRE — Cap Eng QEM Luis Carlos Marques Nogueira	57
EXCERPTOS DA HISTÓRIA DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA, SUSTENTACULO DA REPÚBLICA — Gen Edm Epaminondas Ferraz da Cunha	65
VETERINARIOS BIOLOGISTAS DAS FORÇAS ARMADAS FRANCESAS — Tradução do Gen Stoessel G. Alves	99
COLPE DE MAO PELO AR — Tradução "Infantry in Vietnam" pelo Maj Inf Ney Salles	105
PLANEJAMENTO DA MUNIÇÃO NECESSÁRIA NAS OPERAÇÕES AEROTERRESTRES — Cap QMB Waldeck Nery de Medeiros	109
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ANTÁRTICA — Therezinha de Castro	113

INFORMAÇÕES

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PAÍS	117
REFORMA ADMINISTRATIVA — Maj Inf QEMA Omar Lima Dias	119
DOIS ANOS — Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso	127
NOSSOS LEITORES PERGUNTAM	133
A GUARNIÇÃO FEDERAL DO RECIFE HÁ 100 ANOS E SEU COMANDANTE — Maj Eng QEMA Cláudio Moreira Bento	135
MISSIL ROLAND — Trad. Ten Cel Paulo Eduardo	139

DE REVISTAS E JORNais

RIO COM SEDE	143
ANFÍBIO NACIONAL	143
PRODOSTE LEVARA ESTRADA A TODA A REGIÃO PRODUTORA	147
AS RIQUEZAS DO OCEANO	153
NOVA TECNOLOGIA PARA O COMÉRCIO — Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso	157

CAXIAS, O HOMEM E A LIDERANÇA

DRA. VILMA SANTOS CARDOSO MONTEIRO

Diretora do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Paraíba.

(Conferência especial para abertura da SEMANA DO EXÉRCITO, 1º Grupamento de Engenharia, 19 de agosto de 1971).

Cidadão, Soldado e Estadista; Conselheiro da Coroa, Presidente da Província, Grande do Império, Ministro de Estado, Presidente do Conselho de Estado, Barão, Conde, Marquês e Duque; agraciado com a Grã-Cruz das ordens brasileiras de Avis, Cruzeiro, Rosa e Pedro Primeiro; Fundador do Império, que viveu entre 1803 e 1820, Patrono do Exército Nacional.

A enumeração dos títulos de Luiz Alves de Lima e Silva, por si mesma, constitui prova de uma vida dedicada à ação e à liderança sobre os destinos do Brasil. No entanto, para o historiador que convive com os expoentes dos fatos brasileiros, que lê tudo o que lhe caí nas mãos em termos de comentário histórico, sempre ficam perguntas e o permanente desejo de perscrutar sózinho entre as veredas do tempo e as variações do espaço. Aí do estudioso de História que se debruça sobre todas as leituras e não dedica instantes para refletir; que nada descobre pela sua própria interpretação, mas que apenas aceita o que está impresso. História é mais do que condensação de fatos, muito mais do que memória prodigiosa ou expressão oratória fácil. História é, acima de tudo, crítica e interpretação inteligente sobre fatos incontestáveis. E é através dela, uma História que faz justiça a um grande vulto da Pátria, que vamos reviver a personalidade de Luiz Alves de Lima e Silva, trazendo-o aqui, para que todos nós sintamos sua presença e o reverenciemos com nossa homenagem que ressalta sua memória como exemplo que foi de cidadão fiel aos princípios da ordem e da paz, merecedor da primazia de Patrono do Exército Nacional. Hoje, um momento de reflexão e de exigências sobre os merecimentos dos homens e suas contribuições efetivas para a integração do nosso Brasil.

Ao receber a honrosa missão de estar presente a esta assembléia, segui a disciplina de trabalho intelectual a que há muito me impus: localizei mentalmente a personalidade de Caxias nos dois reinados

que o Brasil conheceu, traçando um esquema de estudo que teria de começar por algumas pesquisas bibliográficas. Durante vários dias, trasladando-me para a sua época, anônima e invisível, acompanhei-o em suas andanças, desde a Escola Militar até as mais árduas tarefas de campanha que enfrentou. Fomos — sim, eu fui também — à Bahia, onde em 1821 recebeu seu batismo de fogo: vi-o jurando a Constituição de 1824, pela qual lutaria durante toda a existência; em meio desse ano já estava na Cisplatina; em 1841 encerrou a revolução chamada de Balalada, no Maranhão; depois pacificou São Paulo e Minas; em 1843 envolvia-se na guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, disposto a solucionar uma guerra civil que exauria a província e o Império; luta contra Oribe e Rossas na Guerra Cisplatina e salva nossas vitórias já conquistadas na Guerra do Paraguai, depois das brilhantes batalhas de Tuiuti e Riachuelo, vencendo em Humaitá e entrando em Assunção.

Finalmente, reuni-me com seus biógrafos mais cuidadosos, Capistrano de Abreu, Hélio Viana e outros, para trocar idéias. E de todos os diálogos que mantivemos, analisando fatos da História do Brasil e revendo, principalmente o 1.º e o 2.º Impérios, uma observação precisa ser registrada em primeiro lugar: quando passava a a que reúne os artistas, os heróis, os músicos, os escritores e os poetas, um título me atraiu: os guerreiros. Tomei o livro para observar quais as biografias que o autor escolhera, o que significava concluir sobre quais os líderes militares que julgou terem sido os mais destacados. E a sequência é digna de nota: encontrei velhos amigos meus, aproximados nas páginas de um livro, como se estivessem cultivando um encontro em sala-de-estar, em extensa conversação cujo tema era estratégia e política de liderança em grandes Impérios, Estados e povos. Quem fôra convidado para essa reunião impar? Revi Alexandre, Aníbal, Júlio César, Atila, Nelson, Napoleão e Caxias. Constatou-se mais uma vez que o simples índice de um livro pode titular um personagem da História, quando conceitua, implicitamente, uma triagem de valor e importância. Para Caxias, ali está mais um título, pouco repetido: não só um grande vulto brasileiro, mas um dos maiores personagens da História de todos os tempos e das dificuldades de todos os lugares. Eis um aspecto que o Brasil tem de impor ao mundo, juntamente com sua elevação política, econômica e social, a da sua História, com fatos e personagens que superam o âmbito do particular ou regional, para honrosa inclusão na História Geral da Humanidade. Quanto ao Duque de Caxias, como exemplo, é necessário que nós mesmos o conheçamos melhor. Não somente pelo que fez, não somente como agiu, mas também as origens de sua energia, os pilares formadores de sua liderança, enfim, o conjunto de sua personalidade, principalmente quanto à sensibilidade, inteligência, discernimento. Homens que

marcam a História da Humanidade não se pertencem e o gênio é um ser humano fora de rotina. Como é que vive? Ama? Sofre? Tudo o que soubermos ainda será pouco, para uma História que hoje não se faz mais só no ritmo da política, mas que almeja decifrar a cultura, a época, o Homem.

Fisicamente Luiz Alves de Lima e Silva era um homem de boa aparência e estatura, com saúde bem normal e bastante vigorosa. Sómente quando sexagenário passou a sofrer amputadas vêzes, com períodos bem caracterizados de padecimentos físicos, assim mesmo como consequência dos anos vividos e das lutas travadas. Ainda assim, aos 63 anos, em plena Guerra do Paraguai, subscritou mensagem em Curupaty, mostrando a excelência do vigor físico, quando diz: "Exmo. amigo. Estimarei que esteja bom e mais descansado do que eu, que há 5 dias não tiro as botas".

Nascido de uma família voltada para os serviços militares, em nome da ordem e da paz, seu pai foi Marechal-de-Campo e Senador do Império; pelas suas mãos, no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, a 2 de dezembro de 1825, o recém-nascido Príncipe Imperial D. Pedro de Alcântara, o futuro D. Pedro II, foi apresentado à Corte. Seguindo uma tradição que distinguiu a família Lima e Silva, Luiz Alves, nosso Duque de Caxias, assentou praça de cadete aos cinco anos, dispensada a idade legal por ato do Príncipe Regente. Egresso da Academia Militar em 1820, portava conhecimentos bem aproveitados: sabia Francês, Inglês e Alemão; assenhoreara-se de sólidas informações em torno da Matemática Superior, Astronomia, Cartografia, Química, Física, Arquitetura civil e de ponte, de portos e de canais, sem ter desprezado a História Natural e outras disciplinas.

A movimentação militar estêve portanto rodeando os primeiros estágios da formação de Lima e Silva e o seu ritmo, como fator adquirido por influência do meio doméstico, da tradição e dos estudos, juntou-se aos elementos naturais de sua personalidade, resguardando-lhe a opinião própria. Ao mesmo tempo em que era formado dentro dos limites da ordem familiar e dos princípios da nacionalidade, seu temperamento decisivo, e talvez mais enérgico, desenvolveu-se em maneiras individuais de discernir e atuar. Assim, constitui exemplo único na História do Império o fato de que Lima e Silva, quando Senador e colega do próprio pai, nas reuniões mais altas do Governo, ao entrar na sala de sessões a ele se dirigia para lhe tomar a bênção em público, em espontânea demonstração de respeito filial, mas nos momentos decisivos de debates e votação, desprendia-se completamente do genitor e agia de acordo com pontos de vista que emanavam de um conceito de valores independentes e critério de avaliação sobre os destinos do Império muito objetivo e seguro.

Em 1833 Lima e Silva formou sua própria família: casa-se com D. Ana Luisa Carneiro Viana, filha do Desembargador Paulo Fernandes Viana e de D. Luisa Rosa Carneiro Leão. Não é um casamento fácil. D. Luisa Rosa não quer que ele se realize e envida esforços para impedi-lo. Luiz Alves de Lima e Silva, porém, sempre soube querer; se determinava bem o que lhe parecia mais acertado no campo da luta, se soube como e quando sustentar um império e impedir que se fragmentasse, também não titubeou ao encontrar a companheira de todos os dias; em legítima demonstração de sensibilidade humana e envolvido por sólido e verdadeiro afeto por sua noiva, arrostou com todos os senões de D. Luisa Rosa e casou-se com Ana Luisa. As dificuldades que cercaram a realização do enlace, talvez ainda tivessem resultado em mais força de responsabilidades domésticas. Foi um casamento para durar. Mas também, passou por crises profundas, em que o sofrimento entrou naquele lar, tentando quebrantar sua firmeza. Senão, lembremos que D. Ana Luisa teve duas filhas e algum tempo depois o pequeno Luiz Alves de Lima e Silva. Com grande capacidade afetiva, o futuro Duque de Caxias envolveu as meninas com muito carinho; naturalmente, porém, quando nasceu o pequeno Luiz sua alegria de homem foi imensa, como humana necessidade de ver continuada sua própria vida e seu próprio sangue através de um filho varão. Pobre pequeno Luiz. Receptáculo de tantas esperanças e com uma vida pela frente, já em preparo para exercer papéis dignos dos pais que o educavam, desapareceu aos quinze anos. Pode-se imaginar o sofrimento do nosso Caxias? Pode-se, sim. Quem de nós ainda não sofreu a dor do desaparecimento de um ente querido? E Deus queira que sejam poucos os que têm a desdita de perder seu único filho homem, pois basta que tenhamos presenciado a tais quadros para que sintamos um quase descontrôle interior. O sofrimento, porém, não revoltou Lima e Silva, justamente porque sua forte personalidade ajudou-o a emergir do grande trauma. Desde então, maior ainda foi sua afetção por sua esposa e o carinho para com suas duas filhas. Marido e pai devotado, não deixou que as vagas das tempestades da vida o aliassem do seu lugar de apoio e chefe da família que construiu. Enquanto militar, diz-nos um dos seus biógrafos, aludindo à época posterior à perda do pequeno Luiz: "O futuro Duque de Caxias prosseguiu, depois, numa carreira ascensional, gloriosa e impressionante. Tinha uma missão divina a cumprir: sua espada manteria a integridade do território e a união das Províncias, como o queria a Constituição outorgada a 25 de março de 1824, e sustentaria a honra do Império nas lutas externas". Esse trecho fala muito da energia pessoal de um indivíduo, já que o recomeçar de uma existência, depois do embate traíçoeiro da desgraça, é suficiente para justificar um homem.

Entre os outros momentos em que o Duque de Caxias demonstrou pesar e tristeza afetiva, há um depoimento de próprio punho que

reveia a dor pela perda de um amigo; não sendo documento oficial destinado a contar nada à posteridade, mas uma simples carta dirigida a um companheiro de arma, tem para o historiador que procura descobrir a individualidade de um grande vulto, grande importância. Essa carta foi escrita também durante a Guerra do Paraguai e registra o seguinte:

"As poucas melhorias que ia alcançando com minha estada nestes lugares desapareceram, nos dias que tive de estar lá em baixo, em consequência do grande desgosto por que passei, pois bem sabe, que eu, além de sobrinho e cunhado do infeliz Barão de Suruhy, era seu verdadeiro amigo, desde a infância, e por isso avaliará a minha dor".

Era afetiva, sim. Sofria com as desditas dos amigos e deu provas de ter cultivado amizades profundas e verdadeiras, como testemunha sua imensa correspondência com Frederico Caldwell, companheiro de armas e também soldado valoroso. Daí o grande respeito que nutria pela vida humana. Militar de altos postos, jamais determinava atos que pudessem ser motivo de desnecessária agressão. Caxias cultivava a ordem, a autoridade e a união da Pátria, não a força. Isto significa que nem sua espada invencível, nem sua liderança de comando e nem a sua rara capacidade de planejar estratégicamente, o remeteram aos caminhos da violência que era o caminho certo, mas que a trilha comum nos primeiros tempos do Império, multiplicando-se em várias províncias. Pelo contrário, combateu-a de todas as formas. As suas próprias tropas proibia o abuso da violência e recomendava moderação e temperança. Um de seus biógrafos exemplifica o homem que comprehende e perdoa, dizendo, sobre a campanha do Maranhão: "Testemunha sua generosidade e espírito pacifista, o fato de que no decorrer da campanha assinou 12.000 indultos". E no Rio Grande do Sul, sabemos como agiu logo de inicio, em plena efervescência de ânimos, que se digladiavam em tumultos: baixou ordem peremptória no sentido de que nenhum prisioneiro fosse degolado, em quaisquer circunstâncias; isso porque a degola de prisioneiros era a regra mais comum entre todas as guerras partidárias; também na Guerra contra Rosas, no momento em que o ditador se encontrava em fuga para a Europa, Caxias desembarca em Palermo e se dirige para o quartel-general aliado para impor o seu nome e prestígio de representante do Brasil, a fim de interceder sobre a onda de vingança e sentenças sumárias de fuzilamento e decapitação dirigida contra partidários do regime derrotado e que, quase sempre, eram pessoas importantes e possuidoras de bens avantajados para proveitoso confiscio. Eis Caxias, defendendo o homem em terreno alheio; o homem que não é seu irmão de pátria, mas filho de Deus, irmãos por motivos mais altos.

Essa preocupação com o homem não fica circunscrita aos fatos de vida ou de morte; amplia-se para a ordem social de respeito

mútuo. Tanto que, das vezes em que se voltou para a administração, dentro ou fora do palco das guerras, deu provas de grandes descortinos, tendo em vista os elementos básicos de honestidade e moral, necessários aos poderes constituidos que queriam levar um povo à paz do seu trabalho, à alegria de sua vida familiar e ao desenvolvimento coletivo. Olhemos Caxias no Maranhão: 4 de fevereiro, vai chegando, com títulos de Comandante das Armas e Presidente da Província; passa 3 dias coligindo informações. Recusa-se ao envolvimento dos partidos. Pouco fala. Escuta. Pensa. E no dia 7 lança sua primeira proclamação em que diz: "deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condições da riqueza e da prosperidade dos povos". E começa a agir: descobre que a revolução maranhense, que vinha ferindo a sociedade e a economia regionais, podia ser sintetizada em duas palavras: crise de autoridade. Não lhe foi difícil, portanto, sentir o clima de insegurança que abalava cada família. Segue um lema que a si mesmo impôs: primeiro o homem, depois a luta. Assim, devolve a vida normal aos que não queriam a guerra, sob ação rápida em que investiga créditos suspeitos, paga dívidas legitimadas, combate a especulação e a usura, concede favores ao comércio desacreditado, cria um hospital maior e várias enfermarias para doentes e feridos, manda repor em seus lugares, valores e arquivos escondidos da depredação. Não havia começado a guerra e o homem comum, nela não envolvido diretamente, já pode viver, já pode progredir, já pode confiar.

Tal preocupação com o humano, repete-se várias vezes. Vejamos Lima e Silva no Rio Grande do Sul: cavalga pelos campos, conhece cada local e se constrange observando povoações inteiras com maioria de moradores velhos, doentes, ou formadas por mulheres e crianças; os homens válidos tinham partido para a luta e muitas vezes o alfanje da morte aproveitara-se das guerrilhas para ceifar pais, maridos, filhos e irmãos. Depois de pacificados os ânimos ordena então que o artesanato de todos os materiais comuns ao vestuário, bem assim como peças auxiliares, tais como arrelos e outros, de que o Exército precisava, fossem preparados nessas povoações, onde a carência de meios de vida, de subsistência e, consequentemente, de equilíbrio económico, era evidente.

A partir de 1855, enquanto Conselheiro de Estado e Ministro da Guerra, mais uma vez tem de administrar; sem nos demorarmos nas reformas realizadas diretamente na organização do Exército, criador que foi do organismo predecessor do Estado-Maior, vemo-lo remodelando seu Corpo de Saúde, para dotá-lo de melhores condições de atendimento; com uma visão surpreendente quanto a problemas ainda modernos, deixa sua marca imperecível nas elites governamentais, ao tentar melhorar as relações entre proprietários e trabalhadores do campo e incentivar a racionalização dos métodos agrícolas, tendo como objetivo tanto as melhorias de técnica, como a produção

multiplicada. E por que Caxias preocupa-se com isso? Porque é líder humano e generoso. Porque pacifica com a espada, usando-a só depois de apelar para o bom-senso; mesmo assim, ao fazê-lo, integra territórios entendendo que a Pátria é um todo, de províncias e governos, de terras, mas também de homens.

Em meio às tarefas administrativas e de guerra, poderíamos surpreender um Caxias político? Não. Positivamente não. O político verdadeiro é, quase sempre, ambicioso de poder e prestígio e isso é justamente o que Lima e Silva não profissionaliza no seu EU. Vamos folhear sua correspondência e colher seus desabafos pessoais: eis uma carta a Osório, onde está escrito e assinado: "Não se pode ser ministro neste tempo, meu amigo, porque os ingratos e os descontentes são muitos, pois não se pode contentar a todos os pretendentes, e rogo aos céus para que o Imperador se não lembre de mim para tal cargo, pois dêle não colho senão desgostos e despesas. E mesmo o perdimento de algumas amizades velhas, sem conservarmos nenhuma das novas, pois essas que vêm com a pasta, ficam com ela ou com quem a rege".

É um trecho que vale por uma lição; nêle o historiador percebe que a disciplina do servidor da Pátria roga a Deus para não ser chamado às lides políticas mais uma vez, mas deixa entender que, se for para ser útil, não discutirá; depois, outro dado da personalidade de Caxias, contido no valor que empresta às amizades verdadeiras, que não valem o sacrifício pelo cargo de alto posto político.

Encontramos agora outra carta, alude, também, às questiúnculas políticas do Brasil-Império e encerra desprezo pelas contundências banais e sem maiores objetivos, como chamaria depois, "guerras de alfinétes" para quem combateu com mil espadas. A mensagem é para seu amigo Caldwell e vem do Paraguai: "Aqui vou lutando com um sem número de dificuldades, enquanto aí pensam que estou em leito de rosas".

Mas talvez que a melhor lição de despreendimento sobre prestígio político esteja em seu testamento, em que determina a dispensa de todas as honras nobiliárquicas a que tem direito, para ser conduzido ao campo-santo pelas mãos de seis soldados rasos, mas que sejam homens de bem, de honestidade, de comportamento e disciplina militar sem mácula.

Durante sua brilhante carreira, porém, teve de exercer várias funções de chefe político; em regiões em guerra, usou-a para alcançar objetivos planejados de aproximação de partidos em conflito, como é o caso da reorganização de comando para a Guerra do Paraguai, quando entregou chefias a farroupilhas já pacificados. Como esse ato tumultuou o cenário político da Corte! Em contrapartida, como souu bem para a união gaúcha, desmanchando os últimos resquícios de ressentimento entre vitoriosos e derrotados! Além disso, evitou

que os da fronteira se esquecessem de que seu solo pátrio, para quem devia pender a vitória, era o Brasil. Se os paraguaios alimentavam esperanças de levantar de novo o Rio Grande do Sul contra o Império, de uma vez por todas estancaram em perdida pretensão!

Fora da campanha, no Ministério como no Senado, revela uma atuação política comedida e pensada, com alguns arroubos de impaciência, que guarda para si, ou apenas deixa transparecer em correspondência para amigos. Quando Senador, por exemplo, ao assistir o conflito político internacional com a Inglaterra, denominado "Questão Christie", há um momento em que escreve ao Visconde do Rio Branco, para declarar exatamente o que sente. Vejamos o correr de sua pena: está marcado no papel, com letra enérgica: "tenho vontade de quebrar a minha espada quando não me pode servir para desafrontar o meu País de um insulto tão atroz". Realmente, a atitude do Almirante inglês Warren, mandando apreender unidades mercantes nacionais, não agrada a Caxias que termina sua missiva com o seguinte parágrafo:

"Descreram-me, na cidadela, que o Almirante inglês teve a princípio o plano de tomar as nossas Fortalezas, mas que depois mudou para o de dar caça os navios brasileiros e tomá-los".

"Que tratantes?"

Vê-se logo que, desde o momento em que colhe conhecimentos na casa paterna e absorve experiências na Academia Militar, desde aquél dia bonito — 10 de novembro de 1821 — quando na Capela Imperial e em meio a sumtuosa cerimônia, vestido com os galões de Tenente da Guarda de Honra do Batalhão do Imperador, recebe a primeira bandeira do Brasil Independente, todo o desempenho de Luiz Alves de Lima e Silva, Marechal do Exército e Duque de Caxias, tem um só ponto de convergência: a liderança.

Procuremos auxílio de autores modernos, que tratam dos problemas de Chefia, e que estabelecem as qualidades essenciais de um líder. Se aqui viesssem, em suas medidas de liderança enumerariam: saúde física, capacidade técnica, cultura geral, visão, competência para decidir, justiça, respeito humano, coragem. Lima e Silva suporta qualquer confronto através de sua vida pessoal e de profissão. E onde essa liderança melhor se define é na energia do comando militar. Aí, qualquer expositor se perde em meio a tantos exemplos de clareza e acerto; na verdade, para ser completo, teria de analisar dois grandes períodos de reinados na História do Brasil, os particularismos regionais, de política e idéias de grande parte das províncias e a própria estrutura do Império. Nem mesmo é fácil selecionar exemplos: as circunstâncias de cada luta dão-lhe cores particulares, os campos de batalha diferem, os métodos de guerra multiplicam-se. Um traço, porém, é permanente: tenta a persuasão! Mas sua energia torna-se irredutível, quando o clima emocional da

revolta não cede ao apelo do bom-senso. Felizmente a palavra pacificadora transformou muitos conflitos graves em fracas dissensões, logo depois vencidas.

Uma das clássicas páginas da vida militar de Caxias, em que se miscigenam respeito pelo adversário e decisão de combatê-lo, é-nos narrada em duas cartas, documentos preciosos da não menos célebre revolução de São Paulo, trocadas entre Feijó e o Pacificador.

Diogo Antônio Feijó conhecia bem Caxias, a quem tivera como subalterno. Conhecia, e respeitava. Vendo-se em condição de divergente do Império, deve ter tido dificuldade em lutar contra um homem da envergadura moral e militar do Grande Líder. Tanto que lhe escreveu, iniciando a mensagem com frases amenas em que se pode até descobrir bom humor e urbanidade, dizendo:

"Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves de Lima e Silva seria obrigado a combater o Padre Feijó? Tais são as coisas d'este mundo..." — O texto da carta continha, na verdade, uma proposta de paz em termos pouco convenientes ao Império. Caxias não deixou de respondê-la:

"Ilmo. e Exmo. Sr. Diogo Antônio Feijó:

"Quando pensaria eu em algum tempo que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Antônio Diogo Feijó? Tais são as coisas d'este mundo..."

Logo adiante transparece toda a irredutibilidade de quem sabe o que lhe compete em decisão e ordem, quando continua:

"Não é com armas na mão, Exmo. Sr. que se dirigem súplicas ao Monarca, e nem com elas empunhadas admitirei a menor das condições que V. Excia. propõe na referida carta."

Na Guerra dos Farrapos está o melhor exemplo de flexibilidade de comando: descobrindo os métodos dos guerrilheiros, age de forma magistral: determinou razias que findavam em perseguição de revoltosos, mas não se apresavam os homens, seguravam-se os cavalos; depois, passou em revista as fazendas e estâncias, comprando todos os animais de montaria que encontrou; fez mais: ofereceu altos preços aos criadores uruguaios e argentinos, cortando as possibilidades de provimento aos insurgentes sem dinheiro. Acabou-se a mobilidade dos farrapos! Por outro lado, viu-se com 7.000 cavalos para transportar de São Lourenço para Pôrto Alegre: põe-se à frente da tropa, desvia a atenção dos revoltosos e, em corrida sem igual, chega ao seu destino. Em seguida, reformula a ordem dos combates, destacando colunas armadas mais ou menos no estilo dos combatentes da terra. É o comandante-em-chefe, combatendo farrapos pelos métodos dos farrapos. Essa capacidade de estudar o meio, as con-

dições de luta, a psicologia mesma dos combatentes adversários e, até mesmo de imitá-los, exige muita inteligência, decisão e estratégia. A verdadeira liderança exige uma sensibilidade quase à flor da pele, principalmente quando estão em jogo vidas humanas; suas situações agravam-se quando o comandante tem uma dupla responsabilidade: a de enviar seus homens ao encontro da luta, e talvez da morte, contra um inimigo que também não se quer ver dilacerado, porque não se tem ódio arraigado contra ele, quando se compreende um adversário envolvido em exaltação e bravura medidas pelas circunstâncias do tempo e política passageira de uma época. Caxias não quer exterminar. Assim, desarticula, desarma, corta condições de permanência no lado contrário, ao mesmo tempo que apela para a razão e acena com o indulto, a paz e o direito.

Quando os Farrapos mais insistentes mudam de tática e procuram a luta maior em campo aberto, usando inclusive do recurso das informações falsas sobre suas reais condições de combate, Caxias percebe a manobra e se prepara. Dá-se o mais impressionante encontro da guerra, em Poncho Verde. Os Farroupilhas, reunindo 600 homens armados e dispostos a uma decisão praticamente final, pensam abrir fogo contra 800 soldados imperiais. Lima e Silva mantém contingentes em manobras sigilosas e quando os rio-grandenses avançaram confiantes, debateram-se, não com 800 imperiais, mas com 2.500. Desde então a República de Piratini fadava-se à extinção. Um último combate, o de Porongos, em que a tática obedeceu ao fator surpresa, desencadeado que foi sob a tônica do choque que não permitia qualquer possibilidade de composição de defesa, a vitória se completa e o caminho do reencontro das famílias gaúchas resulta aberto.

Farroupilhas escreveu sua última página histórica em 1845 e Caxias contava então 42 anos. Mais tarde, em Humaitá e com 64, escreve a Caldwell: "Tenho trazido o inimigo todo para dentro da Fortaleza de Humaitá, onde o tenho encerrado, depois da fuga de López; e se nestes 15 dias não se renderem, assalto a Fortaleza, custe o que custar!" A mesma energia, a mesma força de decisão, mas é outro o sistema de luta. O do cerco apertado e vigilante; o da quebra de resistência pelo cansaço e até mesmo exaustão. Humaitá tinha de cair. Grandes problemas envolviam os interesses do Brasil depois do sério revés de Curupaiti. Que se temia? Vitórias já haviam sido registradas, com grande honra para o Império, tais como Riachuelo e Tuiuti. Ainda mais, o insucesso não era irreparável àquela altura. Quais as implicações? Eis onde a História pára e reflete; indaga por que foi e por que não foi. Se não tivesse havido a glória de Humaitá? Qual o destino da guerra? Basta a reflexão sobre a política da época para que se possa descobrir: 1.º, os chamados pacifistas do Prata, tendo à frente Urquiza, não deixariam de tirar bom partido

da situação; depois internamente, os pessimistas do Império Brasileiro, levantariam as vozes para maior tumulto da ordem; o nome do Exército e seu futuro, como órgão defensor e de controle, estavam em jogo. Bem vemos que há um conjunto que chamariam de "prestígio" pendendo na balança; juntadas as peças do desacerto, no mínimo o Brasil teria sido levado a um final de guerra pouco consistente e através de algum mediador que depois se arrogaria de importância e superioridade internacional sobre o nosso império. Que mais? Este mesmo império resistiria? Humaitá tinha de cair! Caxias sabia disso. Sabia, aliás, muito mais! Desde o começo da guerra, quando acompanhava de longe o seu desenrolar, estudava tudo. Procurava estar a par de todos os passos dados, pois tinha a certeza de que o Imperador o chamaria; conseguia cartas dos terrenos e das posições em que se localizavam os Exércitos e estudava. Quietos, na sombra de um Ministério que não o agradava, esperando a hora de agir. E ela souou em momento altamente crítico; quando o Brasil sofria o perigo da retirada, quando seu Exército estava mal tratado e mal provido, quando a esperança de leitos e soldados esvai-se na confusão. Bem diz o historiador Pedro Calmon: "O Imperador apelou para Caxias, considerado, desde a primeira hora, o único general com suficiente autoridade para dirigir a guerra sem vacilações e sem tropeços".

Nestas condições Caxias assumiu o comando: lutou com epidemias, com o mal das comunicações precárias, com o desgaste de provimentos deficientes, com a falta de transportes; e sempre sob o fogo inoportuno do inimigo. Mas chegou a Humaitá, fechando-a em envolvimento cerrado, ao mesmo tempo em que criou condições de contato permanente com a base de Passo da Pátria. Emboscadas, avanços sobre pontos inesperados, arrojo de oficiais e soldados, e Humaitá viu-se presa. Os paraguaios ainda pensaram em abandonar a praça com a finalidade de alcançar o caminho do rio, que parecia deserto; jogam-se ao seu encontro, à procura de suas casas, mas era tarde. Foram barrados pelos homens que ocupavam o Chaco. Logo depois Humaitá capitulou, com as honras devidas, mas com 1.327 paraguaios quase mortos de fome.

É certo que Caxias perdeu muito tempo na redução de Humaitá, deixando de abandoná-la para se dirigir mais depressa para Assunção? Não ouçamos os comentários maldosos dos políticos da época! Observemos esse feito militar dentro de medida também militar: o que era próprio, ou pelo menos tradicional para a época? A emoção, o arrebatamento e a vangloria. Principalmente para quem assistia a guerra: e há muita distância entre o criticar e o fazer. Técnicamente, o mais usual era o cerco, o envolvimento e os combates conjugados. Tudo rápido e brilhante. Mas uma guerra, para criar vitórias exige arte, paciência e atitude prudente. A frase do "cheguei,

vi e venci" é fácil de ler; mas vai-se analisar... e a velha guerra da Gália absorveu anos e anos! Os críticos da imprensa, os maliciosos da política do Império, o ceticismo dos pessimistas, não sabiam que é muito fácil dizer mal de uma luta, quando não se está nela. Mas Caxias, militar inteligente e experimentado, soube medir o terreno, a incógnita dos efetivos inimigos, a falta de contingentes armados para múltiplas e rápidas ofensivas. Teve paciência, soube contar as horas e desferir o golpe mortal no ponto certo e na hora aprazada. E abriu um caminho limpo para o desfecho final e glorioso.

Vencida Humaitá, nova tática de guerra também. Dessa vez, apela para seus conhecimentos de engenharia e intenta construir uma estrada através de região ingrata, e a duras penas. Para vencer o obstáculo do terreno alagadico, executa uma operação militar sem confronto com quaisquer métodos ou situações, das grandes guerras da História. Soma todas as armas e todas as forças; emprega a cavalaria, os infantes e a esquadra para que o terreno seja preparado, às margens do rio Paraguai; tiroteia com o adversário e constrói 10 quilômetros de passagem em 22 dias; desde aí, distribuiu a vanguarda e o material de guerra, enquanto a esquadra tomava a si a tarefa de transportar as últimas unidades. Inicia-se a "Dezembrada", repleta de heróis, com o destaque do grande Osório, ferido no mais ferrenho combate da guerra do Paraguai, depois da primeira de Tulu-tí; tombam oficiais de grande linha; sofrem soldados de todas as unidades, mas não se pode parar. Chegou o momento final da última tomada de contas. Caxias, de espada em punho, avançava à frente do 1º Corpo do Exército; não mais sob plano de paciência; agora, com o arrôjo de quem sabe que é chegada a hora.

Sobre a "Dezembrada" diz-nos a História que "tão ousada e de tal magnitude foi essa operação que López, chefiando pessoalmente o seu exército, não pôde conceber a massa de manobra que Caxias pudera conduzir. Levado por esse engano comete erros palmares: em vez de lançar toda a força de que dispunha, despacha efetivos parciais contra Caxias que os bate nas sanguinosas quanto violentas batalhas de Itororó e Avai. López fortifica apressadamente as elevações de Lomas Valentinas, as quais, atacadas de revés pelos brasileiros, proporcionaram uma das batalhas mais renhidas já travadas nas Américas, pois o chefe paraguaio percebe jogar sua derradeira cartada e manda seguir os combatentes por escalões especialmente industriados para fuzilar sem piedade aos que reagissem".

Quando Caxias teve certeza da derrocada final do Exército Paraguaio, fiel aos seus princípios de evitar inúteis ferimentos, abriu pausa para que o inimigo apresentasse rendição. Não López, o homem que almejava personificar a própria lei, não o autocrata absoluto a derramar entre os dedos as vidas, as fortunas e a paz de seus

súditos. Assim, ante a recusa do adversário, Caxias desfechou o último golpe, que ensejou a fuga do ditador sem Exército e sem esperança de possível vingança e que levou nosso Exército a Assunção do Paraguai, selando uma vitória justa e merecida, sobre uma causa de honra que engrandece o Brasil.

Eis a síntese. Eis o exemplo do líder que combate o Maranhão e dêle sai glorificado; que recebe ordens militares para reprimir São Paulo e é recebido sob o toque dos sinos e entre risos de Júbilo de Sorocaba; que leva a clemência e a justiça a Minas Gerais; que recebe ordens de acabar com a guerra do Rio Grande do Sul e cria o quadro imorredouro da última parada, em que os farroupilhas recebem a ordem: "Apresentar armas ao Sr. Barão de Caxias!" O exército obedece e se dissolve. Um Rio Grande que lhe tributou grandes honras, sem distinção de vencedores e vencidos.

Por suas vitórias na Guerra do Paraguai, o Império rendeu-lhe homenagens, concedendo-lhe o título nobiliárquico privativo de príncipes. Hoje, o Brasil inteiro saúda Lima e Silva, com muito mais razão. Só a História, através da perspectiva do tempo, pode reunir uma vida ao conjunto de uma época; pode avaliar ações e idéias pessoais à vista do seu significado no todo; pode tirar os fatos históricos, dignos de assim serem chamados, de acordo com a repercussão alcançada quanto ao momento e ao espaço. Nessa crítica nada fácil ou pouco exigente, Luiz Alves de Lima e Silva, Marechal do Exército e Duque de Caxias, é um homem que perdura. Não como simples nome em lista coletiva, mas como personalidade que fala alto por tudo o que foi em vida e por tudo o que fez por sua Pátria. Homem presente por suas ações; moderno, por seus ideais consolidadores da Independência, de integração territorial, de tranquilidade e progresso coletivos; exemplo de brasileiro temente a Deus e dedicado à sua família. A História o reconhece no encontro entre os grandes líderes do mundo e os brasileiros que ora travam batalhas novas contra a ignorância e o falso patriotismo, que lutam pela integração e pelo progresso, que suportam seu olhar e não temem sua espada, agradecem-lhe o patrimônio legado, sentem sua presença e repetem em todo o Brasil: nós te saudamos!

B I B L I O G R A F I A

VIANA, Hélio: Vultos do Império. Ed. Brasiliiana.

D. Pedro I e D. Pedro II. Acréscimos às suas biografias. Ed. Brasiliiana.
História do Brasil. Ed. Melhoramentos.
Estudos de História Imperial. Ed. Brasiliiana.
História Diplomática do Brasil.

POMBO, Rocha: História do Brasil. Ed. Melhoramentos.

CALMON, Pedro: História do Brasil. Ed. José Olympio.

SOUZA, Otávio Tarquínio de: História dos fundadores do Império do Brasil.
Ed. José Olympio.

DONATO, Hernani: Os Guerreiros. Ed. Brasiliiana.

UM AGRADECIMENTO E UM APELÓ

Ao iniciarmos mais um ano de atividades é com imensa satisfação que podemos informar aos nossos leitores que pelos estímulos recebidos e pela aceitação da nosso Revista, até o presente, vamos continuar nosso trabalho com redobrado entusiasmo para bem servir aos nossos assinantes e colaboradores.

Sendo a Revista uma publicação cujos fins não visam lucros, necessita para aumentar a sua tiragem, entre outros fatores, de um maior número de contribuintes. Nossa situação no limiar do ano é boa, pois atingimos a 1.263 assinaturas pessoais, 268 para Organizações Militares e 10 para Entidades civis, num total de 1.541 exemplares, afora os pedidos avulsos e o atendimento cortês do nosso intercâmbio.

Temos como um dos objetivos para o corrente ano o de elevar pelo menos até 2.500 o número de assinaturas. Para isto, contamos com o apoio daquele que engrandece a Revista com o seu trabalho discreto, altruístico e anônimo, e reconhecido como altamente eficaz — o nosso REPRESENTANTE. Para ele ficam aqui os agradecimentos da Revista e o apelo no sentido que nos ajude a lutar, para aumentar o número de contribuintes.

PROMOVENDO A REVISTA VOCÊ ESTÁ COOPERANDO PARA DIFUNDIR A CULTURA PROFISSIONAL MILITAR.

CAVALARIA: A ARMA, AS MISSÕES E OS MEIOS

Ten Cel Cav QEMA
NILSON VIEIRA FERREIRA DE MELLO

1. INTRODUÇÃO

Tem sido comum identificar-se a Cavalaria com o meio por ela empregado, na maior parte de sua história, para cumprir suas missões: o cavalo.

Essa identificação tem levado os menos avisados a conclusões falsas. Há os que julgam a Arma ultrapassada porque ultrapassado está aquêle meio tradicional de conduzir o homem ao combate. Assim, como a guerra não mais comporta o combatente a cavalo, não haveria mais Cavalaria.

A prevalecer essa idéia falaciosa, não deveríamos considerar infantes os modernos guerreiros que, sobre viaturas blindadas de transporte de pessoal, vão ao encontro do inimigo, ao invés de fazê-lo marchando sobre sandálias de legionário romano, ou borzeguins de combatente do Marne.

De qualquer forma, em termos de evolução do material, o carro de combate está para o cavalo, como a arma automática para o bacamarte, ou o míssil para a bombarda.

A história da Cavalaria — como, de resto, a de suas coirmãs — constitui-se de uma longa série de transformações e adaptações às mutáveis condições do campo de batalha. Essa evolução de meios e de formas de emprego não resultou de um mero esforço de sobrevivência face a fatores adversos, mas sim da comprovada permanência de determinadas necessidades em combate, as quais exigem certas características, próprias da Arma do movimento e da manobra. Na realidade, os modernos meios postos à disposição da Cavalaria, notadamente os blindados e helicópteros, vieram aumentar de muito suas possibilidades, acentuando suas características tradicionais.

Conquanto os cavalarianos muito se orgulhem das tradições de sua Arma, gloriosamente conquistadas sobre o dorso do "nobre amigo", não se ufanam menos dos êxitos obtidos pelas formações blindadas na 2.^a Guerra Mundial, herdeiras naturais da vocação manobreira da Cavalaria.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

É provável que o combatente montado tenha surgido como resposta à conveniência de se obter uma posição dominante sobre o adversário, na luta corpo a corpo. Essa categoria especial de guerreiros, utilizando elefantes, camelos, carros de guerra ou cavalos, adquiriu, a par da vantagem da dominância, extraordinária mobilidade e potência de choque.

Estavam assim delineadas as características que iriam propiciar o surgimento e o desenvolvimento da Cavalaria como Arma.

É curioso notar que o termo "Cavalaria" não deriva — segundo afirmam abalizados pesquisadores — do vocábulo "cavalo". Este animal era chamado pelos romanos de "aequidus". Cavalaria viria de "cava", espécie de lança longa com que eram armados os guerreiros que combatiam montados. Com a vulgarização do equídeo como meio de condução daqueles guerreiros, o próprio animal teria passado a se chamar cavalo e as formações de combatentes montados, de cavalaria.

Na Antiguidade, desenvolveu-se o emprêgo de massas de combatentes a cavalo com base nas características originais de mobilidade e potência de choque. Há alguns exemplos notáveis do emprêgo judicoso da Cavalaria nesse período histórico, como a batalha de Canae (216 AC). Aníbal, comandante cartaginês, não obstante sua flagrante inferioridade numérica face aos romanos de Varro (50.000 para 70.000), soube aproveitar suas frações de Cavalaria, comandadas por Asdrubal e Maharbal, para envolver e aniquilar o inimigo, logrando estrondosa vitória. Basta dizer que, ao final da batalha, os romanos tiveram 48.000 mortos e 13.000 prisioneiros, contra a perda de 6.000 cartaginenses.

Na Idade Média a arte militar definhou. Conquanto a História registre algumas campanhas de vulto, como as Cruzadas (*) e a Guerra dos Cem Anos (**), a batalha perdeu suas características de entrechoque de massas organizadas, acionadas por um Comando. A manobra, as preocupações táticas e o exercício da liderança não prevaleciam nos duelos — séries de combates individuais — nos quais os requisitos fundamentais eram a bravura e a destreza. Foi, todavia, uma era de absoluta predominância do cavaleiro na guerra, até que um fato novo viesse a modificar o panorama dos combates.

(*) As Cruzadas (1096 - 1291) constituiram-se de uma série de expedições militares (isto, ao todo) destinadas a libertar a Palestina do domínio muçulmano. Abrangendo um período de dois séculos, somente foram possíveis graças ao predomínio do espírito aventuroso da Cavalaria, instituição feudal de caráter militar voltada à defesa da fé cristã e à prática da caridade.

(**) A Guerra dos Cem Anos (1338 - 1453) foi um conflito entre a França e a Inglaterra, motivado pela rivalidade comercial entre os dois países, o apoio da França à Escócia e, sobretudo, pelo problema da sucessão da Coroa francesa quando da morte de Carlos IV (1328), à qual se apresentou como pretendente sucessor Eduardo III, da Inglaterra.

Tal fato ocorreu com o surgimento da bombarda, ancestral do canhão, na batalha de Crécy (1346), durante a Guerra dos Cem Anos. O fato novo, mais do que a eficácia do tiro daquele engenho rudimentar, determinou a dizimação da Cavalaria francesa diante dos quadrados da Infantaria inglesa. Crécy foi o túmulo de 1.200 nobre cavaleiros franceses, sucumbidos debaixo dos virotões dos arqueiros ingleses. A galharda confiança dos nobres de armadura e lança abalou-se com a possibilidade de serem derribados de suas montadas pelo impacto de simples bolas de ferro, ficando à mercê do mais humilde besteiro.

A reação da Cavalaria francesa foi no sentido de apear para combater. E é assim que, na batalha de Poitiers (1356), ainda na mesma campanha dos Cem Anos, apeia diante da Cavalaria inglesa, julgando estar aproveitando a experiência dolorosamente colhida 10 anos antes. O resultado foi nova e fragorosa derrota, ocasionando a captura de seu pai, João III, o Bom, pelo Príncipe Negro, filho de Eduardo III e assim conhecido pela côn de armadura que normalmente usava.

Estava assim criada a primeira dúvida sobre o emprêgo de uma Arma que, até então, movimentara-se com absoluto desembaraço no campo de batalha.

Mas, a Guerra dos Cem Anos não iria terminar sem antes se restabelecer a forma adequada de emprêgo das massas de Cavalaria. Curiosamente, foi uma jovem camponesa de Domrémy, na Lorena, quem iria oferecer os ensinamentos corretos para a utilização das massas de combates montados. Joana d'Arc, de apenas 20 anos de idade, mostrou que, se era temerário carregar contra o inimigo abrigado, era ainda mais insensato apear diante de suas formações a cavalo. Iluminada pela fé e exaltada pelo sentimento de libertar sua pátria da invasão inglesa, essa donzela conseguiu levantar o cerco de Orléans e conduzir Carlos VII à sagrada em Reims (1429), através de vitórias colhidas, ora carregando contra o inimigo em campo raso, ora combatendo palmo a palmo contra posições fortificadas.

Com o passar do tempo, aperfeiçoou-se o armamento e firmou-se a importância do fogo no campo de batalha. Não obstante, havia cavaleiros que insistiam em apresentar-se nos combates em elegantes formações de parada. Julgavam a bala traíçoeira, pois era, muitas vezes, disparada por mãos cobardes que não ousariam enfrentar, de perto, os que feriam. Tal procedimento comprometia a credibilidade da Cavalaria como instrumento da vitória e iria, em breve, determinar nova revisão do seu emprêgo.

De novo a reação que se seguiu pecou pelo exagero. Impressionada com a importância do fogo no combate, a Cavalaria jogou fora suas lanças e armou-se de pistolas. Os Esquadrões, antes impetuo-

samente lançados ao "entrevero", passaram a "marchar" para o inimigo, executando uma bizarra manobra denominada "o caracol". Essa espécie de "carrossel" consistia em dispor os Esquadrões em linhas sucessivas de sorte que, ao aproximar-se a primeira do adversário à distância do tiro de pistola, os cavaleiros disparavam suas armas e infletiam a direita e a esquerda, deixando o campo livre à segunda. O processo prosseguia até alcançar-se suficiente desorganização do dispositivo inimigo que permitisse o assalto final, a fio de espada.

É óbvio que essas descargas de pistola não causavam o efeito desejado, ao passo que o prolongado desfilar de cavaleiros diante do adversário ocasionava mais baixas do que a carga fulminante. De qualquer forma, representava um abandono da mobilidade da Arma que fazia definhlar o espírito tradicionalmente ofensivo dos cavalrianos.

O verdadeiro papel da Cavalaria na batalha foi restaurado durante a guerra dos Trinta Anos (*), através de um rasgo de audácia de um jovem general. Na batalha de Rocroi (1643), o Príncipe de Condé, diante de uma situação desesperada, lançou seus Esquadrões sobre as alas e a retaguarda do dispositivo do inimigo, destroçando o esôc da Infantaria espanhola.

A partir de então, tendo se reencontrado com suas missões características de Arma móvel e fadada às ações decisivas, a Cavalaria mantém seu lugar no campo de batalha, a despeito do fogo. Afinal compreenderam os Chefes militares que, se explorassem convenientemente sua mobilidade, sua passagem na zona dos tiros eficazes do inimigo era extremamente curta, nunca superior a dois ou três minutos. E quando ela entrava nessa zona, a ameaça que representava já era tão próxima que o inimigo freqüentemente decidia-se a fugir sem atirar.

Durante o último quartel do século XVII e todo o século XVIII, a Cavalaria conservou integralmente sua mobilidade e capacidade manobreira, a despeito do fogo. Este, aliás, não atingia grande profundidade no campo de batalha; mesmo durante a fase áurea de Napoleão, o alcance dos canhões era de 400 metros e dos fuzis 200 metros. Não obstante, não se negava mais a importância do fogo no combate. A manobra, bem como a carga e o assalto, eram etapas na busca da vitória, porém sempre acompanhadas do necessário apoio dos tiros das armas de todos os calibres.

Mas, à medida em que o combate frontal tornava-se mais pernoso, devido à saturação do fogo no campo de batalha, a manobra

(*) A guerra dos Trinta Anos (1618-1648) envolveu a maioria dos países da Europa. Originada na interpretação facciosa das cláusulas da paz religiosa de Augsburgo, deu margem à criação de duas ligas opostas, a "evangélica" e a "santa". Como sempre acontece nesses casos, os princípios espirituais em jogo degeneraram em ambigões de poderio dos soberanos europeus.

de ala, em busca dos flancos e da retaguarda do inimigo, crescia de importância. Essa concepção da guerra, na qual Napoleão foi mestre insuperável, favorecia o emprego da Cavalaria.

E o grande gênio militar soube explorar magistralmente as inúmeras possibilidades da Arma do movimento, em todas as fases da batalha. Constituindo grandes massas de Cavalaria, empregava-as em missões de exploração e segurança, de forma a conhecer as intenções do adversário e prover-se da indispensável liberdade para tomar seu próprio dispositivo. Durante a batalha, fixava o inimigo e o desgastava para, com seus dragões, couraceiros e hussardos, envolvê-lo e desorganizá-lo, obrigando-o a empenhar suas reservas. Ao primeiro sinal de perda de capacidade de reação do adversário, dirigia o esforço decisivo para o ponto de ruptura e culminava a batalha com tenaz perseguição de sua adestrada Cavalaria. Assim foi em Austerlitz, Iena e Wagram, estréias de primeira grandeza na resplandecente constelação de vitórias do grande General.

Todavia, o Imperador não se descuidava de dotar tão precioso instrumento de sua glória de um adequado poder de fogo; ao contrário, dotou seus Esquadrões de mosquetões e somente os lançava ao "entrevéro" decisivo depois de conveniente amaciamento pelo fogo.

Após esse período aureo da Cavalaria, nova crise se apresentaria com o aparecimento da arma raiada e do canhão de retrocarga. Com o aumento da precisão e da rapidez do tiro, a Arma do movimento novamente iria se deixar dominar por uma exagerada preocupação com a segurança. No inicio da guerra Franco-Prussiana de 1870, a Cavalaria colocou-se freqüentemente muito próxima da Infantaria, quando não a reboque desta.

Essa letargia vai ser sacudida, pouco depois, pela Cavalaria alemã, em Metz. O 3.^o Corpo germânico, reduzido a poucos recursos e frente aos franceses mais numerosos e vantajosamente dispostos, via aproximar-se o seu fim. Nessas condições trágicas, o General Alvensleben decidiu empregar arrojadamente a Brigada de Cavalaria Bredow. Esta GU, perfeitamente coberta das vistas do inimigo, iniciou um movimento desbordante e caiu, de surpresa, sobre a Infantaria e as baterias francesas, derrotando-as numa fulminante carga, bem no estilo tradicional.

Essa ação restituui aos cavalarianos o sentimento das possibilidades de sua Arma, até que nova crise, resultante do aparecimento da arma automática, viesse a suscitar outras dúvidas sobre o seu emprego.

Durante o periodo que medeou entre 1871 e 1914, os exércitos, particularmente os europeus, preparam-se para aproveitar as possibilidades que se abriam com os novos armamentos. Alguns cava-

larianos, embalados pelas glórias do passado, de novo relutaram em admitir a necessidade de introduzir modificações substanciais no emprêgo da Arma montada. E, imbuidos do espírito do século anterior, saltaram alegremente a cavalo quando irrompeu a 1.ª Guerra Mundial, em agosto de 1914, ansiosos para reeditar as cargas do passado.

Porém, outro era o campo de batalha onde estrugia o arrebentamento das granadas e o matraquear da metralha. Até mesmo a Infantaria, menos vulnerável ao fogo das armas de tiro tenso, mergulhou nas profundezas das trincheiras que se estendiam dos Vosges ao Mar do Norte.

De um lado e do outro de um continuo e intrincado sistema de fossos, valas, túneis e rolos de arame farpado, os exércitos oponentes se mantinham estáticos, tendo de permeio uma faixa de terreno — a "terra de ninguém" — constantemente batida pelo fogo.

Neste cenário desolador, pouco havia para fazer com uma Arma de vocação manobreira. E eis a Cavalaria combatendo como Infantaria, cavando trincheira, lançando granada e batendo-se à baioneta. Para isso, foi sendo dotada de armamento mais pesado, incorporando a suas unidades frações de petrechos e de sapadores. Mas, nostálgica de suas verdadeiras missões, empenhava-se em patrulhas, alongava-se em reconhecimentos e provia segurança, toda vez que se lhe apresentava oportunidade.

Ainda durante o primeiro conflito mundial, surgiria um novo engenho que, progressivamente, iria restaurar a preponderância da guerra de movimento. O carro de combate transformar-se-ia no instrumento que devolveria a mobilidade e o poder de choque à Cavalaria.

Até o deflagrar do conflito de 1939 - 1945, os cavalarianos de diversos exércitos do mundo iriam oscilar entre preservar a Cavalaria dotada de seu meio tradicional de combate — o cavalo — ou tender para a sua total mecanização. Os grandes estudiosos da guerra, porém, de pronto vislumbraram nos blindados os herdeiros e continuadores naturais da gloriosa Cavalaria.

Conquanto no decurso da 2.ª Guerra Mundial ainda se registrasse o emprêgo de massas de combatentes montados, organizadas em GU, principalmente pelos poloneses e russos, o aperfeiçoamento dos carros de combate iria conduzir a sua predominância no campo de batalha moderno.

E se foi banido do combate o cavalo, nobre e fiel amigo de tantas e tão memoráveis campanhas, não desapareceu a Cavalaria, rediviva nas formações de blindados que restauraram seu poder de choque e aumentaram seu poder de fogo e sua mobilidade.

3. AS MISSÕES E OS MEIOS

O tremendo desenvolvimento atual da ciência e da técnica ocasionou alterações profundas na arte militar. Contudo, permanecem válidos os princípios básicos da guerra e continuam a se fazer sentir as necessidades fundamentais dos Comandantes de exércitos.

Assim, segurança, surpresa, economia de forças e flexibilidade ainda são princípios orientadores na busca da vitória. Da mesma forma, informações precisas e permanentes, cobertura, manutenção da iniciativa e reserva potente e móvel continuam a ser necessidades prementes de todo chefe militar.

A permanência desses princípios e dessas necessidades seculares põe em evidência a atualidade da Arma capaz de atender a uns e a outros. Com efeito, a Cavalaria, hoje como ontem, apresenta-se com aptidão para cumprir uma gama de missões que cobre todas as fases da batalha.

Pelo reconhecimento e a cobertura — missões que atualmente desempenha com maior efetividade e profundidade, graças aos modernos meios de que dispõe — está presente ainda antes do contato das massas oponentes.

Na batalha defensiva, sua potência enormemente aumentada, facilita-lhe retardar o inimigo, vigiar os flancos, tapar brechas e desferir potentes contra-ataques.

Na batalha ofensiva, suas características tradicionais, agora incrementadas, de mobilidade e potência de fogo e de choque, tornam-na naturalmente indicada para as manobras envolventes e as penetrações profundas no dispositivo do inimigo. Participa, ainda, com seus blindados, da ruptura da posição adversária e do aproveitamento do êxito subsequente.

Após a batalha, suas características e seus meios indicam-na para as missões de perseguição, em caso de sucesso, e de cobertura, no caso contrário.

Ai estão, sem dúvida, as mesmas missões tradicionais da Cavalaria. No presente, como no passado, cabe-lhe a honra de abrir e de encerrar a batalha, e dela participar efetivamente. O que mudou foram os meios, os quais, antes de restringir, vieram alargar suas possibilidades. Carros de combate, viaturas blindadas de reconhecimento, material eletrônico de comunicações e de localização de alvos, armamento potente e, até mesmo, meios aéreos como aviões leves e helicópteros, constituem o elenco de meios que asseguram a presença da Cavalaria no campo de batalha moderno, cumprindo as mesmas missões que fizeram dela incomparável instrumento da glória dos grandes Chefes de todos os tempos.

É de se notar, também, a surpreendente adequabilidade da Arma ao ambiente de guerra nuclear. Sendo a dispersão uma necessidade nesse tipo de guerra, acarretando a diminuição relativa da densidade

de ocupação do terreno, há maiores espaços para a manobra. A este aspecto favorável ao emprego da Cavalaria soma-se a proteção que a blindagem oferece contra os efeitos da explosão nuclear, sejam os do sopro, do calor ou da radiação, tornando-a menos vulnerável que as outras Armas que combatem desprotegidas.

Também na guerra de guerrilha a Cavalaria moderna apresenta-se com excelentes possibilidades. Sua capacidade de reunir-se e de atacar rapidamente, empregando inclusive helicópteros, a par da sua relativa invulnerabilidade aos tiros das armas de pequeno calibre e aos estilhaços de petardos, tornam-na extremamente apta para esse tipo de conflito.

4. CONCLUSÕES

A Cavalaria é tão atual na guerra moderna como o foi no passado. Hoje, como ontem, ela reconhece, sobre e combate, apenas utilizando meios que lhe aumentam de muito a eficiência.

O mesmo espírito audaz, desportivo e intrépido, que levava o cavaleiro a empuistar a lança e arrojar-se ao encontro do inimigo, anima o combatente blindado. O elmo do fidalgo medieval revive no capacete do tanquista, perpetuando a presença da Arma móvel na batalha, com todas as suas nobres e cavalheirescas tradições.

Antes de terminar este pálido esboço do que foi e do que é a Cavalaria, quero dirigir-me, em particular, aos meus companheiros de Arma.

O Exército desenvolve um grande esforço para modernizar-se. Está em curso de execução um plano de reaparelhamento que visa a dotar a Fôrça Terrestre de material capaz de elevar ponderavelmente seu grau de operacionalidade.

E preciso que nós, cavalarianos, nos coloquemos à altura do momento, não permitindo que um excessivo apêgo ao passado, ainda que nobilíssimo, prejudique a urgente evolução de nossa Arma.

Em breve, várias de nossas Grandes Unidades e Unidades estarão passando por uma radical transformação. Urge que nos preparamos, desde já, para essa eventualidade, dedicando-nos com afinco ao estudo dos inúmeros problemas que surgirão, particularmente os relativos à preparação de quadros, formados e experimentados na tradição hipomóvel, a fim de podermos colaborar efetivamente na sua solução.

A substituição do cavalo pelo carro de combate — engenho tipicamente de Cavalaria — não representa o abandono das verdadeiras tradições da Arma. Ao contrário, representa mais uma fase na evolução da Cavalaria em busca de sua maior eficiência em combate.

O “espírito da arma”, este forte sentimento que exalta, na alma da tropa, as virtudes cavalheirescas e viris de uma nobre estirpe, baseia-se nas características imortais da Cavalaria, preservadas e enriquecidas com os novos meios de que agora dispõe.

O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maj. Inf. QEMA
FILADELFO REIS DAMASCENO

I. INTRODUÇÃO

A Comunicação Social adquiriu tamanha importância nos dias atuais que ninguém tem o direito de ignorá-la sob pena de ser ultrapassado pelos acontecimentos. A sua contribuição às rápidas transformações presentes no mundo hodierno é indiscutível, a ponto de alguns pensadores caracterizarem o nosso tempo como "a era da Comunicação".

O crescente avanço tecnológico praticamente eliminou as distâncias entre os grupos humanos e qualquer evento poderá ser conhecido por todos, imediatamente, nas diversas regiões do globo terrestre. Outrossim, o progresso científico nos campos da Psicologia, da Sociologia e da Psicologia Social, permitiu um melhor conhecimento do Homem, das relações sociais, do fenômeno das lideranças e da dinâmica dos grupos, abrindo novos horizontes à humanidade.

Como consequência desses aperfeiçoamentos, a Comunicação, intercâmbio de idéias e emoções, sofreu uma intensa modificação. Muitas barreiras foram suprimidas, técnicas empíricas vitoriosas encontraram explicação lógica, enquanto muitas outras foram substituídas por princípios racionais e científicos.

O êxito sem precedentes alcançado pela Propaganda Política durante o apogeu do Nazi-Fascismo e, mais recentemente, na chamada Guerra Revolucionária, e a importância da Propaganda Comercial ou Publicidade no âmbito da empresa moderna, revelam o imenso poder da Comunicação sobre a opinião pública e o quanto somos por ela influenciados, nas nossas idéias, emoções, atitudes e comportamento.

O historiador do futuro, ao analisar as grandes transformações verificadas no mundo a partir da Segunda Guerra Mundial, como a Guerra Fria, a tomada de consciência do subdesenvolvimento, o esfacelamento do colonialismo, o anseio de mudança social generalizado, a doutrina social da Igreja e as viagens espaciais, creditará à Comunicação, sem dúvida alguma, um papel fundamental no desencadeamento desses fatos marcantes.

2. DEFINIÇÃO E FUNÇÕES DA COMUNICAÇÃO

A palavra "Comunicação" deriva do vocábulo latino "communis", que significa comum. Assim, segundo a origem do termo, para haver comunicação é imprescindível haver algo em comum entre as pessoas que se comunicam.

A definição mais simples encontrada é a seguinte: "Comunicação é a transmissão de alguma coisa, a alguém, através de símbolos". Devemos entender por "alguma coisa" o conjunto de idéias, informações, emoções, sentimentos, habilidades etc. Por "símbolos", conhecemos as palavras, gravuras, sinais, gráficos, gestos etc.

O processo de Comunicação é funcional, de ampla aplicação prática, auxiliando o Homem de diversas maneiras. Habilita-o a desenvolver a sua experiência através do conhecimento da alheia. Leva-o à compreensão da Sociedade e de sua posição nesta, através da análise de suas semelhanças e diferenças com os demais. Ajuda-o a adaptar-se ao meio e a melhor utilizá-lo em seu proveito, beneficiando-se dos contatos obtidos através da Comunicação.

Técnicamente, a Comunicação se desenvolve em dois níveis distintos: o **intencional** e o **desintencional**. No nível intencional, ela visa a mudança do comportamento do público e a Propaganda é a sua forma mais precisa. No nível **desintencional**, ela se limita a apresentar os fatos e a Informação é a forma mais representativa.

Sob esse prisma, a Comunicação apresenta-se sob três formas:

- **EDUCAÇÃO** — é uma parte do processo de socialização na qual são evidenciados o saber acumulado e os valores julgados importantes por certa sociedade. Tem como objetivo maior a transformação dos educandos em cidadãos úteis à coletividade.
- **INFORMAÇÃO** — é a apresentação de fatos, com a maior exatidão possível, deixando-se as conclusões para serem tiradas pelo próprio público. Assemelha-se com a Educação na função esclarecedora e difere frontalmente da propaganda no que se refere aos objetivos de ambas.
- **PROPAGANDA** — é a comunicação deliberadamente organizada com o objetivo de modificar o comportamento do público. Normalmente faz uso da persuasão e apela para a emoção.

O que distingue as três formas apontadas de Comunicação é, basicamente, a intenção ou o objetivo da Comunicação.

Na prática, todavia, é muito difícil perceber os limites entre as diversas formas de Comunicação e distingui-las de pronto. Assim, a simples seleção da Informação a ser transmitida, com a apresentação de fatos favoráveis e a omissão dos desfavoráveis, conduzirá aos mesmos resultados da Propaganda.

Sómente a análise criteriosa da Comunicação, a comparação dos fatos transmitidos com outros dados disponíveis e, sobretudo, certa dose de prudente desconfiança, poderão indicar a verdadeira finalidade daquilo que foi comunicado.

Uma boa norma a seguir, para termos a certeza de que são nossas as conclusões sobre a comunicação recebida, é resistir às conclusões apressadas e evitar a tendência de aceitar o novo, o original, a última palavra, a moda, como o exato e o correto. Assim procedendo, fugimos da sorte dos "robôs", tiramos o máximo benefício da Comunicação e nos resguardaremos dos seus malefícios.

3. OS ELEMENTOS BASICOS DO PROCESSO

Através da definição de Comunicação, apresentada linhas atrás, verificamos que o processo de transmissão de idéias comporta os seguintes elementos:

- O Comunicador — a fonte ou origem da comunicação.
- A Mensagem — aquilo que vai ser transmitido.
- O Públíco — o receptor da mensagem.
- Os Meios — o canal utilizado para a difusão.
- Os Bloqueios — os obstáculos surgidos no processo.

O diagrama abaixo elucidará a relação entre os elementos:

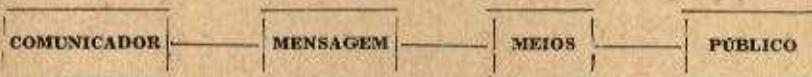


Fig. 1 — Os elementos básicos da Comunicação

Observa-se, pela análise da Figura 1, que o Comunicador transforma as suas idéias ou emoções na Mensagem, através do emprêgo de símbolos. A seguir, difunde a Mensagem até o Públíco, utilizando os Meios ou veículos de comunicação ao seu dispor. O processo, contudo é cíclico, contínuo, e sómente estará completado quando ocorrer o retorno do Públíco ao Comunicador, demonstrando que a Mensagem foi compreendida por aquêle.

4. FEEDBACK OU REALIMENTAÇÃO

A reação do público ou resposta ao comunicador, confrontada com a mensagem original, indicará se a comunicação foi obtida, isto é, se foi devidamente compreendido o que se pretendia transmitir. Quanto mais se assemelharem as duas mensagens, a de ida e a de volta, maiores serão as possibilidades de entendimento e de ter se concretizado a comunicação. A essa mensagem de retorno chamamos de "feedback" ou realimentação do processo.

Durante os contatos pessoais o "feedback" é imediato e poderá ser avaliado através das reações do público presente. Nos demais casos, porém, o seu exame é demorado e muitas vezes incompleto. As expressões "certo" e "entendido", empregadas largamente na telefonia, são exemplos simples de "feedback". Da mesma maneira, quando o professor indaga de seus alunos se há alguma dúvida a respeito do que foi ministrado, está provocando a resposta ou o "feedback".

É interessante observar que o "feedback" poderá ser expresso também por meio de uma forma não verbal, como os gestos ou as ações. O sacudir de cabeça denotando assentimento ou discordância, o aumento da venda de um produto após ser anunciado, ou uma agressão física em resposta a um insulto, são exemplos nítidos de "feedback".

5. OS BLOQUEIOS À COMUNICAÇÃO

Durante o desenrolar do processo de comunicação poderão surgir fatores que ajam no sentido de dificultar ou impedir a transmissão da mensagem. A tais óbices denominamos de "bloqueios" ou obstáculos à comunicação. Os bloqueios ocorrem em qualquer etapa do processo e poderão resultar de deficiências humanas, de falhas dos meios de difusão empregados ou ainda de medidas restritivas adotadas pelas autoridades.

Dentre as falhas humanas encontradas no comunicador ou no público, as mais comuns são as seguintes: inibição ou nervosismo, refletindo insegurança interior, o analfabetismo, a gagueira, a surdez, o desconhecimento de outros idiomas etc.

Como deficiências materiais dos meios de transmissão podem ser apontados: a baixa potência dos veículos, reduzindo o alcance, e a má apresentação gráfica da matéria impressa.

As medidas restritivas mais comuns, impostas pelas autoridades, compreendem a censura "a priori", a proibição de tomar conhecimento da imprensa estrangeira e a interferência internacional nos meios, como a criação de ruídos em determinada faixa de radiodifusão.

Não só ao elaborar a mensagem, como também no decorrer de todo o processo, deve haver uma constante preocupação no sentido de identificar e eliminar os possíveis bloqueios à comunicação. Sem esse cuidado essencial o processo poderá ser prejudicado e a mensagem nem sequer atingirá o público visado ou chegará ao mesmo com deturpação parcial ou total.

6. INTERAÇÃO ENTRE COMUNICADOR E PÚBLICO

O étimo da palavra "Comunicação" insinua, como constatamos, a necessidade de existir algo em comum entre as pessoas envolvidas no processo, isto é, entre o comunicador e o seu público.

Como consequência disso, surge como pré-condição para o estabelecimento da comunicação a identidade idiomática entre ambos. A linguagem desempenha um papel fundamental no processo de Comunicação Social. Se as variações semânticas e os regionalismos impedem ou dificultam o entendimento, entre pessoas que falam a mesma língua, o que esperar da comunicação entre indivíduos que se utilizam de idiomas diferentes?

Outro ponto a ser meditado é o emprêgo da gíria ou jargão por certos grupos sociais. Não seria tal procedimento uma busca de isolamento, consciente ou inconsciente, resguardando-se da curiosidade dos elementos do "grupo de fora"?

Para que a comunicação seja perfeita é preciso que o comunicador e o seu público possuam um repertório de experiências semelhantes, além do idioma comum. Ao elaborar a mensagem, o comunicador referencia o que pretende transmitir à própria experiência. As idéias e emoções são ajustadas à sua maneira de expressar-se, ao seu vocabulário, enfim, à sua personalidade. Os pensamentos são transferidos para a mensagem, através de uma codificação onde são empregados símbolos.

Ao receber a mensagem, por seu turno, o público procura interpretá-la ou decifrar o seu conteúdo, obedecendo a um processo similar ao usado pelo comunicador. Em síntese, o público igualmente adapta o significado da mensagem à própria personalidade.

Do exposto, depreendemos que a comunicação será tanto mais completa quanto mais se identificarem o linguajar e a experiência das pessoas interessadas no processo. Por isso é exigido do comunicador um elevado grau de empatia, a fim de que possa captar as opiniões, emoções e atitudes de seu público.

A utilização de preciosismos de linguagem, o abuso no emprêgo de termos técnicos, a abordagem de assuntos inoportunos ou desinteressantes e o enfoque sob ângulos originais e que fujam a compreensão do público, são fatores que dificultam grandemente o desenrolar do processo. Como resultado dessas falhas, o comunicador é tachado de "desligado", "alienado" ou de estar "por fora". Por outro lado, o emprêgo de uma linguagem acessível à maioria e a abordagem de temas atuais e palpitantes conduz a uma fácil aceitação pelo público e premia com um alto índice de IBOPE.

Outra consideração importante a ser destacada é a de que a comunicação visa, em última instância, o entendimento da mensagem por parte do público e não, necessariamente, a concordância deste com o conteúdo da mensagem. O público é livre para analisar a mensagem e decidir, segundo ditames de seu fôrro íntimo, se a rejeita por completo ou se a aceita total ou parcialmente. Con-

vém notar que as rejeições são mais freqüentes quando nos defrontamos com a Propaganda, visto que a Educação e a Informação, honestas, pelos próprios objetivos, não visam a violentar consciências.

7. DIAGRAMA DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Apreciados sucintamente os principais elementos do processo de Comunicação, poderemos agora apresentar uma visão global do mesmo, para compreendermos o seu mecanismo. A figura n.º 2, exposta a seguir, facilitará o entendimento do processo:

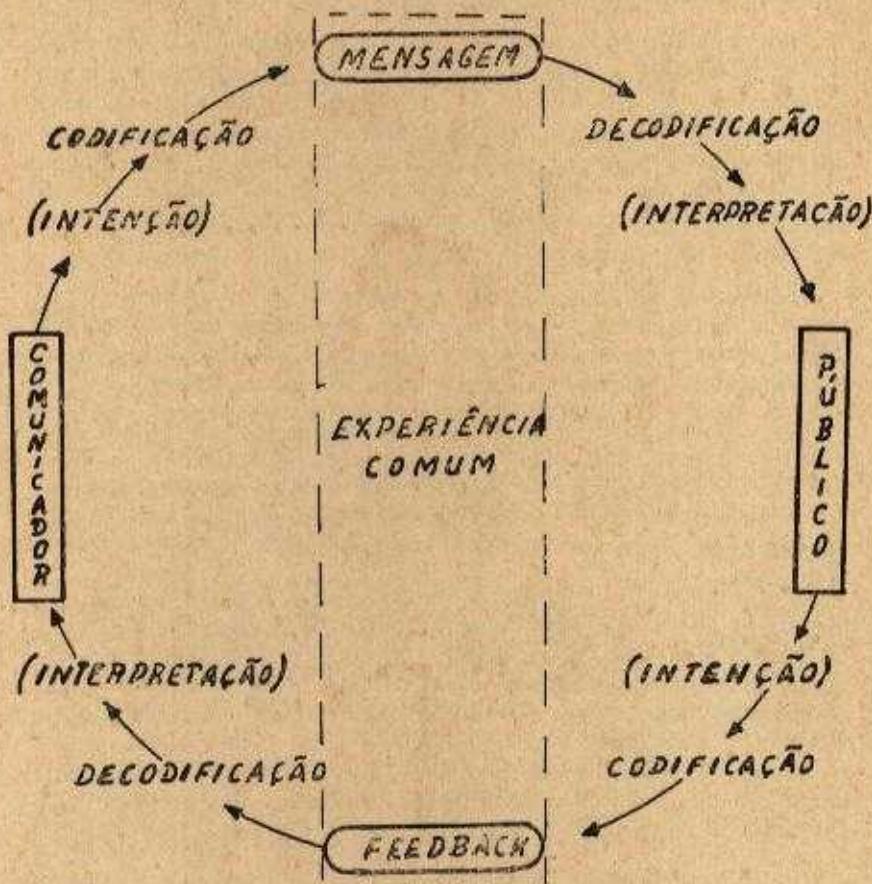


Fig. 2 — O Processo de Comunicação Social

Se analisarmos o diagrama com atenção, constatamos que o processo tem inicio quando o Comunicador tem a "intenção" ou vontade de transmitir alguma coisa a outrem. Para fazê-lo, é neces-

sário transformar a sua "intenção" em uma maneira transmissível, ou seja, na mensagem. Essa transformação, realizada com o emprego de símbolos apropriados, é denominada de "codificação". Por exemplo: A uma pessoa que está prestes a morrer afogada ocorre a idéia de salvar-se. Súbito, ela avista um guarda salva-vidas. Immediatamente ela tem a "intenção" de pedir auxílio, o que é feito transformando a sua "intenção" na mensagem "Socorro!". Foi feita a "codificação" da idéia usando símbolos, no caso presente, as palavras.

Uma vez formada a mensagem, ela será difundida através dos meios de comunicação e chegará até o público sem alteração, caso não sofra a interferência de qualquer bloqueio. O público, ao recebê-la, procurará transformá-la em algo que seja significativo, o que constitui a "decifragem ou decodificação". Após entender o conteúdo da mensagem, procurará integrá-la na sua experiência, realizando o que chamamos de "interpretação" da mensagem.

No exemplo apresentado acima, ouvindo a palavra "Socorro", o salva-vidas realizará a "decodificação ou decifragem" para "ajuda", "auxílio" e, logo após, fará a "interpretação": "alguém está correndo um grave perigo". Convém observar que o "feedback" ou realimentação do processo obedece à mesma sistemática, mudando apenas o sentido, de volta, do público ao comunicador. Vale notar, contudo, que o "feedback", sendo normalmente uma resposta, dispensa muitas vezes a "intenção", porque inconsciente. A iniciativa e "intenção" partem quase sempre do comunicador.

É importante observar que a "experiência comum" desempenha importante papel na comunicação, fazendo com que a mensagem e "feedback" sejam tão semelhantes quanto preciso, para a compreensão. Não é supérfluo repetir que os "bloqueios" podem ocorrer em qualquer local do processo e acompanham o círculo e as setas do diagrama.

8. CONCLUSÃO

Na presente monografia procuramos desenvolver, em linhas gerais, os aspectos mais significativos do processo de Comunicação Social sem pretensão de esgotar assunto tão amplo.

Salientamos a importância do processo e os seus reflexos no aperfeiçoamento humano e nas transformações verificadas na sociedade atual. Mostramos o valor utilitário e funcional da Comunicação, seja agindo no nível intencional, para mudar o comportamento das pessoas, seja atuando no nível desintencional, com o objetivo apenas de informar e esclarecer. Pretendemos ter exposto de ma-

neira clara e simples o mecanismo do processo de comunicação, mostrando a função dos elementos principais, como o Comunicador, a Mensagem, os Bloqueios e o Públíco.

Acreditamos que a compreensão do processo de Comunicação é de magno interesse e utilidade para todos os cidadãos, mormente para os que têm responsabilidade de chefia e de liderança. Porque uma das qualidades do líder, que o distingue do homem-massa, é o predominio da razão sobre a emoção, a capacidade de ter idéias próprias. O conhecimento do processo habilita, sobremaneira, a raciocinar, analisar, concluir com base na experiência acumulada. Prepara também para o desempenho correto das funções de comunicador ou de público, fazendo com que se retire o máximo proveito da Comunicação.

Para finalizar, recordariam os que o processo é ciclico, com ida e volta, mensagem e "feedback", sem o que estará incompleto. Comporta o "dizer" e o "escutar", o "dar" e o "receber". Por isso se fala tanto em "abertura" nos nossos dias, na necessidade imperiosa do diálogo. Nada mais justo nem mais exato. A era do monólogo foi ultrapassada e vivemos os dias do diálogo. E Diálogo e Comunicação são inseparáveis e se completam mútuamente: sem Comunicação não existe Diálogo e sem Diálogo não há Comunicação.

B I B L I O G R A F I A

- A TÉCNICA DA COMUNICAÇÃO HUMANA — J. R. Whitaker Penteado.
- PANORAMA DA COMUNICAÇÃO COLETIVA — Diversos Autores.
- COMUNICAÇÃO DE MASSA — Charles R. Wright.
- COMUNICAÇÃO SOCIAL — José Marques de Melo.
- LINGUISTICA E COMUNICAÇÃO — Ramon Jakobson.
- FUNDAMENTALS OF COMMUNICATION — W. Thompsen.
- OPINIÃO PÚBLICA — Menique Augras.
- APOSTILAS DO CEP.
- APOSTILAS DA ECUME.
- APOSTILAS DA "SPECIAL WARFARE SCHOOL".
- COMUNICAÇÃO EM PROSA MODERNA — Othon M. Garcia.
- O PROCESSO DA COMUNICAÇÃO — D. K. Berlo.
- THE PROCESS AND EFFECTS OF MASS COMMUNICATION — W. Scharamin.

A FEB NA ITÁLIA (*)

Gen R/1
HELENO SOARES CASTELAR

Honrados com o convite do Comandante dêste Estabelecimento de Ensino Militar, aqui nos encontramos para proferir uma palestra sobre "A FEB na Itália", campanha de que tivemos a honra de participar como Capitão, no efetivo do QG da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE).

O tema comporta desenvolvimento sob múltiplos aspectos, graças à variedade de fatos, circunstâncias, ao emprêgo de armas e serviços, às relações de comando, consequências, enfim a tôdas as particularidades envolvidas no desempenho de nossa missão.

Como se trata de dar um conhecimento geral do episódio histórico, vamos fazer uma exposição apenas descritiva, resumida e cronológica dos principais fatos. E fazendo-a a jovens nascidos alguns anos depois do último conflito mundial, é aconselhável iniciar expondo as circunstâncias dentro de cujo quadro se situou a atuação da FEB.

Derrotada na I Grande Guerra, de 1914 a 1918, a Alemanha foi submetida a imposições dos aliados vencedores, que a obrigaram a reparações pelos prejuízos causados, e estabeleceram limitações e controles de toda a sorte para evitar que se preparasse para uma nova guerra.

Reduziram seu exército a 100.000 homens, proibiram-lhe o direito de fabricar determinados tipos de armas, impediram-na de ocupar militarmente determinadas áreas de seu território, enfim, cercearam-lhe a liberdade.

Cedo, porém, os aliados retiraram da Alemanha a Comissão Militar Interalliada de Controle, sob o pretexto de que o país havia sido desarmado, e se entregaram a uma intensiva política mundial de desarmamento.

Surgiram então na Alemanha partidos políticos que, em suas campanhas, passaram a explorar os sentimentos do povo, contra as restrições aliadas e contra as fortes ameaças do comunismo.

(*) Palestra proferida no CPOR do Recife.

Adolf Hitler, um simples cabo da I Grande Guerra, filiou-se a um desses partidos, e cedo conseguiu elevar-se a líder por sua dedicação e inteligência, transformando-se em ídolo.

Princípios filosóficos da escola alemã passaram a ser explorados, pregando-se a idéia do super-homem, a força bruta e a superioridade da raça alemã.

Aliando-se a militares de prestígio, persuasivo, contagiente, inteligente, perspicaz, Hitler conseguiu fazer-se Chanceler e logo depois Presidente da Alemanha. O Partido Nazista chegara assim ao poder.

Servindo-se de um genial planejamento, iniciou disfarçadamente o rearmamento da Alemanha. Os aeroclubes civis preparavam pilotos militares; os 100.000 homens permitidos ao seu exército passaram a ser instruídos para constituir os quadros do futuro grande exército; organizou a instrução de oficiais de Estado-Maior; carros de combate e armamentos pesados eram confeccionados, como os aviões, em peças, por fábricas diferentes, ocultados, para montagem no momento oportuno.

Sentindo-se forte, Hitler decretou publicamente a conscrição geral. A Inglaterra teve então conhecimento de que as Forças Aéreas Alemãs já haviam atingido um nível de eficiência superior ao da RAF. O exército alemão estava com um efetivo de 1.411.000 homens, muito além dos 100.000 permitidos pelo Tratado de Versalhes, enquanto o da França possuía apenas 628.000.

Aproveitando-se das indecisões da França e da Inglaterra, Hitler passou à fase da anexação de nações vizinhas, auxiliado pelo que foi denominado de "5ª coluna", isto é, partidos nazistas e simpatizantes naquelas nações, que preparavam o clima de receptividade aos alemães. Anexou assim, a Áustria, Tcheco-Eslováquia e territórios da Lituânia.

Crescia em todo o mundo, mesmo no Brasil, a legião dos germanófilos. Vivia então o mundo um clima de apreensões sobre o futuro da humanidade, diante da insaciabilidade de Hitler.

Dando inicio à sua grande aventura, os alemães, no dia 1.º de setembro de 1939, invadiram a Polônia. Imediatamente a França e a Inglaterra se declararam em luta contra a Alemanha. Estava iniciada a II Grande Guerra.

Em maio do ano seguinte os alemães abriram as hostilidades contra a França, invadindo-lhe fulminantemente o território através da Holanda, Bélgica e Luxemburgo, derrotando o Exército Francês e a Fôrça Expedicionária Inglesa. Como não pudessem invadir a Inglaterra, submeteram-na a terríveis bombardeios aéreos. Os alemães pareciam irresistíveis e passaram à ocupação de quase toda a Europa.

A Alemanha, a Itália e o Japão haviam assumido um compromisso de se auxiliarem mútuamente, por todos os meios ao seu alcance. A Itália, sob o domínio fascista de Mussolini, declarou guerra aos aliados. Os japonêsos, em 7 de dezembro de 1941, atacaram de surpresa a guarnição americana de Pearl Harbour, abrindo as hostilidades no Pacífico e envolvendo os Estados Unidos no grande conflito mundial.

Não obstante o fragor da guerra que envolvia a Europa, os navios brasileiros de longo curso mantinham as suas rotas, para assegurar o ritmo de nosso comércio exterior. Quando a Alemanha julgou que isso interferia na sua política de bloqueio marítimo, começou a torpedear os navios brasileiros que navegam em águas internacionais. Perdemos nessa fase 9 barcos.

Por fim, invadiu de maneira provocante nossas águas territoriais para exercer também aqui o bloqueio, sem qualquer declaração de guerra. No dia 15 de agosto de 1942 cinco navios mercantes foram inesperadamente torpedeados à vista de nossas praias, ceifando a vida de centenas de irmãos. Foi uma tragédia nacional.

Diante dessa ofensa aos brios nacionais, a reação do povo brasileiro foi violenta, incluindo-se passeatas de indignação e destruição de bens dos súditos do Eixo, controladas pelas autoridades com muita dificuldade.

No dia 22 de agosto o nosso Governo reconheceu oficialmente a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras — Alemanha e Itália — e a 31 declarou o estado de guerra em todo o território nacional. A 16 de setembro foi decretada a mobilização geral.

A partir daí os alemães torpedearam mais 13 navios nossos, totalizando 31 embarcações, correspondentes a 20% de toda a arqueação da Marinha Mercante Brasileira. Todo o transporte marítimo, indispensável à nossa sobrevivência, passou então a ser feito em combóios, sob eficiente escolta da nossa heróica Marinha de Guerra e proteção de nossa incansável Aeronáutica.

País de formação e orientação política eminentemente pacíficas, suas Forças Armadas estavam despreparadas para atender aos imprevisíveis de uma guerra. Sua organização, instrução e doutrina de emprégo obedeciam aos modelos franceses.

Com a mobilização, os efetivos do Exército rapidamente atingiram a 180.000 homens. A formação de oficiais intensificou-se na Escola Militar e nos CPOR. A dos graduados passou a ser feita em massa nas unidades, cabendo a dos especialistas aos Centros de Instrução Especializada que foram criados. Oficiais foram enviados aos Estados Unidos, com o fim de se adaptarem aos novos materiais que começaram a ser adquiridos e de estudarem suas doutrinas e organização militares.

Pelos entendimentos entre as autoridades brasileiras e norte-americanas, ficou firmemente estabelecido que seria organizada uma Fôrça Expedicionária Brasileira de 60.000 homens, constituída de um Corpo de Exército a 3 Divisões de Infantaria e Elementos de Corpo, inteiramente nos moldes da organização adotada no Exército dos Estados Unidos. O material e os artigos de subsistência no Teatro de Operações seriam de origem norte-americana, comprados através do "Lend lease".

Foi criada inicialmente, em 9 de agosto de 1943, a 1^a Divisão de Infantaria Expedicionária, com elementos recrutados em todo o País para completar os efetivos de guerra de unidades já existentes.

Pouco depois ficou estabelecido que a colaboração militar do Brasil se limitaria apenas a uma Divisão e a alguns Elementos de Corpo e dos Serviços estritamente indispensáveis à vida e ao emprego da Divisão, com um efetivo total de 25.445 homens.

Era realmente uma representação modesta, mas, de qualquer forma, expressiva, porque representava os mais puros e ardentes sentimentos do povo, desejoso de um revide à altura de suas tradições.

Coube então ao General João Baptista Mascarenhas de Moraes o comando da Fôrça Expedicionária Brasileira, cumulativamente com o da 1^a Divisão de Infantaria Expedicionária.

O General Mascarenhas era um dos mais dignos e capazes Generais do Exército. De caráter energico e austero, era realmente o chefe talhado para essa difícil e histórica missão. Fêz um estágio no Exército norte-americano, onde tomou contato com a sua organização, meios e processos de emprégo.

Secundavam-no na FEB três outros valorosos generais de alto prestígio militar: Euclides Zenóbio da Costa, valente, vibrante, impulsivo, Comandante da Infantaria Divisionária; Oswaldo Cordeiro de Farias, hábil, prudente, Comandante da Artilharia Divisionária; Olympio Falconiere da Cunha, Inspetor-Geral.

Os comandantes de unidades e chefes de Serviços foram recrutados entre os mais distintos oficiais. As demais funções foram confiadas a oficiais de elite e oficiais jovens, muitos provindos dos CPOR.

As unidades foram concentradas na Vila Militar, no Rio de Janeiro, onde recebiam instrução intensiva.

Finalmente, no dia 3 de julho de 1944, foi completado, dentro de relativo sigilo, o embarque do 1.^o Escalão, com cerca de 6.000 homens, constituindo um Grupamento Tático, parte do Quartel-General, da tropa e dos serviços divisionários e elementos de retaguarda.

Transposta a barra do Rio de Janeiro sob viva emoção, o imponente navio-transporte norte-americano "General Mann", em alta velocidade e ziguezagueando, tomou o rumo de Gibraltar, através de um oceano infestado de submarinos ávidos por nos desmoralizar. Ia escoltado por poderosos navios de guerra brasileiros e norte-americanos.

Na manhã de 16 de julho o 1º escalão de Embarque chegou a Nápoles. Daí deslocou-se para Tarquinia, ao norte de Roma, onde recebeu equipamento e armamento, depois do que se deslocou para Vada, a 17 de agosto. Ai foi iniciado um intenso período de treinamento e feita solenemente a incorporação ao V Exército.

E interessante dar a situação geral do Teatro de Operações Ocidental Europeu nessa ocasião: as Forças Aliadas, com base na Inglaterra, haviam atravessado o Canal da Mancha e desembarcado na Normandia, iniciando a invasão da França e do continente europeu. O VII Exército dos Estados Unidos acabara de chegar no Sul da França, com a missão de apoiar os exércitos desembarcados ao Norte. Na Itália, o V Exército, integrado por forças internacionais, havia transposto o rio Arno e se encontrava no flanco Oeste do VIII Exército Inglês, completando uma linha continua que dividia a Itália de Leste a Oeste.

O V Exército necessitava de efetivos para a ofensiva que deveria iniciar. Por isso, no dia 14 de setembro, após rigorosos exercícios de verificação, coroados por um violento teste-confronto montado pelo V Exército, em que foi julgado em condições de emprêgo, o Destacamento da FEB, sob o comando do General Zenóbio e composto do 6º RI, do I GO 105, do Esquadrão de Reconhecimento, de elementos de tropa e serviços divisionários, deslocou-se de Vada para Ospedaletto, para cumprir a seguinte missão:

"Substituir elementos do 270º RI e do 343º GAAAe na região de Vecchiano-Massaciuccalli-Filetole. Manter contato com o inimigo e sondar-lhe os dispositivos por meio de vigorosa ação de patrulhas. Caso o inimigo se retire, perseguí-lo mediante ordem do 4º CEx. Manter contato com a 1ª DB que opera a Leste".

Era a primeira missão que a FEB recebia. A frente era larga e o terreno extremamente acidentado.

No dia 15, entre 19 e 22 horas, todo o Grupamento Tático havia completado a operação de substituição, ficando inteiramente responsável por uma frente de 9 km. Na madrugada de 16, o Destacamento iniciou a marcha para tomada de contato, sob fogos de artilharia e de armas automáticas. Era o batismo de fogo da FEB.

O nervosismo e a prudência iniciais foram logo superados. Seguiu-se sucessivamente a conquista de Massarosa, Bozzano e Chiesa,

que se achavam em poder dos alemães. Nossa tropa adquiria surpreendente desenvoltura.

Seguiu-se a conquista da Camaiore, importante centro de comunicações e abastecimento dos alemães, rede de comando importante que controlava todo o vale imediatamente vizinho da "Linha Gótica", que englobava todas as linhas de alturas da cordilheira dos Apeninos.

A posse de Camaiore, porém, estava ameaçada pelo domínio de vistos e de fogos assegurado ao inimigo pela posse de Monte Prano, de 1.220 m de altitude. Em manobra envolvente, concebida pelo Gen. Zenóbio, o 6.º RI, após três dias de duros combates, conquistou Monte Prano e uma série de elevações importantes, fazendo 32 prisioneiros. Estavam encerradas as operações nesse flanco. Na tropa brasileira dominava o entusiasmo e a euforia.

Vale aqui destacar a profunda impressão causada aos chefes americanos por aquél tipo de chefe que era o General Zenóbio, insofravel, destemido, que demonstrava extraordinária capacidade de apreensão e uma desenvoltura como se estivesse empenhado na campanha havia anos. Era um chefe que pedia missão e partia, sem perda de tempo para a execução, dando exemplo de destemor, pois estava sempre junto aos escalões mais avançados. E quando percebia vacilação ou excesso de precaução, ele, em pessoa, se colocava à frente, ia para os pontos mais visados pelo inimigo, num desafio que muitas vezes mereceu críticas. Era um chefe talhado para a guerra. Uma vez comandou, com requintes de temeridade, a infiltração de uma companhia. Para ele o que existia era o imperativo da missão.

Com os exemplos de um chefe como o General Zenóbio, cedo já o 6.º RI atuava desembaraçadamente, sem inibições, na luta em plena cordilheira, com o seu magnífico efetivo de oficiais e praças, que agiam como veteranos.

Decidiu então o 4.º Corpo que o nosso Destacamento seria transferido para o setor do vale do rio Serchio, a fim de ser tentada uma penetração na direção de Castelnuovo de Garfagnana. O deslocamento foi realizado nos dias 1 e 2 de outubro, tendo o Destacamento cumprido as missões que recebeu.

Aguardava-se então, ansiosamente, a chegada do grosso da 1.ª DIE. Finalmente, no dia 5 de outubro, chegaram a Nápoles os 2.º e 3.º Escalões de Embarque, com cerca de 10.500 homens.

Esses Escalões foram extremamente beneficiados com a experiência colhida pelo 1.º Escalão, que ao chegar a Nápoles atravessara uma fase difícil, devido à falta de providências para provê-lo dos meios indispensáveis à sua vida inicial no Teatro de Operações. Foram recebidos por companheiros do 1.º Escalão, que lhes prepararam, nas proximidades de Pisa, um acampamento dotado de todos os

recursos para proporcionar relativo conforto desde a hora da chegada. Os êxitos do 1.^º Escalão, por sua vez, tonificaram o moral dos recém-chegados.

Foi então iniciada a fase de recebimento de material e a da instrução, indispensável à sua preparação para entrar em combate. A primeira fase foi um tanto prejudicada, devido à carência momentânea de material. Este fato trouxe grandes aborrecimentos ao nosso Comandante. A importante fase da instrução foi, infelizmente, abreviada por ordem do V Exército, que necessitava urgentemente de novos efetivos.

Essa deficiência de instrução, como não poderia deixar de ser, se fez sentir com grande prejuízo para nós, quando a tropa recém-chegada se engajou em combate, insuficientemente preparada. Pagamos um alto preço por uma culpa que não nos cabia. Pode-se dizer que essa parte da tropa brasileira foi treinada em ação, com consequências desagradáveis, para mais tarde, porém, dar sobejas provas do seu verdadeiro valor.

Em 30 de outubro o V Exército deu nova missão à 1.^a DIE. Em conseqüência da nova Ordem de Operações, a partir de 4 de novembro, iniciou-se o deslocamento para sua nova área operacional no vale do Rio Reno, no coração dos Apeninos. A 23 completou-se o deslocamento.

O setor atribuído à 1.^a DIE cobria um extenso vale, tendo ao fundo o famoso maciço Belvedere — Monte Castello — Monte Della Torraccia, onde os alemães se encontravam sólidamente instalados, dominando, por meio de excelentes observatórios, todo o nosso vale, incessantemente sujeito aos tiros da artilharia inimiga.

Nesse grande compartimento do Reno permanecemos todo o inverno 1944/1945, com neve permanente. Foi esse diabólico terreno, de beleza espetacular em tempo de paz, que nos ensinou a suportar sofrimentos, a aprimorar nossa personalidade, a enfrentar e vencer aspectos da guerra que até então desconhecíamos.

Vivíamos sob a tirania daqueles observatórios. Para cegá-los, durante o dia cobriamo-nos com extensa neblina química, e durante a noite poderosos refletores antiaéreos eram concentrados sobre eles, tornando impossível qualquer observação, e ao mesmo tempo facilitando os movimentos noturnos de nossas viaturas em "black-out", na faina das substituições de tropas e de transporte de suprimentos graças ao luar artificial que formava a luz refletida sobre nossas cabeças.

Apesar de tudo, a aviação inimiga permanecia ativa e a artilharia martelava incessantemente nosso QG avançado em Porreta, nossas posições, estradas e estacionamentos.

A obsessão dos comandos era a posse de Monte Castello. Mas isso não era tarefa para ser realizada por uma só Divisão, porque Monte Castello era apenas uma parte proeminente de um sistema orográfico altamente fortificado.

Contudo, por determinação do 4.º Corpo, quatro tentativas de porte médio foram realizadas por tropas brasileiras, infelizmente sem êxito, apesar da obstinação e espirito de sacrifício dos nossos homens. Isto se passou nos dias 24, 25 e 29 de novembro e 12 de dezembro de 1944, em pleno inverno, sob condições atmosféricas as mais adversas. Só no dia 29 tivemos cerca de 200 baixas; no dia 12, cerca de 140.

Monte Castello tornou-se para nós um pesadelo. Aquela defesa organizada e obstinada do inimigo estava indiscutivelmente comprometendo o ânimo e pondo em dúvida o espirito ofensivo do soldado brasileiro, com reflexos até na confiança que o Governo Brasileiro depositava na sua Fôrça Expedicionária.

Confortava-nos de certo modo, a nós que estávamos no campo de batalha, saber que também as demais tropas do V Exército, com a integridade de meios, não conseguira descer os Apeninos rumo a Bologna para cumprir sua missão. Nem mesmo o VIII Exército Britânico, com tôda a experiência de sua gloriosa campanha, conseguira romper os baluartes germânicos do lado do Adriático. Tôda a tropa aliada na Itália estava detida. Não havia mais dúvida de que a conquista dos Apeninos só seria possível no fim do inverno.

Em 8 de fevereiro o 4.º Corpo baixou nova Ordem de Operações, denominada "Plano Encore", com caráter de preliminar para a grande batalha da Primavera que se desencadearia em seguida, para conquista do vale do Pô. O objetivo era a conquista definitiva do maciço Belvedere — Monte Castello — Monte della Torraccia e das alturas e divisores dos rios Reno e Panaro. Agora todo o sistema orográfico seria atacado por duas divisões — a 1^a DIE e a 10^a Div de Montanha, fortemente apoiadas por artilharia, blindados e aviação.

Decidiu o Comandante da 1^a DIE que a glória da tomada de Monte Castello caberia ao 1.º RI, que tomara parte nos ataques frustrados de 29 de novembro e 12 de dezembro. Ao 1.º RI caberia o esforço.

Na manhã de 20 de fevereiro, dentro dos horários fixados, a 1^a DIE e a 10^a Divisão de Montanha lançaram-se de suas bases de partida. Mas o fizeram sob um poderoso fogo de contrapreparação inimiga, como se tivesse havido quebra do sigilo.

A luta foi árdua. O terreno era disputado palmo a palmo, com os nossos homens superando com agressividade a desvantagem do terreno descoberto sobre que atuava. Por fim, às 18 horas do dia seguinte ao do inicio do ataque, em uma ação envolvente simultânea

e uma ação frontal, caracterizadas pelo ardente desejo de vencer e superar o impossível, impulsionadas pessoalmente pelo General Zenóbio, o 1.^º RI ocupava Monte Castello.

Nossos homens estavam repletos de euforia pelo feito que nos reabilitava perante os comandos superiores e perante nós mesmos.

Algumas horas depois chegou ao PC Divisionário o General Crittenberger, que ao defrontar-se com o General Mascarenhas, se deteve, levou a mão à pala do seu capacete, em continência e, com voz pausada, falou emocionado: "General Mascarenhas: Estou aqui para trazer os agradecimentos do Exército dos Estados Unidos à FEB, pelo brilhante feito da conquista de Monte Castello, demonstrando espírito ofensivo e vontade firme de se impor ao inimigo". Essas palavras foram depois reforçadas em um honroso ofício dirigido ao Cmt da FEB.

Sob violento fogo inimigo, com o 1.^º RI ainda na ação principal, a 1^a DIE continuou a desenvolver uma ação ofensiva magnífica, das mais expressivas e brilhantes de sua campanha. Seguidamente foram conquistadas La Serra e Bella Vista, seguindo-se Roncavecchio Seneglio, ficando aí encerrado o episódio complementar da conquista de Monte Castello.

Passou-se então a encarar o prosseguimento da ofensiva, visando Castelnuovo, última etapa do "Plano Encore", baluarte que oferecia forte reação. Sua conquista, após uma jornada inteira de duros combates, coube ao 6.^º RI.

Realmente não é fácil compreender-se hoje o que aquêles fatos, aparentemente simples, significaram para o nosso prestígio de combatentes e para o próprio prestígio nacional.

No dia 14 de abril iniciou-se a ofensiva da Primavera, visando à invasão do vale do Pô e à desorganização das forças inimigas. O objetivo inicial da 1^a DIE era a cidade de Montese, fortemente defendida, flanqueada por um sistema orográfico que constituía verdadeiro baluarte e cercada por extensos campos de minas.

Montese foi conquistada às 18 horas de 14 de abril pelo I/11.^º RI, sob o comando do Major Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, um dos ex-comandantes dêste CPOR.

A 1^a DIE prosseguiu na ofensiva com maior intensidade. Em 20 de abril o 6.^º RI conquistou a cidade de Zoca.

A partir dai, em toda a frente do V e VIII Exércitos, a retirada alemã já era uma grande manobra, com resistências em pontos críticos indispensáveis à retirada em direção ao Passo de Brenner.

A Divisão Brasileira coube a missão de cobrir o eixo Modena — Piacenza, envolvendo poderosas forças inimigas vindas do Sul pelas

estradas de saída do Norte dos Apeninos, principalmente a 148^a DI alemã, que operava na zona costeira de La Spezzia.

A tropa brasileira se deslocava com velocidade cada vez maior, desbaratando a resistência inimiga, até que, ao conquistar Collecchio, os prisioneiros informaram que a 148^a DI ia tentar avançar na direção Fornovo — Collecchio — Parma, para juntar-se ao 75.^o Corpo alemão no vale do Pô, visando a uma batalha de grande envergadura.

O Cmt do V Exército manifestou-nos sua apreensão, demonstrando tôda a gravidade que alcançaria o panorama estratégico do vale do Pô, caso a 148^a DI, na plenitude de seus meios, varasse o cerco da 1^a DIE. O Comando brasileiro assegurou que a Divisão inimiga não passaria.

Assinalada a vanguarda da 148^a DI, a tropa brasileira começou a atacar com grande agressividade, enfrentando uma reação inimiga cada vez mais violenta, causando-nos muitas baixas. O inimigo admitiu então que estava cercado e impossibilitado de prosseguir em sua missão, sendo inútil prolongar a luta.

As 23 horas de 28 de abril, diante de nossas primeiras linhas, apresentaram-se oficiais alemães, credenciados por seu comandante, para cessar a luta. Pediram condições. A resposta foi: "Rendição incondicional", aceita pelo comando alemão. A partir das 17 horas de 29, começou a apresentação e o desarmamento do inimigo, vencido pela força de nossas armas e da nossa determinação. Eram ao todo 14.779 prisioneiros, milhares de viaturas, animais, copioso armamento e outros materiais.

A 1^a DIE prosseguiu, ocupando Alessandria sem encontrar resistência. Estava cumprida nossa missão. A Alemanha rendera-se incondicionalmente. Era 8 de maio de 1945.

O desejo do Comando Brasileiro era agora o de regressar ao Brasil o mais breve possível. E em virtude de entendimentos com os comandos superiores, foi indicada a área de Francolise, nas proximidades de Nápoles, para a tropa brasileira estacionar, como última etapa, antes de regressar ao Brasil.

O 1.^o Escalão embarcou no navio transporte General Meiggs no dia 6 de julho, chegando ao Rio de Janeiro a 18, sob apoteótica recepção do povo carioca. Os demais Escalões regressaram em seguida. Alguns meses depois a FEB foi dissolvida.

Em 239 dias de ação continua contra o inimigo, a FEB apresentou os seguintes dados: efetivo, 25.334 homens; mortos 451, sendo 13 oficiais; feridos, 2.722; prisioneiros em poder do inimigo 1 oficial e 34 praças; extraviados, 23. Fez 20.573 prisioneiros, dos quais 2 generais e 892 oficiais.

Devemos salientar que fizemos aqui apenas um relato excessivamente resumido dos fatos principais que marcaram a atuação da

FEB na Itália. Cada fato citado poderia ser desdobrado em extensas narrativas, valiosos detalhes e em críticas e análises cheias de ensinamentos. Tudo isso já foi tornado público em numerosos livros publicados por expedicionários.

Vamos entretanto citar alguns fatos que os alunos do CPOR devem saber.

A tropa de infantaria responsável por uma frente, deve manter permanente contato com o inimigo, a fim de conhecer seus primeiros dispositivos, fazer prisioneiros, destruições e realizar numerosas outras missões. Essa atividade é desempenhada por meio de patrulhas. Diz-se que se conhece a infantaria pelo valor de suas patrulhas. É u'a missão que exige de seus participantes qualidades excepcionais de iniciativa, disciplina, determinação e coragem. As mais belas páginas da história da FEB são ricas em episódios que registram os feitos de suas patrulhas, comandadas por tenentes ou sargentos. Alguns Batalhões possuíam pelotões especializados para essas missões, constituídos por voluntários, homens valentes, dispostos a tudo, fortes e excepcionais. Um desses pelotões era comandado pelo bravo Sargento Wolff, um dos mais destacados heróis da FEB, morto em ação quando ia muito além do cumprimento do dever.

Houve casos marcados por um profundo conteúdo humano, caracterizado pelo sentimento de solidariedade. Um deles, muito emocionante, é o de um soldado que ao regressar com sua companhia à base de partida, após um ataque profundo, mas mal sucedido, a Monte Castello, constatou que o Capitão, seu amigo, não regressara. Ao esclarecer, sem comunicar a ninguém a sua decisão, voltou ao local onde a companhia fora detida, dentro das linhas inimigas. Localizou o seu Capitão, gravemente ferido, colocou-o nas suas costas e iniciou a penosa marcha de regresso, através de quilômetros de terreno difícil. Ao amanhecer, extenuado mas feliz, chegou às nossas linhas.

Outro caso dignificante é o do Tenente Célio Regueira, pernambucano aqui do Recife, que ao regressar com sua patrulha, após o cumprimento de missão, verificou que um bravo soldado, que sempre o acompanhava, não voltara. Retornou sózinho ao local onde atuara e encontrou o pracinha. Ao tentar carregá-lo, foi atingido por uma rajada de metralhadora, caindo gravemente ferido. Prevendo que algo acontecera ao seu comandante, alguns homens do seu Pelotão voltaram para resgatá-lo e o conseguiram.

É oportuno salientar a valiosa participação dos CPOR nas atividades da FEB, através de 416 oficiais ali formados, dos quais cerca de 300 de Infantaria, com relevante atuação como comandantes de Pelotão, alguns com menção especial por atos de bravura.

Os nossos companheiros mortos no Teatro de Operações foram inicialmente sepultados em cemitérios norte-americanos. Posterior-

mente foi selecionada uma área nos arredores de Pistoia, ao pé dos Apeninos, e ai instalamos o nosso próprio cemitério, para onde trasladamos os restos de todos os companheiros que se encontravam sepultados em numerosos e dispersos locais. Hoje, todos se encontram no Rio de Janeiro, no Monumento Nacional aos Mortos da 2ª Guerra Mundial, onde a Pátria lhes presta permanentemente homenagem e demonstra reconhecimento pelo seu nobre sacrifício no cumprimento do dever.

Em nossa cidade, o povo do Recife, através de sua Prefeitura Municipal, construiu no Parque 13 de Maio, o Monumento em Homenagem à FEB, onde estão gravados em bronze os nomes dos heróis pernambucanos que contribuiram com o seu generoso sangue para manter nossa Pátria livre de ideologias exóticas, incompatíveis com as nossas tradições.

Meus jovens camaradas: a Fôrça Expedicionária Brasileira sofreu muito. Foi uma experiência histórica de alta significação, mas ela nos custou uma soma bem grande de sacrifícios e muitos sofrimentos, e só se tornou possível em virtude da firme determinação dos seus chefes, dos seus oficiais e praças de levá-la a bom termo, graças ao seu alto espirito de sacrifício e à sua capacidade de sobrepujar tôdas as vicissitudes impostas por fatores ponderáveis, entre eles:

- a ausência prolongada da Pátria e da família;
- a hostilidade topográfica, climatérica e atmosférica, muitas vêzes à temperatura de 20 graus abaixo de zero;
- o dever, perante o mundo, de impor sua vontade a um inimigo audacioso, fanático, ôtimamente instruído, fortemente armado e equipado, com grande experiência de combate;
- os perigos permanentemente enfrentados, desde que se transpôs a barra do Rio de Janeiro;
- o enquadramento da nossa Divisão por comandos superiores estrangeiros, embora isso fôsse um fato normal, por se tratar de grandes unidades integradas por fôrças internacionais com o mesmo objetivo;
- a verificação direta do sofrimento moral e material de um povo irmão — o povo italiano — esmagado e desmoralizado — pela ocupação militar de dois mundos em choque;
- a perda diária de companheiros sacrificados no cumprimento do dever.

Mas em nenhum instante os nossos expedicionários se mostraram indignos dos nossos antepassados. Ao contrário, deram exuberantes e comovedoras provas de invulgar bravura, de capacidade superior de suportar adversidades, de firme determinação no cumprimento do dever, inspirando-se nos magníficos exemplos que em todos os momentos oferecia o nosso grande chefe, General João Baptista Mascarenhas de Moraes, cuja memória neste momento, com grande saudade e vibração patriótica, reverenciamos, juntamente com a memória dos heróicos companheiros que deixamos em Pistoia, quando regressamos ao Brasil, após o cumprimento do dever.



"A arte do estrategista consiste em escolher as linhas de ação mais convenientes entre as disponíveis e orquestrar-las de tal maneira que produzam uma pressão psicológica suficiente para alcançar o desejado efeito no moral do oponente. Para que se possa determinar a melhor linha de ação, é preciso identificar e explorar os pontos vulneráveis do inimigo. Para isso, é necessário, através de uma análise sistemática, determinar exatamente o efeito que se deseja causar sobre o moral do inimigo".

ARMAS NUCLEARES, TÁTICAS E ESTRATÉGICAS

Ten Cel Art QEMA
KLEBER FREDERICO DE OLIVEIRA

1. INTRODUÇÃO

A possibilidade de fissão ou fusão de núcleos atômicos em decorrência de um estímulo artificial e comandado, com a consequente liberação de enormes quantidades de energia, criou as armas chamadas, inicialmente, de armas atômicas — denominação mais ou menos popular que ainda hoje persiste. Modernamente vem sendo adotada, com mais propriedade, a designação de "armas nucleares" pois, efetivamente, só o núcleo do átomo é trabalhado para a obtenção do arrebentamento.

A princípio, apenas as aeronaves tinham a possibilidade de lançamento de tais armas. Hoje, esta capacidade de lançamento está muito diversificada, tanto em termos de sistemas propulsores ou arremessadores, como de potência maior ou menor de carga transportada. De outra parte, o arrebentamento nuclear pode servir também a cargas de demolição.

2. EFEITOS DOUTRINARIOS

Inevitavelmente, a disponibilidade de armas tão poderosas trouxe profundos reflexos na doutrina de emprégo das Forças Terrestres. Numerosos escritores militares franceses, por exemplo, afirmam que a arma nuclear inverteu a hierarquia tradicional entre o fogo e a manobra — no combate em ambiente nuclear a manobra será concebida e executada em função do resultado previsível do fogo nuclear.

É compreensível a previsão, se observarmos que a detonação da mais modesta das armas do arsenal nuclear — cuja potência é de meio quiloton — equivale ao poder explosivo, concentrado no tempo e no espaço, de trinta mil granadas de 203mm, o mais poderoso projétil de artilharia de tubo existente. No outro extremo da escala, a arma nuclear de maior potência — isto é, cinco megatons — de que se dispõe de dados aproximados, pode destruir todo o pessoal exposto num círculo de doze quilômetros de raio, no instante da detonação.

Não menos importantes, embora menos freqüentemente referidas, são as seqüelas do arrebentamento nuclear — as radiações gama e beta, sob as formas de radiação residual e radiação induzida. Ademais, quando a "bola de fogo" da explosão toca o solo (ou quando o arrebentamento se dá sob ou na superfície), sobe ao ar enorme volume de pó e detritos. Artificialmente dotados de propriedades radioativas, êles são levados pela chuva ou pelo vento a distâncias relativamente grandes, aumentando assim ainda mais a área afetada.

Tanto êstes efeitos posteriores, como as consequências imediatas da explosão — incêndios, extensa derrubada de árvores, destruição generalizada de áreas urbanas e obras de arte, morticínio em massa — poderão gerar zonas de obstáculos ou problemas de difícil solução para ocupação da área por um governo militar, ou mesmo para a sua simples travessia.

Em função de experiências, estudos e avaliações teóricas, as grandes unidades e unidades de armas foram desmontadas, dissecadas e remontadas diversas vezes. Estruturas de comando sofreram sucessivos reajustes, em busca da dispersão sem descontrôle e da proteção sem perda da mobilidade.

A disponibilidade de maior ou menor variedade de sistemas de armas nucleares tem sido um fator de grande influência na continua evolução da doutrina de combate em ambiente nuclear.

3. SISTEMAS DE ARMAS

Na terminologia militar moderna chama-se "sistema de arma" a um conjunto constituído por um engenho capaz de produzir danos ou baixas, com uma carga explosiva ou nuclear (tal como uma granada de 155mm, por exemplo), o meio de lançamento (no caso, o canhão ou obus 155mm), o pessoal que o aciona (guarnição, central de tiro etc.) e os elementos logísticos que o servem (trator, órgãos de manutenção e remuniciamento etc.).

O Quadro n.º 1 mostra, em termos aproximados — pois os dados exatos constituem segredo cuidadosamente guardado — as características dos sistemas de armas estudados no adestramento e instrução da tropa e dos quadros de Estado-Maior, no que se refere à guerra nuclear ativa.

Examinando-se o quadro em questão, depreende-se desde logo a dificuldade de determinar o que é uma arma nuclear tática.

Não obstante a dificuldade desta caracterização, a expressão "armas nucleares táticas" é de uso freqüente entre os estudiosos do assunto e figura correntemente na literatura militar moderna.

Aceita embora a expressão, ela permanece com contornos indefinidos. Recentemente a Seção de Artilharia da ECEME foi visitada por um Oficial da Aeronáutica, Engenheiro diplomado pelo IME, que recebera o encargo de ministrar uma aula sobre o tema "Armas Nucleares Táticas" e sentia-se em dúvida na distinção entre armas nucleares táticas e estratégicas.

Parece-nos que igual dúvida também existe no pensamento de muitos companheiros. Este artigo pretende, tão-somente, constituir uma tentativa de esclarecimento. O seu título foi escolhido, precisamente, por sintetizar o tema.

4. POR QUE A DÚVIDA?

Parece que uma das razões da dúvida é que, tradicionalmente, todas as armas nascem com características táticas e, com o seu aperfeiçoamento, passam a adquirir valor estratégico.

SISTEMA DE ARMA	ARMA QUE LANÇA							ALCANCE DE UTILIZAÇÃO (km)	MINOR ESCALAO QUE EMPREGA A ARMA			
	QUILOTONS			MEGATONS								
0,5	1	2	5	10	20	50	0,1	0,2	0,5	1	2	5
Canhão de curto alcance	X	X										
Canhão de médio alcance	X	X	X									
Míssil livre			X	X	X	X						
Míssil dirigido leve		X	X	X	X							
Míssil dirigido médio			X	X	X	X						
Míssil dirigido pesado							X	X	X	X		
Aeronaves			X	X	X	X	X	X	X	X	Sem limite	Pedido de apoio à partir da Divisão

QUADRO N.º 1

A arma nuclear, entretanto, surgiu (e foi empregada) no campo estratégico e, com o seu aperfeiçoamento e miniaturização, adquiriu características táticas, sem nunca ter sido empregada no campo tático. Esta inversão criou condições para a perplexidade a respeito da distinção entre os aspectos táticos e estratégicos no emprêgo de armas nucleares.

Mas a razão maior da dúvida se encontra, a nosso ver, na tomada de uma perspectiva defeituosa da questão, da grande maioria dos que a examinam.

5. CLASSIFICAÇÃO PELA FINALIDADE

Parece inadequado classificar armas, em si, em nível tático ou estratégico. No caso particular das armas nucleares isto é ainda mais difícil, senão impossível. Quando um avião lança uma arma de cinco quilotonns sobre um pequeno conjunto industrial no interior do território inimigo, haverá dúvida de que a missão é estratégica? E quando um míssil com ogiva de 50 quilotonns é empregado sobre uma cabeça de praia, será questionável se a missão é tática?

Portanto, parece que estratégico ou tático é o fim em vista, para o qual se emprega determinada arma. Em outras palavras, potencialmente toda arma é, em princípio, tática ou estratégica. A rigor, sómente nos extremos das faixas de potências há uma caracterização tática — nas armas menores — ou estratégica — nas armas maiores. Admite-se, à falta de experiência real de combate que certas armas de maior potência, pelo seu extraordinário poder destrutivo, só possam ser empregadas com caráter estratégico. Mas é impossível, por falta de experiência real — permita-se repetir este dado fundamental — determiná-las. É certo, porém, que qualquer arma empregada com um propósito tático, pode também sé-lo com um objetivo estratégico. Mesmo as de mínima potência possuem poder destrutivo de valor estratégico, desde que possam ser lançadas de uma aeronave, ou transportadas por míssil de grande alcance.

6. CLASSIFICAÇÃO PELOS SISTEMAS

Examinando-se o Quadro 1, verifica-se que os sistemas de armas podem ser visualizados em níveis táticos e estratégicos.

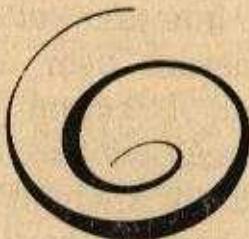
Assim é que, por exemplo, os canhões estão nitidamente situados no campo da tática, assim como os mísseis livres, bem como os mísseis dirigidos leves. O míssil dirigido médio é o elemento de transição; e míssil dirigido pesado, pelo seu alcance, potência da arma que transporta e escalão que emprega parece já pertencer ao nível estratégico; só em caráter muito excepcional poderá ser empregado como arma tática.

Já as aeronaves, mercê da variedade de tipos e armas que podem lançar, atuam indiferentemente tanto nos ambientes estratégicos como nos táticos.

7. CONCLUSAO

É imprópria a classificação das armas nucleares sob as denominações de armas nucleares táticas e estratégicas, pela inexistência de limites cansionados pela experiência de combate e pelo grande poder destrutivo de qualquer arma nuclear. Mesmo as armas de menor potência podem ser empregadas com uma finalidade estratégica.

É viável, entretanto, uma classificação dos sistemas de armas nos níveis tático ou estratégico. Conseqüentemente, será licita e correta a referência a "sistemas táticos de armas nucleares" e a "sistemas estratégicos de armas nucleares". Com esta nova perspectiva do problema, tudo se simplifica e esclarece.



"Mais importante do que a organização e as armas são os homens que compõem um moderno Exército. A modernização exige que o soldado seja bem preparado, alerta e inteligente. Ele deve saber pensar e agir rapidamente e ter versatilidade. E deve saber combater em condições superiores contra um inimigo acirrado."

"Deve possuir, pelo menos em igual medida, a coragem moral e a devoção ao dever demonstrados pelos seus antepassados".

INFLUÊNCIA DO SERVIÇO MILITAR INICIAL SÔBRE O EXODO RURAL

Ten. Cel.
NEY EICHLER CARDOSO

1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A urbanização da população mundial é hoje um processo acelerado e decorrente do desenvolvimento econômico. Assim, na década de 50, a população urbana do mundo em desenvolvimento aumentou de cerca de 50% e, hoje em dia, junto com a explosão populacional, a explosão das cidades é fator de inquietação. Nos próprios países desenvolvidos, as megalópoles já constituem objeto de estudos e planejamento, pois as previsões para o ano 2000 indicam que as grandes cidades de hoje terão uma população superior a uns 500% do que atualmente possuem e cerca de um e meio bilhões de pessoas a mais viverão naquilo que McNamara chama de "enormes centros de decadência urbana".

Apesar de que, nos países em desenvolvimento, para a economia, a urbanização representa fator e condição de industrialização e modernização do setor terciário e, para a população, repelida do meio rural pelas deficientes condições do meio, uma esperança de melhoria de padrão sócio-econômico, o descontrôle do processo representa um ônus muito pesado ao desenvolvimento. A necessidade governamental de proporcionar aos ávenas o mínimo de serviços e instalações de infra-estrutura não recebe, em contrapartida, o trabalho produtivo necessário porque crescente parcela deles, pelas condições de desenvolvimento do país, não consegue se integrar na economia urbana e se mantém em situação marginal.

No caso brasileiro, as previsões exigem medidas imediatas. Mário Trindade, em conferência na ESG (28 Jul 69) aponta os seguintes dados:

Quadro 1 — BRASIL — População estimada (milhões)

Ano	População	URBANA	RURAL	TOTAL
1970		48,2	45,1	93,3
1980		70,5	52,5	123,0
1990		100,0	61,9	161,9

E nesse contexto inserem-se as alegações de que o Exército é fator importante no chamado êxodo rural, apesar de já haver o EME, na década de 50, publicado um opúsculo no qual refutava a acusação.

2. O ENFOQUE DO PROBLEMA

Procuramos verificar as dimensões atuais da acusação utilizando dois tipos de confronto: inicialmente comparando a população rural estimada nas diferentes regiões naturais com contingente lá recrutado para o Serviço Militar Inicial, o que nos permitiria concluir se era numéricamente significativa a retirada do homem de seu meio; em segundo lugar, comparando a percentagem de municípios tributados nas diferentes áreas do país com a percentagem do crescimento urbano naquelas áreas, o que nos permitiria efetuar a correlação entre a tributação para o Serviço Militar Inicial e o crescimento urbano.

3. POPULAÇÃO RURAL E RECRUTAMENTO PARA O SMI

O licenciamento do Serviço Militar em 1968, na área rural, apresentou-se de acordo com o quadro abaixo:

**Quadro 2 — LICENCIAMENTO DO SERVIÇO MILITAR
(EXÉRCITO) 1968**

ATIVIDADES	REGIÕES DO PAÍS					BRASIL
	N.º CO	NE	SE	S		
Lavoura	995	1.169	2.745	9.167	14.076	

Fonte: Anuário Estatístico do Exército — 1969
Levantamento da 3.ª/1.ª/EME

A força de trabalho em 1967, nos diversos setores, era a seguinte:

Quadro 3 — FORÇA DE TRABALHO (1967)

SETORES	PESSOAS (1.000.000)	%	OBSERVAÇÃO
Ind. Transf.	1,9	32,8	
Ind. Geral	3,3		
AGRICULTURA	15,3	23,8	
Serviços	7,6	43,4	
TOTAL	28,1	100,0	A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE acusou: 40,6% da força de trabalho na área rural e 59,4%, na urbana.

Fontes: IBE
IBGE

Mantém-se estável o efetivo do Exército e, por isso, é perfeitamente válido o confronto entre a população rural estimada para 1970 (45,1 milhões no Quadro 1), o contingente lá recrutado em 1968 (14.076 no Quadro 2), que nos dá a desprezível percentagem de 0,03%. Levando-se em conta, contudo, as estimativas do Instituto Brasileiro de Economia (Quadro 3) tínhamos, em 1967, uma força de trabalho no setor agrícola com 15,3 milhões de pessoas e, de acordo com o apontado pelos Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1969 (Série Especial — Vol. II), uma quase equivalência dos sexos no setor rural, pelo que a força de trabalho masculina ficará reduzida a 7,5 milhões de pessoas. Assim, o contingente recrutado para o SMI cresce para 0,2%, também de expressão mínima, mesmo admitindo que todos os recrutados permaneçam na cidade.

4. REGIÕES TRIBUTADAS PARA O SMI E CRESCIMENTO URBANO

O Quadro 4 apresenta a relação entre os municípios instalados existentes no Brasil em 1971 e os tributados para o Serviço Militar Inicial, seja em toda a área, seja apenas na rural. Mostra, ainda, a população urbana nas regiões naturais em 1950 e 1960 e seu crescimento nesse período.

Quadro 4 — RELAÇÃO TRIBUTAÇÃO SMI/CRESCIMENTO URBANO

UNIDADES	MUNICÍPIOS TRIBUTADOS			Municípios instalados	% Tributária área rural	POPULAÇÃO URBANA		
	FEDERATIVAS	Total	Urb. e Suburb.	Toda área		1950	1960	Cresc.
NORTE	27	2	25	143	17	28	36,3	7,3
CENTRO-OESTE	66	1	65	306	21			
NORDESTE	110	41	69	1.375	5	26,4	34,2	4,9
SUDESTE	231	116	115	1.411	8	47,5	57,3	5,2
SUL	283	0	283	716	40	29,5	37,6	6,8
BRASIL	717	160	557	3.951	14	36,2	45,1	5,4

Fontes: IBGE — Censos de 1950 e 1960.

EMFA — PGC/71

Os dados do PGC/71 mostram que só 20% dos municípios das regiões Norte e Centro-Oeste foram tributados para o SMI e os do IBGE acusam para essas regiões o maior crescimento urbano relativo (7,3%); já a região Sul, com 40% de municípios tributados, apresenta

um crescimento urbano de 6,8%. As regiões Nordeste e Sudeste, com tributação inferior a 10%, também apresentam crescimento urbano bem superior à taxa de crescimento populacional do país.

É desnecessária a busca do evidente: não há correlação entre crescimento urbano e tributação para o Serviço Militar.

5. CONCLUSÕES

A urbanização experimentada pelo Brasil e demais países da América Latina deve ser entendida dentro do processo histórico.

É produto da fase de desenvolvimento que atravessam e representa um processo de integração da população na civilização industrial.

Repelido por um meio menos favorecido com o conforto da moderna tecnologia, da qual tem conhecimento pelas comunicações de massa, o habitante da zona rural procura o meio urbano em busca de melhores condições de "habitat", de serviços sociais básicos e melhores perspectivas de trabalho.

O Serviço Militar, apesar das alegações, tem influência absolutamente desprezível nesse processo e, em face da proporção — soldado/população — cada vez menor, o problema deve ser considerado como sem possibilidades de vir a tomar qualquer significação.

"Aprende a gravar na pedra os favores que receberes, os benefícios que te fizerem, as palavras de carinho, simpatia e estímulo que ouvires.

Aprende porém a escrever na areia, as injúrias, as ingratidões, as perfídias e as ironias que te ferirem pela estrada agreste da vida."

MALBA TAHAN

BR-236: A RODOVIA DE INTEGRAÇÃO DO ACRE

Cap Eng QEM

LUIS CARLOS MARQUES NOGUEIRA

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A BR-236 teve a sua semente plantada por Euclides da Cunha, em um de seus livros, intitulado "A Margem da História". Nessa obra memorável, esse arguto brasileiro ressaltou a necessidade da construção de uma via férrea, ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul, a qual denominou de "Transacreana", cuja direção geral do traçado se aproxima do alinhamento atual adotado para a rodovia BR-236. Defendendo a necessidade dessa ligação, argumentava: "De fato, o extenso segmento retilíneo de 605 km da linha Cunha Gomes, é a própria linha de ensaio de um varadouro notável, ligando as três sedes administrativas. Dando-se-lhe o desenvolvimento exagerado de 20% sobre a distância, terá a extensão de 726 km, ou sejam, exatamente 110 léguas, que podem ser transpostas em grande parte, a cavalo, em menos de doze dias". Mais adiante acrescentava: "Deve consistir porém no estabelecimento de uma linha férrea — a única estrada de ferro urgente, indispensável no Território do Acre".

Evidentemente, a grande evolução tecnológica no setor dos transportes, transferiu para a rodovia o papel da via terrestre pioneira.

A via férrea, que Euclides da Cunha denominou de "Transacreana", dentro em breve estará transformada em uma extensa rodovia transversal brasileira, que se constituirá no segmento extremo-oeste da Transamazônica (futura BR-230).

Consoante o Plano Rodoviário Nacional, a BR-236 tem o seu km 0 em Abunã-RO, onde inicia o seu desenvolvimento, rumo ao extremo-oeste brasileiro. O trecho Abunã-Divisa RO/AC tem cerca de 154 km de extensão. Deste ponto inflete para sudoeste, até atingir a cidade de Rio Branco. A partir da capital do Acre, com direção dominante para noroeste, a sua diretriz se desenvolve bem próxima à linha Cunha Gomes (divisa AC/AM), tendo como pontos obrigados de condição as localidades de Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Japílim. Nesse povoado

novamente inflete para sudoeste até atingir o Boqueirão da Esperança, próximo à divisa Brasil/Peru. A sua extensão no Acre mede cerca de 953 km, toda ela, praticamente, no interior de exuberante selva virgem.

2. INTEGRAÇÃO DO ACRE

A BR-236 é obra básica e indispensável à integração econômica e social do Estado do Acre, cuja rede hidrográfica sendo toda transversa à direção principal de seu território, dificulta sobremodo a penetração, ocupação e colonização de sua área geográfica, que já tem a selva virgem equatorial como obstáculo formidável. Ai surge a importância da BR-236, como "vereda atalhadora que vai por terra de uma vertente a outra" conforme muito bem acentuou Euclides da Cunha. Cortando o Acre no sentido de sua direção principal e tendo como pontos obrigados de condição os maiores núcleos populacionais do Estado, esta estrada promoverá a tão desejada e inadiável integração dessa região. Interligando as principais calhas fluviais do Estado, entre as quais se destacam os rios Acre, Purus Embira, Tarauacá, Gregório e Juruá, essa rodovia pioneira se transformará na principal artéria de circulação terrestre, que se ramificará através dos numerosos caudais da bacia hidrográfica acreana. Essa conjugação, da estrada com os rios da região, criará um sistema integrado de vias de penetração que favorecerá a ocupação de extensas áreas despovoadas, além de permitir a ligação da maior parte das comunidades rurais e urbanas já existentes, a um eixo rodoviário, que se encarregará de receber e distribuir os recursos humanos e materiais ao longo de todo o Estado, uma vez que sua diretriz une, praticamente, os seus pontos extremos. Enquanto a infra-estrutura rodoviária do Estado não se expandir, os rios atuarão como ramificações naturais da BR-236, complementando o seu papel de via pioneira e de integração dessa mais nova unidade da Federação.

Atualmente o Acre sofre de uma enorme carência de infra-estrutura de transportes e comunicações, fatores básicos sem os quais nenhum empreendimento de vulto, com vistas ao desenvolvimento regional, terá êxito. O arcabouço rodoviário ainda está em fase embriatória. A extensão da rede em tráfego tem apenas 590 km toda ela constituída de estradas pioneiras de terra batida, que ficam praticamente intransitáveis durante a maior parte do ano, em decorrência da elevada pluviosidade da região. Para se ter uma idéia do que isso representa, basta fazer uma comparação com o Ceará, Estado com área territorial aproximadamente equivalente (146.817 km²), cuja extensão da rede em tráfego tem 51.188 km, dos quais 1.356 km são pavimentados. No presente, toda a infra-estrutura de transporte se baseia na rede hidrográfica da região, que oferece enormes dificuldades. Os rios são extremamente sinuo-

sos e de regime irregular. São rios que estão em luta constante contra a natureza, em busca do leito definitivo. Em consequência, mudam de curso freqüentemente e sofrem de permanente trabalho de assoreamento e entulhamento, decorrente de grandes enchentes e de notável erosão de suas margens, que carreiam árvores gigantescas para o leito. São rios que no período das chuvas se alargam em centenas de metros e durante a estiagem se estrangulam, em largura e profundidade, a ponto de permitirem sólamente a navegação de pequenas embarcações. Por outro lado, os meios de transporte fluvial não evoluíram, sendo constituídos de embarcações obsoletas e primitivas.

O transporte aerooviário é igualmente deficiente e já não atende às necessidades da região. O Estado ainda não dispõe de pista de pouso pavimentada. São aeródromos com características pioneiras, com exceção das existentes em Cruzeiro do Sul e Rio Branco, que ainda estão em fase de implantação. A FAB, sempre presente, prestando relevante serviço social, cumpre importante missão na área, interligando as pequenas ilhas demográficas ainda não atingidas pela rodovia. A aviação comercial, operando aeronaves DC-3, contribuiativamente para o desenvolvimento do Acre.

Dante do que foi exposto, pode-se afirmar que a BR-236 tem sentido de integração nacional, ao promover uma ligação terrestre permanente das principais cidades do Estado do Acre com o restante do País. Essa estrada provocará o desbravamento de uma extensa região brasileira, com mais de 152.000 km² de área, que corresponde a 1,79% do território nacional, ou seja, as superfícies do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, reunidas. Não há dúvida que a BR-236 constituirá um novo eixo de expansão interna e de desenvolvimento da Amazônia, cuja conquista e integração tornou-se um clamor nacional, face a imensidão dessa região, que ocupando 59,2% do espaço geográfico brasileiro, tem apenas 8 milhões de habitantes (1,6 hab./km²), 11.000 km de fronteiras internacionais e 1.500 km de costas que se estendem do Cabo Orange a São Luis do Maranhão.

3. COLONIZAÇÃO ORDENADA

O mesmo processo de colonização ordenada, em implantação nos 2.075 km da Transamazônica (Picos-PI a Humaitá-AM) poderá ser levado a bom termo ao longo dos 1.107 km da BR-236. E essa medida governamental não deverá tardar, logo que a Nação tenha recursos para promovê-la, pois trata de necessidade urgente estimular o desdobramento, pelas áreas desocupadas, dos 92% da população do país, que se concentram numa faixa litorânea de 500 km de largura. A BR-236 também desempenhará importante papel na ocupação do Oeste amazônico, que poderá receber de modo planejado, através dessa rodovia, novos contingentes do nordeste brasileiro, o

qual sendo uma área problemática por fatores climáticos adversos, tem o gravame de concentrar 25% da população do país, um espaço que corresponde a 15% de sua extensão global.

Por outro lado, tudo faz crer que essa ocupação ordenada da Amazônia, como um todo, o Acre representa uma parcela ponderável, só será possível com abertura de estradas de penetração pelas regiões de maior interesse econômico. Parece constituir fato histórico que os 20.000 km de rios navegáveis da Amazônia falharam como elementos motivadores de desenvolvimento equilibrado. Esse determinismo histórico dos rios amazônicos, também foi notado por Euclides da Cunha, que observou em seu livro, já citado: "... viu-se, então, que o homem em vez de senhorear a terra, escravizava-se ao rio. O povoamento não se expandia, estirava-se. Progredia em longas filas ou volvia sobre si mesmo sem deixar sulcos."

4. SEGURANÇA NACIONAL

A BR-236 tem grande importância no que toca à segurança nacional, uma vez que sua zona de influência abrange extensa área estratégica, que se limita numa extensão de 618 km com a Bolívia e de 1.565 km com o Peru. Esse perímetro lindelro corresponde a quase 10% dos limites territoriais brasileiros.

Ademais, a ocupação do imenso vazio amazônico por brasileiros, constitui objetivo nacional permanente, tendo em vista a coblaça internacional sobre essa vasta região, da qual o Acre é parte integrante. As teses de internacionalização da Amazônia já vêm de longe e de vez em quando ressurgem com roupagem camuflada ou até mesmo ostensiva. Urge, portanto, a intensificação da construção de vias de penetração terrestre, que assegurem a ocupação física dessa área por brasileiros e que promovam a sua integração sócio-econômica ao restante do Brasil, que vem desfrutando de acelerado processo de desenvolvimento. Nesse quadro, não há dúvida que a BR-236 desempenhará importante função como via pioneira na Amazônia Ocidental.

5. INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A BR-236 concorrerá para a integração Sul-Americana, através de suas ligações com as rodovias Pan-Americana e Marginal da Selva. Conjugada com a rodovia Pan-Americana, que unirá Valparaíso-Chile a Miami-EUA, se constituirá num importante elo de ligação entre os litorais dos oceanos Atlântico e Pacífico. Conjugada com a rodovia Marginal da Selva, que unirá Assunção-Paraguai a Caracas-Venezuela, se transformará numa importante via de penetração do interior Sul-Americano. Essas ligações têm relevante importância econômica, pelo incentivo comercial que poderão estimular entre o Brasil e países vizinhos. Para êstes o nosso país poderá exportar produtos manufaturados, em troca de minerais não ferrosos e de outros bens.

6. DIFICULDADES DE CONSTRUÇÃO

Em se tratando de construção de uma obra rodoviária em plena selva amazônica, é oportuno abordar os óbices que se antepõem ao andamento desse empreendimento, do qual o 7.º Batalhão de Engenharia de Construção participa, ao receber a missão de implantar o trecho Extremo-Oeste da rodovia BR-236, compreendido entre Manoel Urbano e a Divisa Brasil/Peru (590 km), que se constituirá no segmento final da Transamazônica.

a) Regime de Chuvas

Constitui um dos grandes obstáculos. A região acreana recebe, anualmente, cerca de 2.000 a 2.500 mm de precipitação pluviométrica, cuja maior incidência se dá entre os meses de outubro e maio. Nesse período de oito meses, dois terços do ano, o trabalho com equipamentos pesados chega a ser impraticável. As chuvas, quase que diárias mantêm o solo em permanente estado de saturação de água.

O período restante, de junho a setembro — quatro meses — corresponde à época do verão, conforme é normalmente chamada na região. Nessa fase do ano chove, em média, 60 a 80 mm por mês. Ocorre, entretanto, que a curta intermitência das chuvas mantém o terreno com umidade elevada, dificultando sobremodo a sua aeração e secagem. Assim sendo, até mesmo o período do verão não pode ser integralmente aproveitado em benefício da obra, face à constância das precipitações pluviométricas, intercaladas por curtos intervalos secos.

b) Solos

— Quanto à origem, os solos do Acre são de formação sedimentar recente, provavelmente do período terciário. Submetidos ao clima quente úmido, com forte pluviosidade, sofrem grave processo de intemporalização. A topografia geralmente pouco acidentada e a exuberante cobertura vegetal, aliadas aos fatores já citados, provocam os fenômenos de laterização e de lixiviação, com todos os seus efeitos destrutivos.

— Quanto à natureza, são solos essencialmente formados por argilas, siltosas ou arenosas, do grupo A-7 da classificação do Highway Research Board (HRB). Esses solos são de qualidade inferior, para construção de obras rodoviárias, mesmo para emprêgo no subleito estradal.

— Quanto ao comportamento, são solos de fraca capacidade de suporte, face às suas características desfavoráveis; excessiva percentagem de material fino, grande plasticidade, pequeno ângulo de atrito e coesão elevada.

A medida que os trabalhos se desenvolvem, temos constatado a baixa capacidade de suporte do solo acreano e a sua pobreza em material granular graúdo. Até agora, apesar de pesquisas rudimentares feitas em vasta área da região não se conseguiu localizar jazida favorável de cascalho, salbro, piçarra, areia grossa ou de rocha superficial, ao longo de todo o trecho em construção, compreendido entre Cruzeiro do Sul e Tarauacá (230 km). Essa deficiência básica tem representado um sério obstáculo à condução dos trabalhos.

c) Apoio logístico

Não é difícil imaginar, mesmo para quem está fora dessa zona, as tremendas dificuldades na condução de uma estrada localizada no âmago da selva amazônica. Basta sentir que se trata de uma obra cujo canteiro de trabalho se encontra afastado centenas de quilômetros dos grandes centros de suprimento e de decisões. E nesse particular, a situação do 7.º BEC é sobremodo penosa, uma vez que não conta com nenhuma via terrestre, afora a fluvial, por onde possa fluir o indispensável apoio da retaguarda. A via fluvial principal, representada pelo rio Juruá, é muito precário, pois à medida que se aproxima de Cruzeiro do Sul, tem a sua tonelagem reduzida no período de verão, de 600 para 30 toneladas, ocorre esse fato exatamente na época em que os trabalhos são intensificados, quanto mais necessário se torna o apoio de suprimentos.

Outra dificuldade de monta está na arregimentação de mão-de-obra especializada ou de nível médio, que freqüentemente recusa as oportunidades de emprêgo na região, mesmo com a oferta de salários elevados.

d) Rede hidrográfica

Sendo a bacia hidrográfica do Acre completamente transversa à direção dominante da estrada, não foi possível projetar o seu traçado por um vale, margeando algum curso de água volumoso, pelo qual fosse viável suprir os canteiros de trabalho. A transposição freqüente de tão numerosos e caudalosos cursos de água representa vencer verdadeiras barreiras sucessivas de obstáculos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

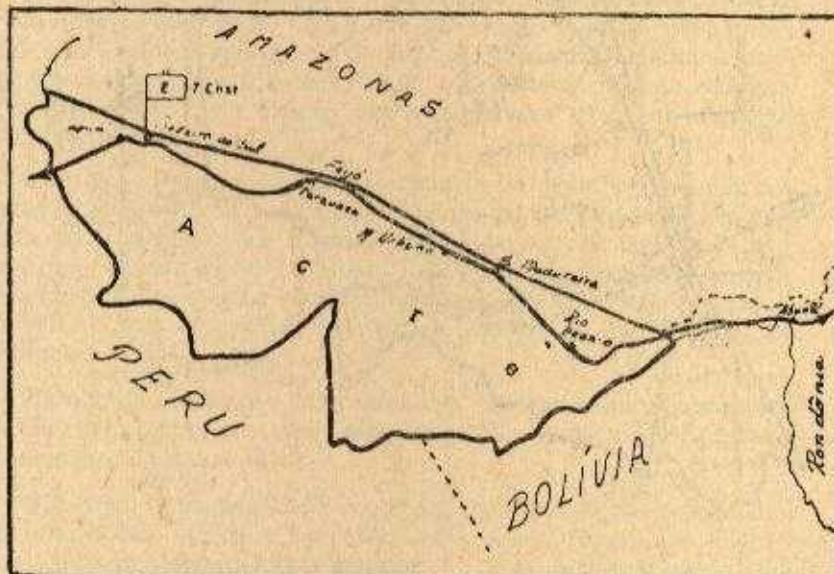
A BR-236 é uma obra de vital importância para o extremo-oeste amazônico e em particular para o Acre. Essa estrada promoverá a inadiável integração do Estado do Acre, que tem a maioria de suas cidades, vilas e povoados, quase que completamente isoladas do restante do país. O isolamento que essas comunidades sofrem, entre si próprias, por falta de infra-estrutura de transporte, representa um sério empecilho à humanização do Estado, à interação socio-cultural de sua gente e ao intercâmbio comercial de seus núcleos populacionais. Essa obra representa, atualmente, o empre-

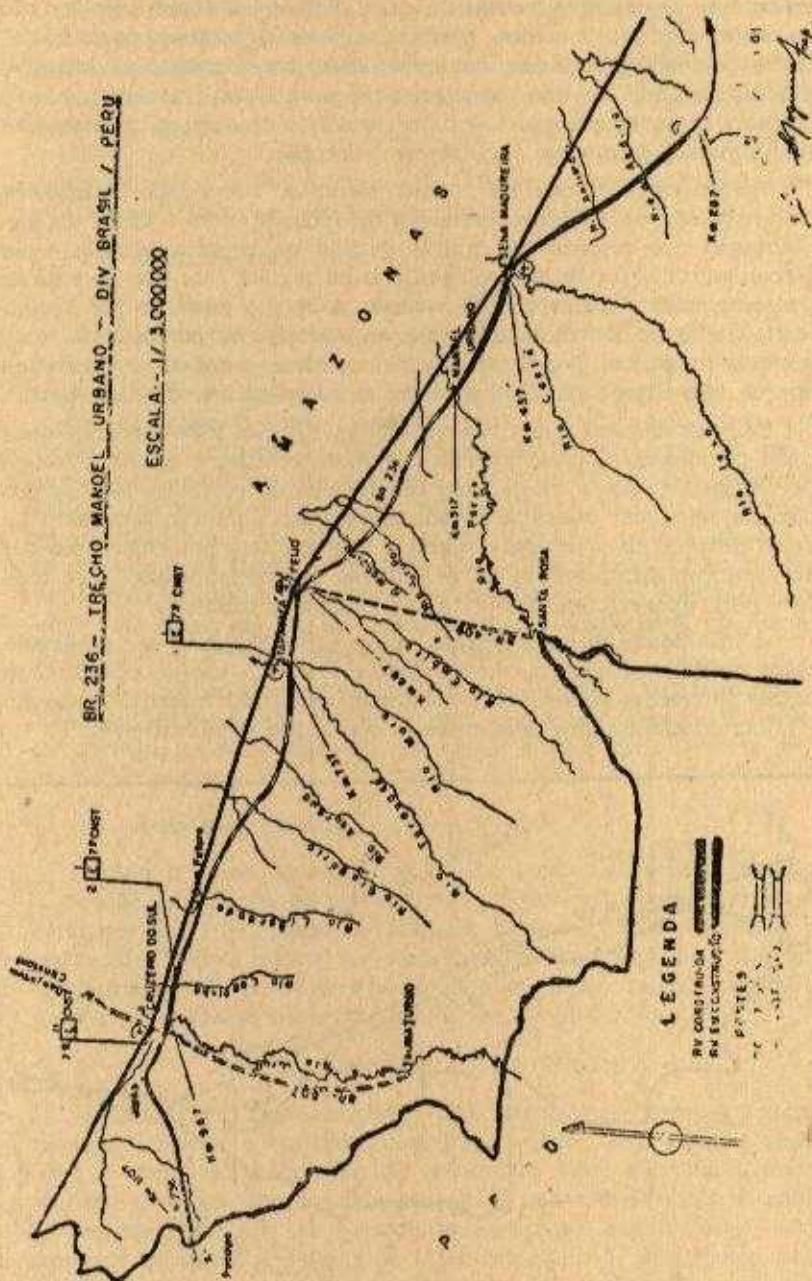
endimento de maior importância para o desenvolvimento do Estado do Acre, devendo merecer, portanto, maiores recursos para aceleração de sua implantação. Por outro lado, considerando as enormes dificuldades que lhe dão características peculiares, entre as quais se avulta o reduzido período útil para trabalhos de campo, urge de emprego maciço de meios, para rápida execução.

Evidentemente, não se poderá medir a viabilidade econômica dessa rodovia pela análise exclusiva da relação entre o custo da implantação e o retorno de capital gerado na comercialização e no escoamento dos produtos já disponíveis na região. Esse tipo de análise poderá conduzir a um círculo vicioso: A região não faz jus a uma infra-estrutura de transportes porque não oferece perspectivas econômicas imediatas; e não oferece perspectivas econômicas imediatas porque não dispõe da indispensável infra-estrutura de transportes.

Convém lembrar que a rodovia Belém-Brasília sofreu grande oposição por ocasião de sua abertura, quando recebeu o apelido irônico de "estrada da onça". Hoje, com um tráfego de cerca de 700 veículos por dia, ninguém discorda de sua importância para o progresso do Leste amazônico, que está fadado a ser um dos principais centros de produção agropecuária do país, além das possibilidades que oferece para aproveitamento de valiosos recursos minerais.

A viabilidade de uma estrada como a BR-236 deve ser analisada sobre múltiplos aspectos, alguns mensuráveis em termos econômicos, outros referentes à segurança nacional, expansão interna, ocupação e humanização de uma área onde já vivem 250 mil brasileiros.





EXCERTOS DA HISTÓRIA DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA, SUSTENTÁCULO DA REPÚBLICA

Gen Bda
EPAMINONDAS FERRAZ DA CUNHA

Aproxima-se o verão de 1896 e o 7.º BI regressa de Santa Catarina.

O Batalhão salga o morro de Santo Antônio — no Rio de Janeiro — e ocupa, bulhento e feliz, o casarão à retaguarda do convento.

Com os veteranos que dali haviam partido para Santa Catarina, voltam outras praças alistadas por Moreira César para que a Unidade se tornasse "o melhor corpo do Exército". Uma Unidade que, tranquila, não percebe nuvens no horizonte, apesar do fervedouro da política.

1. O Batalhão está no Rio e seus homens despertam do sono que os redimiu do cansaço da viagem, menos pelo toque de alvorada do que pelo som do bronze dos sinos do velho convento, chamando os fiéis na matinada.

A satisfação do comandante — o Coronel Antônio Moreira César — expressa-se através do elogio que faz a seus homens, pela prontidão e boa ordem com que o Batalhão embarcara, embora a partida tivesse sido urgente e inesperada; e ressalta a correção com que se portaram durante a viagem sem que houvesse a menor alteração da disciplina.

Completa o elogio — que determina seja nominal — com um destaque todo especial e que muito honra ao exalçado. Diz êle que ainda mais louvável fôra o procedimento do Alferes Vicente Poli, o qual, preocupando-se com a ordem de regresso do Batalhão, correra, pressuroso, a oferecer os seus serviços, pedindo para seguir adido à Unidade, o que conseguira em virtude da ordem do Ministro da Guerra.

É evidente que, sem a intervenção de Moreira César, essa adição em tão curto prazo, não teria sido autorizada. O Alferes Poli saberá demonstrar o seu valor...

O motivo da transferência do 7.º BI, de Florianópolis para o Rio, ignoramos. Não sabemos da razão dessa ordem "urgente e inesperada", e de ter Moreira César frisado: "... que mais uma vez o Governo e a República apelam, confiantes neste dedicado Batalhão..."

Estas expressões dão idéia de que a Unidade irá cumprir uma nova missão e não, simplesmente, regressar ao quartel de origem.

Revela-nos Pedro Calmon:

"O fato é que, ao sobrevir, três anos depois, a crise das instituições, de que a Guerra de Canudos se constituiu o episódio típico, recaiu em Moreira César a responsabilidade de resolvê-la, como se fôra o chefe natural da intransigência republicana. Conta Edmundo da Luz Pinto que o atraiu para a missão — nos sertões da Bahia — Lauro Müller, mediante um hábil apêlo aos seus brios de servidor invicto da República. Com essa oportuna mensagem, oferecia ao Governo uma espada leal... libertando dela o seu Estado. Acertou em cheio. Embarcou Moreira César com o 7.º de Infantaria no "Itaipu", para o Rio de Janeiro..."

Do exposto conclui-se que a vinda do 7.º está ligada à alta no barômetro da política; e que o "óculo" do furacão, que a princípio tendia para a Capital da República se deve ter desviado para o sertão baiano. A ação de Lauro Müller tem lógica; talvez tenha sido a razão da vinda do 7.º para a Capital Federal, reforçar a guarnição do Rio de Janeiro.

De uma coisa, porém, estamos certos, face à pesquisa que fizemos nas ordens do dia do Batalhão: não foi Canudos que trouxe o 7.º e Moreira César para o Rio conforme supôs Edmundo da Luz Pinto.

Pela ordem cronológica dos fatos, não se prenunciava, na data do embarque do Batalhão, em Florianópolis, a eclosão do conflito na Bahia.

A 30 de outubro de 1896, data em que Moreira César transmitiu ao Batalhão a notícia do embarque (que seria realizado no dia seguinte), ainda não fôra nenhuma tropa atacar a "capital" de Antônio Conselheiro.

Sómente no dia anterior (29), é que o Juiz de Direito de Juazeiro, receoso de um ataque dos homens de Conselheiro àquela cidade, pedira força ao Governo para defendê-la. E o Governo Federal, otimista, autorizaria o Comandante do 3º Distrito Militar a fornecê-la — cerca de 100 homens — mas não no valor de um Batalhão de Infantaria.

A 23 de novembro, quando o 7º já está novamente acomodado no Morro de Santo Antônio, é que o Comandante daquele Distrito, recebendo a notícia de que aquela força fôra derrotada pelos jagunços, faz seguir nova tropa, a 25, para Queimados, sob o comando do Major Febrônio de Brito.

Moreira César está tão confiante na estabilidade do Batalhão na Capital da República, que toma medidas que demonstram não cogitar de um próximo emprêgo da Unidade fora desta cidade.

Preocupa-se, isto sim, com a instrução e os serviços de rotina da guarnição, pois a 20 de janeiro de 1897, determina a reorganização da Escola Regimental:

"... havendo cessado os motivos que concorreram para o fechamento temporário da Escola Regimental (grifamos) e verificando-se que existe no Batalhão um número não pequeno de praças nas condições de serem educados intelectualmente, determino, portanto, que hoje, às 10 horas da manhã seja reaberta com as formalidades de estilo, a mesma Escola, que fica sob a direção do cidadão Alferes Vicente Poli."

É nesse dia que a expedição do Major Febrônio de Brito, derrotada, muito embora tenha feito razoável matança de jagunços, retira-se para Monte Santo.

Enquanto isso, no quartel do 7º tudo é paz, com o inicio das aulas na Escola Regimental, tanto mais que há grande número de recrutas de quinze a quarenta anos de idade, por força do recompletamento do efetivo, medida que se fizera necessária após o regresso de Santa Catarina.

Assim estão os soldados do 7º, na penúltima semana de janeiro, ignorantes do vórtice que se aproxima e que a todos levará de roldão...

2. Com a notícia do insucesso das forças de Febrônio de Brito, logo as autoridades organizam uma nova expedição, esta bem forte, para esmagar a insolência de Conselheiro que, de acordo com os boatos tem o devido respaldo em um movimento de cunho monárquico!

Embora a portaria de organização desta nova força esteja datada de 2 de fevereiro, já a 30 de janeiro Moreira César sabia dessa providência, e que o 7º e ele próprio estariam na sua composição. Neste dia, ele destaca em sua ordem do dia as atitudes do sargento Pedro Paes Leme e de um soldado, por terem desistido de suas licenças, a fim de seguirem com o Batalhão para a Bahia, mostrando com esse ato, serem militares briosos, terem amor à sua classe e serem dedicados à República e à Pátria. E louva um Alferes — Arminio Pereira — do 24º BI, que passa a adido, devendo ser incluído na primeira vaga que se der, pelo exemplo de patriotismo que acaba de dar, ao pedir para seguir em operações com o Batalhão, "onde já se tornou saliente a sua dedicação e amor à República".

Depreende-se destes registros que a notícia da organização da Brigada se deve ter espalhado nos últimos dias de janeiro, eviden-

ciando-se, desde logo, que o 24º BI não irá nesta expedição — lá estará, mais tarde —, mas que o 7º — o sustentáculo da República — vai, de novo, formar quadrados em sua defesa.

E emprestará seu Comandante para, com as honras de um generalato sem bordados, comandar a Brigada cujo destino está sendo tecido pelas Parcas.

3. A 1º de fevereiro, Moreira César passa o comando do 7º BI a um novo oficial da Unidade — o Major Rafael Augusto da Cunha Matos, e assume o comando da Brigada que operará na Bahia.

Moreira César não se despede do Batalhão, seu fiel companheiro de tantos anos de convívio e de tantas horas incertas. O afastamento é temporário. Liquidados aqueles jagunços, a Brigada se dissolverá e ele voltará ao comando do Batalhão ou — o que será mais certo — dêle então se despedirá, por ascender ao generalato.

O Major Cunha Matos — um carioca da mesma idade de Moreira César, e que lutou no Paraguai — declara ser desnecessário dizer a uma oficialidade tão briosa e inteligente, como a que acidentalmente passa a comandar, que outra coisa não deseja que não seja "um profícuo e valioso concurso".

Caldwell, o fiel auxiliar de Moreira César em Santa Catarina, é nesse dia transferido para o 10º BI que fica no Rio.

4. Antes de iniciar o relato da vida do Batalhão em terras balanás, pedimos aos que nos leem e que queiram conhecer, em pormenores, a dura campanha de Canudos, que recorram as obras de eminentes historiadores que se dedicaram ao registro e à análise dos fatos sob os pontos de vista político, social e militar. Estamos, aqui, fazendo a crônica da vida de um Batalhão, trabalho que não comporta a análise das causas daquele drama nacional, nem mesmo da conduta da campanha na qual acabaram envolvendo-se três dezenas de Batalhões de Infantaria, além de Artilharia, Cavalaria e elementos de apoio.

Fiquemos, pois, nas pegadas do nosso 7º BI...

A portaria de 2 de fevereiro de 1897 determina que seja constituída uma Brigada sob o comando do Coronel Antônio Moreira César e composta dos 7º, 9º e 16º BI, um Esquadrão do 9º RC, uma Bateria do 2º Regimento de Artilharia e outras forças que o Governo a ela venha agregar para operar no interior do Estado da Bahia. Com ela, seguirão médicos e uma Caixa Militar. Nessa expedição, o 7º é o representante da Infantaria carioca.

Embarcando no paquete "Maranhão", o Batalhão segue para Salvador e neste pôrto já se encontrará a 6 daquele mês; Moreira César terá ido no vapor "Santos".

Em Salvador, o 7º recebe um reforço de cerca de 150 graduados e soldados oriundos do 33º BI, sediado na Bahia.

Como está o nosso Batalhão? Analisemo-lo, ao se aproximar do campo da luta.

Seu comandante interino Cunha Matos está na Unidade há uma semana; o mais antigo dos seus capitães, Caldwell, com longa experiência no comando interino e subcomando, ficou no Rio; um razoável contingente de praças é composto de recrutas bisonhos, alguns adolescentes, incorporados há uns dois meses e, consequentemente, com precária instrução militar (ter-se-iam exercitado no tiro?); por fim, graduados e soldados (recrutas? veteranos?), do 33º BI, na ponderável quantidade de 150 homens, são agregados ao Batalhão nas vésperas de seguir para Vila Queimadas.

Muito mais tarde na etapa final da campanha de Canudos, depois de ter sido forjado nesta oficina que Vulcano instalou nos sertões, e de ter sentido no corpo mil marteletes a estirá-lo, até fazer do lingote ígneo, a barra lisa e de perfil uniforme, sólido esteio para qualquer operação tática — ai sim, o 7º torna a ser uma Unidade com espírito de corpo.

Mas, agora, é cedo para distinguir-se no 7º essa força animica, em face daqueles fatores adversos. Resta a esperança de que tudo correrá bem, pois, à frente de todos, como guia seguro pelos caminhos que conduzem à Vitória, está o intrépido Comandante da Brigada.

Moreira César, possivelmente, deposita total confiança no seu prestígio pessoal que deve ter precedido à sua chegada; porém, como bom profissional da arte da guerra (na medida da época e do ambiente militar em que vive), procura sanar as deficiências da tropa que lhe fôra confiada.

Na Vila Queimadas, a 10 de fevereiro, ele emite as seguintes "Instruções e Recomendações" que são transcritas na ordem do dia do 7º BI:

"Tendo notado algumas irregularidades no serviço, de termino:

1º. Os toques gerais de revistas e formaturas partirão do Quartel-General e serão repetidos pelos corpos, frações isoladas, Baterias e Esquadrão.

2º. Haverá uma guarda avançada da Brigada para a segurança do acampamento e prisões, à ordem dêste comando e que será comandada por um oficial subalterno.

3º. Nas marchas, além da guarda avançada haverá mais uma força de Cavalaria na frente como exploradores e uma

guarda na retaguarda. Os exploradores, logo que encontrem o inimigo deverão avisar a guarda avançada e depois a Brigada; a guarda avançada avistando o inimigo dará sinal — chamada ligeira — tiroteará com élle até que receba ordem para retirar, a fim de poder operar a Brigada.

4º. Haverá na Brigada um superior de dia (Capitão) e um subalterno de ronda de visita, com as frações já determinadas e visarão o serviço de segurança geral da Brigada no acampamento, serviço de polícia e depois do toque de silêncio não consentirão praça alguma fora do seu acampamento. Os Corpos, Bateria e Esquadrão terão, também, as suas guardas particulares.

5º. Diariamente o Quartel-General dará o nome e senha. Nas marchas, a distância entre os exploradores, guarda avançada da Brigada e guarda da retaguarda não será superior a 100 metros. Fica constituido Monte Santo (vila) como base de operações sob o comando do oficial designado por êste comando. A vila de Queimadas será uma segunda base de operações nas condições acima. Os comboios da Brigada marcharão na cauda da coluna e da guarda da retaguarda. Esses comboios serão dirigidos por pessoal determinado pelo assistente do Quartel-Mestre General. O acampamento será, em geral, em blvaque, salvo o caso de partir o sinal do comando da Brigada para armar barraca."

5. Não há confronto possível entre a estrutura dessas instruções e a das realizadas hoje, pelos modernos trabalhos do comando.

Sente-se na montagem das instruções de Moreira César que a sequência das determinações ficou ao sabor do que ia sugerindo a sua mente: toques, medidas administrativas e de segurança.

Por sua vez, o Comandante do 7º, com o objetivo de desenvolver as ordens emanadas do escalão superior, expede instruções:

"... a fim de não só ensinar aos comandados que ainda não têm prática dos serviços de campanha, mas também chamar a atenção de todos para o exato cumprimento das ordens que se relacionam com o assunto... (seguem-se prescrições diversas). Com o correr do tempo êste comando fará em detalhe outras recomendações que se tornem necessárias sendo certo que ainda confia êste comando no inteligente auxílio dos oficiais para que tudo se faça da melhor forma para não só o bom êxito das operações de guerra que se vão iniciar, mas, também, para que ainda uma vez o 7º BI confirme os foros de disciplinado que com justiça goza no Exército."

6. Em 14 de fevereiro, o comando da Brigada determina que o Batalhão, às 5 horas da manhã, acompanhado de um médico, um farmacêutico e respectiva ambulância, siga para Monte Santo.

O Batalhão levará:

"... um comboio composto de 2 carroças e 60 cargueiros com munição de guerra, caixões de poços artesianos, milho, sal, alfafa, fósforo e mais gênero que puder levar para o que escolherá praças aptas para conduzir cargueiros, isto é, os que saibam tratar de muares. O 7º deixará aqui entregues ao Alferes do mesmo Batalhão Raimundo Augusto da Silva Costa, suas mochilas e mais objetos de que não precisar; tudo isto ficará arrecadado em algum quarto fechado. Seguirão com o já citado Batalhão, como guia, o civil Pedro Guia e o soldado do 9º Regimento de Cavalaria, Pedro Bernardo da Costa.

Hoje, que tendo de viso observado a dedicação e solicitude de toda a Brigada em cumprir o seu dever mobilizando-se com admirável rapidez, louvo ao Comandante do 7º BI, Major Rafael Augusto da Cunha Matos, pela disciplina mantida em suas praças e pelo esforço abnegado em prol da República e determino ao mesmo Comandante, que louve nominalmente todos os seus comandados oficiais e praças, e ao Tenente do 24º BI, adido a este, Arminio Pereira, auxiliar do Quartel-Mestre General."

Pela segunda vez Moreira César dedica algumas palavras de elogio a um elemento que não é do Batalhão — já o fizera antes com o Alferes Poli — mas que ocorrerá ao 7º para nêle se integrar. Em ambos os casos, parece-nos — mais do que o prestígio do Batalhão, fascinou-os o caráter do Comandante titular da Unidade.

7. Ressumbrase, afinal, na ordem acima transcrita, um timido esboço de logística: a existência de uma carga prescrita a ser transportada pelo Batalhão.

Sente-se a presença do sistema da utilização dos recursos locais para atender à subsistência dos homens. Nota-se isso, na ênfase dada ao transporte da munição e da forragem, deixando para os liens dos víveres, os claros que restassem na capacidade de transporte das carroças e cargueiros. Daí, bem sintomática, a expressão: "... e mais gêneros que puder levar...". Pelo menos, os petrechos para os poços artesianos não ficaram pra trás.

O Batalhão parte, e a 16 está em Tanquinho; a 19, a ordem do dia é editada em Monte Santo.

Há um sentimento de segurança nas palavras de Cunha Matos quando, após modificações nos comandos das companhias, diz:

"Este comando confia tanto na aptidão, zélo e interesse dos referidos oficiais, que não trepida afirmar que a companhia de atiradores será, em tudo, uma companhia modelo."

8. As deserções até que são em pequeno número. Oito soldados já fugiram com temor a Conselheiro. A 22, o Batalhão está em Fazenda Laginha, com mais duas deserções; a 26, em Cajazeiras e outro soldado desaparece; a 27, em Serra Branca, e ainda outro se vai.

Diz Moreira César que mais uma vez será posta à prova a dedicação resignada do soldado brasileiro, pois terão que marchar 7 léguas durante a noite, com a água que apenas "...daqui levarmos, sendo indispensável vencermos esta distância pois, no Rosário, temos todos os recursos, a evitar-se que os inimigos nos venham a tolher a passagem."

Determina que os oficiais e praças não deixem para trás praça alguma estropiada, oferecendo-lhes a sua montaria ou garupa. Recomenda, também, que não se ofereça durante a marcha, combate ao inimigo, apenas fazendo fogo no que se aproximar ao ponto de ser bem visado.

"No Rosário, onde nada nos faltará, descansaremos o tempo necessário para refazermos as forças."

É a última vez que uma ordem do dia de Moreira César é transcrita na do seu Batalhão. O fim aproxima-se.

A 1.º de março, o 7.º está, ainda, em Vila do Rosário, onde desaparece — sujeito às sanções da lei — o último deserto dessa arrancada.

Depois... apagam-se as ordens do dia do 7.º BI...

A próxima a vir a lume já está datada de 9 de março, e o acampamento está de novo, em Vila de Queimadas.

A valancha espraiara-se. Juntam-se, agora, os salvados...

9. Descrever, aqui, o que se passou, não há porquê. Já está tudo muito bem descrito, muito bem contado, e por esplêndidos conhecedores do ofício.

Resumamos, pois, o que eles escreveram.

10. A 2 de março, o Batalhão marcha para o rancho do Vigário, distante 18 quilômetros de Canudos. Ali, Moreira César combina

com Cunha Matos que a 3 seguirão até 9 quilômetros de Canudos e descansarão a tropa:

"Depois abeirar do rio Vaza-Barris, bombardear o arraial e, quando este se achasse danificado, assaltá-lo com a infantaria." (Euclides da Cunha)

Na manhã de 3, segue a Brigada, tendo à frente uma Companhia do 7º, de 100 homens, sob as ordens do Tenente Figueira. É a Companhia de atiradores de que tanto se orgulha Cunha Matos, e nela está o bravo Alferes Poli, aquél que instara, em Santa Catarina, com Moreira César, para seguir com o Batalhão.

Eis como Euclides descreve o "primeiro encontro":

"... E quando a vanguarda lhe atingiu o meio (do rio), estourou uma descarga de meia dúzia de tiros.

Era afinal o inimigo.

Algum piquete de sobre-ronda à expedição, ou ali aguardando-a, que aproveitara a conformação favorável do terreno para um ataque instantâneo ferindo-a de sossaião, e furtando-se a seguro pelas passagens cobertas das ribanceiras do rio.

Mas atirara com firmeza: abatera, mortalmente ferido, um dos subalternos da companhia de atiradores, o Alferes Poli, além de 6 a 7 soldados. Descarregara as armas e fugira a tempo de escapar à réplica que foi pronta."

Bom e bravo Alferes Poli. Antecedeste de algumas horas, apenas, ao teu valente Comandante; afinal, ele se orgulhava de ti e tu não desmereceste do seu conceito!

11.

"As 10 horas da manhã o grosso das forças chegou à vista do povoado."

O plano anterior, de ali descansar e atacar mais tarde, é modificado. O ataque será nesse mesmo dia. E assim será feito.

O 7º BI investe e chega a tomar uma dezena de casas de onde partem disparos certeiros. A luta se desenvolve, sem tréguas nem quartel. E à tarde, dá-se o mais certeiro disparo, possivelmente saído de uma desprevensiosa "papo amarelo": o disparo que, acertando em Moreira César, desgraça a sua Brigada.

Um sargento de Artilharia, jovem candidato à Escola Militar, que atingirá, mais tarde, o alto posto de Brigadeiro da FAB — Marcos Evangelista da Costa Vilela Júnior, "um precursor da indústria aero-

náutica" — assim deporá para o historiador Gustavo Barroso, sobre o que viu naquele dia, em Canudos:

"Eram 5 horas da tarde. O Coronel Moreira César, de uniforme branco, "ao meio da linha do 7.º, à direita da Artilharia, deixou as rédeas do cavalo e pegando o binóculo com as duas mãos, começou a observar o desenvolvimento do combate. Nós estávamos parados na artilharia por não poder atirar, observando-o, quando rapidamente vimos ele soltar o binóculo, pegar as rédeas com a mão esquerda e dirigir-se para a artilharia; chegou junto ao meu canhão, onde estavam o Capitão Salomão e o Tenente Ávila, Ajudante-de-Ordens do comando da Brigada, que a ele se dirigiu e perguntou: — Coronel, está ferido? Respondeu: — Estou, é um ferimento leve, ajude-me a apear e vá dizer ao Coronel Tamarindo que assuma o comando da Brigada que vou descansar um pouco e depois reassumo. Seguiu para a retaguarda do morro da fazenda Velha, onde já tinham armado uma barraca, e lá o deitaram."

Com a chegada da noite, retrocedem os combatentes, e pelas 19 horas, morre Moreira César. Morre naquela fazenda Velha — a 300 metros da igreja nova e a 900 metros da Favela — em um "alteroso morro, estéril, pedregoso e tristonho", assim descrito pelo então Tenente Duque Estrada de Macedo Soares. Mais tarde, no decorrer da campanha, o lugar chamar-se-á "Forte 7 de Setembro".

Pela manhã — às 6 horas — inicia-se a retirada, com a Brigada sob o comando do Coronel Pedro Nunes Ferreira Tamarindo.

Como se descesse um plano inclinado, a tropa vai, primeiro a passo, e carrega os feridos. Logo, porém, Tamarindo também é morto. Há, de súbito, a deteriorização do princípio da autoridade. A marcha acelera, acelera mais e mais e então — diz-nos Tristão de Alencar Araripe —

"... produziu-se a debandada geral e o "salve-se quem puder."

12. Há muito que ler e meditar sobre essa explosão de pânico, a fim de que outros responsáveis por comandos em condições semelhantes possam evitar a repetição de tais fatos. E não nos venham dizer que, no nosso tempo, com evacuações pelo ar — céu pejado de helicópteros — não possa suceder uma debandada como aquela que liquidou a expedição Moreira César.

13. Mas... Moreira César foi derrotado?

Quando ele caiu ferido, sua tropa lutava na fimbria do casario, pouco adentrando, obstado como estava o seu avanço, pelo fogo

cruzado naquele infernal dédalo de vielas. A força retorna, ao anoitecer, sobre os passos da manhã. O ataque resultara nulo.

Mesmo que Moreira César estivesse vivo e são, não temos dúvida de que o final do dia apresentaria resultado semelhante. O que nos deixa em dúvida é se, no dia seguinte, haveria retirada; e, se as contingências obrigassesem Moreira César a assim proceder, se haveria — ao invés de um movimento retrógrado ordenado, em busca de posições mais favoráveis para a segurança da força — o espetáculo deprimente de uma fuga desordenada!

Pela dura experiência por que terá de passar a expedição seguinte, é certo que Moreira César teria que recuar, tanto mais que lhe faltariam suprimentos, especialmente os de sobrevivência.

Porém, se a tanto fosse constrangido — o que seria uma alternativa quase impossível de ser aceita por aquele homem — o movimento far-se-ia com elevada probabilidade de êxito; e, talvez, ele próprio fosse designado para organizar uma nova Brigada, para acabar com os jagunços de Conselheiro.

Moreira César far-se-ia respeitar na retirada, nem que para isto — pessoalmente — tivesse que fuzilar alguns covardes para o escarmamento dos demais. Ele o faria ou, pelo menos, tentaria, até que o matassem. Este era o toque do seu caráter.

No passado, podia ter sido prepotente ou cruel na consecução de seus objetivos. Se o foi, ninguém — que o saibamos — o acusou de ter-se aproveitado do poder para a realização de mesquinhos caprichos ou para corromper-se.

Quem bem o conheceu — o então Tenente Henrique Duque Estrada de Macedo Soares — dirá, poucos anos depois:

"A força comandada pelo Coronel Moreira César era disciplinada, valente e bem disposta. Na sua organização infiltrou-lhe o cunho de intransigente moralidade, tudo superando a sua vontade férrea. Para ele não existiam obstáculos materiais. Os de ordem moral arredava-os sem escrúpulos. Além das suas concepções, nada considerava: o que ordenasse cumpril-o-iam sem tardança, ou por completo destruiria qualquer contrariedade, embora para isso necessário se tornasse o sacrifício de alguém."

As suas "concepções" resumiram-se em dois ideais: o Exército e a Pátria Republicana.

14. No grande estuário em que se tornou a região de Vila de Quelmas, do caudal de centenas de homens cansados, famintos e temerosos, que chegavam pelas estradas, caminhos e sendas daqueles

sertões, logo ressurgiu o espírito de organização, inato em uma força militar, e que permite, em poucos dias, minimizar os efeitos da derrota.

A 9 de março, o Comandante interino do Batalhão edita a sua ordem do dia, a primeira depois do desastre:

"Após os combates de 3 e 4 do corrente nos quais foram extraídos, feridos e mortos, oficiais e praças, bem como extraído o respectivo arquivo do Batalhão (NOTA — O livro de registro de ordens do dia salvou-se, pois é deste que extraímos estes registros) e das Companhias, aliás resumidos, só agora é possível a este Comando dar princípio à regularização do serviço e isto mesmo paulatinamente. Todavia, tendo certeza do falecimento em combate de alguns dignos camaradas, este comando passa a fazer as necessárias alterações aguardando oportunidade para concluir-las."

O Comandante do 7.º BI exclui do estado efetivo — por falecimento:

"... os bravos Coronel Antônio Moreira César, Capitão Diogo Antonio Bahia, Alferes Vicente Poli, Alfredo da Conceição Araujo, Olímpio de Araújo Rabelo, João Gonçalves Coelho e Antonio Diogo Matos Vanique."

É o fim, ante as leis e regulamentos...

Moreira César é excluído do estado efetivo do 7.º Batalhão de Infantaria, para ingressar na Eternidade.

15. Quando Moreira César foi designado para o comando da expedição, a Presidência da República estava sendo exercida pelo "Vice", Manuel Vitorino Pereira, porque o titular — Prudente de Moraes — se licenciara para tratamento de saúde. Anote-se que as relações entre ambos andavam bem balançadas.

Teria Prudente de Moraes, se estivesse no exercício do cargo, nomeado Moreira César para comandar a Brigada em operações na Bahia? Manteria Prudente o mesmo conceito que tinha sobre aquélle Capitão que desejava, no passado, à frente da Fôrça Pública de São Paulo? Ou teria mudado o seu aprêço, após os acontecimentos de Santa Catarina?

Face às restrições que, certamente, parte da opinião pública faz aos atos de Moreira César, teria Prudente de Moraes — o Presidente que deve espelhar uma ponderável parcela dessa opinião — nomeado Moreira César para comandar aquela Brigada, se estivesse no exercício da Presidência?

Cremos que sim. Prudente o faria. E expressamos esta opinião baseado, em parte, e mais uma vez, em Duque Estrada de Macedo Soares.

Diz êle que Moreira César ao chegar à Bahia:

"... inteirou-se pelas informações oficiais, quanto à situação do inimigo e marchou altivo e sôfrego por combater, com a vitória antecipada e facilmente ganha. E demais, tinha urgência em voltar à capital da União. Tencionava fazê-lo em princípios de março, época em que dar-se-iam acontecimentos de alto valor político, nos quais influiria de modo decisivo com seu incontestável prestígio, fazendo pesar sua fulgurante espada, na manutenção do governo do Dr. Prudente de Moraes, de que constituira-se inabalável estelo, embora para isso tivesse de romper sua tradicional intransigência em princípios. Ele que afogara em sangue a revolta em Santa Catarina seria o General talhado para esmagar a anarquia que diziam estar prestes a imperar e aterrar com sua figura temida os demagogos da ocasião.

Por isso êle precipitou a marcha e andou, andou, sem quase descansar até Canudos. Segulu doente num pronunciado estado neurastênico."

Eis ai uma possível razão para a tática aprovação de Prudente à nomeação de Moreira César para aquêle comando, feita em sua ausência do cargo.

A vitória coroaria a cabeça do legionário. E, na volta, seria o Condestável do seu Governo.

Mas, Deus não quis...

16. Morrendo Moreira César, o seu sucessor — como vimos — é o Coronel de Infantaria Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo.

Tamarindo, ao contrário do seu antecessor, não tem o curso da Escola Militar, mas o curso de "aula provisória de matemática, regulamento de 1855". Em compensação, lutou na guerra contra López, no posto de Tenente, e dela saiu ostentando, no peito, as Medalhas de Prata da Campanha (três anos de guerra), aquela concedida aos que tomaram parte nas forças expedicionárias de Mato Grosso e que combateram em território inimigo; a da Argentina e outra do Uruguai, correspondentes à participação na mesma guerra.

A sua maneira, exigindo o máximo de seus cansados sessenta anos de idade, Tamarindo, no meio da tormenta, ainda tenta conter a loucura coletiva que se desencadeia a partir do amanhecer do dia 4.

Pintam-no abúlico. Não aceitamos e repudiamos êste retrato do velho veterano da guerra do Paraguai. É possível — isto sim — que o renome do outro o tenha perturbado, tanto mais que êle sentira — nos poucos dias em que estivera sob o seu comando — a força que emanava de Moreira César, e bem pressentida na sua rápida tomada de decisões.

Tamarindo, se não morreu épicamente, também não fugiu do pôsto que o destino lhe confiou. Lutou como um bravo soldado e, fatalista, aceitou o fim.

17. Uma vez que falamos das medalhas que ornavam o peito do Coronel Tamarindo, falemos, também, do peito liso da túnica de Moreira César.

Este fêz a carreira em tempo de paz, muito embora quase todo o seu tempo de serviço tenha ocorrido em contato com a verdadeira caserna, na qualidade de "troupler".

Os tempos eram, então, de Monarquia, e por isso não caberia a um fanático republicano ter a veleidade de aspirar a honrarias conferidas pelo Imperador.

Seria um absurdo — pensariam os monarquistas — condecorar um militar que, além de não ter prestado serviços nos campos de batalha, singularizava-se por atitudes que marcaram um ferrenho antagonismo para com as cabeças coroadas.

Dai não ostentar a bela venera da Ordem da Rosa ou a condecoração da Ordem de S. Bento de Aviz. Quanto à Ordem do Cruzeiro, não podia aspirar, pois ao tempo do Império, ainda não tinha 20 anos de serviço.

Os tempos passam, e quando os seus serviços à República adquirem grandeza, não há tempo de aferi-los para galardoá-lo. Os ardorosos republicanos extinguem as Ordens honoríficas existentes, incluindo expressa proibição na Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Mas, entre 16 de novembro de 1889 e esta última data, Deodoro — "um dos homens mais condecorados do Império" — concede, às catadupas, condecorações da Ordem de Aviz.

Pois, mesmo assim, Moreira César não é lembrado por Deodoro! Quem sabe, se Floriano fôsse o Chefe da Nação, o reconhecimento não se faria sentir? Mas, quando Floriano sobe ao poder, a proibição constitucional impede-o de galardoar Moreira César.

Deodoro concede a Ordem Civil do Cruzeiro, a mais antiga Ordem brasileira, em versão republicana, sómente a 5 ou 6 brasileiros. Por ironia do destino, está, entre êstes, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena, o futuro Chefe do Governo Provisório da revolta de 93, com sede em Destêrro. E entre as Grã-cruzes da

Ordem de Aviz, Deodoro confere uma ao Barão de Batovi. Ambos os condecorados de 1890 ou 1891 estarão na relação citada pelo historiador Lucas Boiteux, de fuzilados ao tempo do Governo de Moreira César em Santa Catarina, na Fortaleza de Anhatomirim, em 1894.

Assim, Moreira César morre com o peito liso de medalhas. Mas o pequeno Robespierre é infenso a exteriorizações, e não acreditamos que o esquecimento de Deodoro o tenha magoado. Pela República viveu e pela República morreu.

Viva a República!

18. Meio século depois, um repórter buscou e encontrou alguns daqueles sêres que escaparam do arraial de Antônio Conselheiro.

Apesar da velhice, a memória acudiu com facilidade para recordear certas cenas marcantes da tragédia.

Uma mulher diz:

"Não me esqueço de Moreira César. Foi baleado perto do arraial e morreu mais adiante. Quando correu a notícia de sua morte, foi uma coisa doida. Todo o mundo correu para ver o famoso Coronel. Estava lá, estirado: um homenzinho moreno, sem jeito, de cabelo miudinho."

E concluiu:

"O povo ficou espiando, três dias e três noites..."

19. Com a morte de Tamarindo, o comando da coluna passa às mãos do Major Cunha Matos; mas acreditamos, sinceramente, que não chegou a haver um efetivo exercício desse comando, durante a retirada desordenada, tal a fragmentação da coluna.

Cunha Matos tentou, com uns três oficiais, no curto período de comando de Tamarindo e a mando desse, deter a fuga. Nada conseguiu. Como diz em sua "parte": "...éramos levados pela onda."

Em excelente estudo — "Expedições militares contra Canudos" — do Ministro do STM e General-de-Exército Tristão de Alencar Araripe, sobre os aspectos militares da campanha, está transcrita uma "parte" do então Tenente de Artilharia Marcos Pradel de Azambuja, membro da heróica guarnição da Bateria do Capitão Salomão.

Essa "parte", que por muito tempo dormiu nos arquivos, é uma peça que contém uma frontal acusação à atitude de Cunha Matos,

por colocar-se à frente da tropa em retirada e não tentar, em momento algum, estabelecer uma posição de resistência para, pelo menos, acolher os estropiados e feridos que, ficando para trás são massacrados pelos jagunços.

Não nos aprofundaremos no assunto. Estamos com o autor da obra citada, quando diz:

"Dessa controvérsia, o que ressalta é que, com a morte de Moreira César, não teve a expedição um chefe capaz de galvanizar os ânimos e pôr ordem na tropa, senão para retomar o ataque, pelo menos para evitar a própria destruição."

20. "Roma, 23-III-97

Meu querido Mestre e amigo

Como vai a Academia? Deus queira que ela possa viver e perpetuar-se no Brasil, e que a maldita política não lhe faça os danos que faz a tudo o que é belo e bom...

Abraça-o muito saudosamente o seu Magalhães de Azeredo.

—
"Rio de Janeiro, 29 de maio de 1897

Meu querido amigo

Por aqui não há nada que importe dizer para tão longe. Trabalhos parlamentares, expedição de Canudos, e grandes festas aos chilenos. Literariamente estamos com a Academia, que ainda não se inaugurou por falta de lugar; mas estamos a ver se podemos estabelecê-la provisoriamente no Pedagogium...

—
O velho amigo

Machado de Assis"

Para o velho Machado de Assis, "não há nada que importe dizer para tão longe...". Os chilenos nos visitam e divertem-se,

como de outra feita, quando batalharam na Ilha Fiscal, a 6 dias da República. Como da outra vez, a Nação vive um período tenso de sua história.

21. Em Vila de Queimadas, o 7º trata dos feridos e procura reduzir os efeitos danosos causados pela derrota no moral da tropa.

"Em Queimadas, concentraram-se os retirantes, servindo de casco novamente os seus Batalhões, prestando nessa emergência muitos e bons serviços o Tenente do 7º Arminio Pereira, que não seguira a expedição."

É o mesmo Arminio que, no Rio, deixara o 24º BI e pedira para seguir com o 7º e, por isso, fôra louvado por Moreira César.

A 7 de março, o Ministro da Guerra providencia para que o Coronel Souza Menezes (que Moreira César deixara em Monte Santo com 100 homens para defender essa base de operações), volte a Vila de Queimadas a fim de entrincheirar-se, reunir todo o pessoal e suprimentos dispersos, e defender essa posição.

Estamos, assim, no começo da organização de uma nova expedição contra Conselheiro, expedição que irá tomado corpo nos dias e meses seguintes para, afinal, investir contra os jagunços cuja capacidade de resistência fôra tão subestimada por militares e políticos.

Agora, porém, tal expedição não irá com o suporte de apenas três Batalhões de Infantaria e umas peças de Artilharia. Um a um, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, outros Batalhões virão, trazendo brasileiros dos mais variados rincões, até somar dezenas Batalhões. Mais tarde, este número dobrará, o que virá causar espanto e apreensão ao País.

Até isso ocorrer, o 7º terá de se refazer, e a Cunha Matos caberá a tarefa.

Inicialmente, são proferidas palavras em memória daqueles que — heróicos ou resignados — tombaram no campo da luta.

O Comandante do Batalhão justifica-se pelo atraso na homenagem, dizendo que a absoluta falta de recursos de toda a espécie durante a marcha de retirada dos destroços do Batalhão sob o seu comando interino, foi que concorreu para que só então (a ordem do dia está sem data, presumimos, porém, que seja de 14 ou 15 de março), ele cumpra um doloroso dever, o de referir-se a todos os valentes camaradas que, nas fileiras do Batalhão, valorosa e heróicamente, sucumbiram nos combates de 3 e 4 de março em Canudos, destacando-se o vulto de seu denodado Comandante, o malogrado Coronel Moreira César, soldado cuja bravura era geralmente reconhecida e cujo espírito democrático estava acima de toda a expectativa.

Acrescenta que teria convidado para tomar luto por 30 dias se a tanto não fosse proibido pelo comando interino da Brigada, para não abater o moral da tropa. Por isso, convida a todos para a missa que fará rezar na capital da Bahia.

22. Os boatos fervilham no acampamento, e um deles insinua que a correspondência para os familiares dos militares estaria proibida.

Há exagero no rumor. Talvez, uma prévia censura. Mas, nem mesmo isso está acontecendo.

O Comandante da recém-criada Divisão, o General-de-Brigada Artur Oscar de Andrade Guimarães, Comandante do Distrito Militar de Recife, desmente, peremptoriamente, qualquer interferência das autoridades na correspondência, acrescentando: "... a lei, como sempre, continua a garantir a sua inviolabilidade".

Na ordem do dia do Batalhão de 20 de março, está transcrita a de n.º 1, do Comando da Divisão. Nela, o General declara que fôra nomeado Comandante da Divisão, por Portaria datada de 6, comunicada em telegrama de 12. Determina a criação de duas Brigadas, sendo a primeira composta dos 7.º, 9.º e 14.º BI e um contingente do 9.º RC; e, a segunda, com o 16.º BI e uma Divisão de Artilharia.

É digno de registro que, nessa data, quando já se apresenta o General Comandante da Divisão, chegam a Quelimadas quatro oficiais de vários corpos, tidos, até então, como extraviados. Esses oficiais completavam, assim, uma verdadeira "via crucis", perdidos naqueles sertões, martirizados pela fome e pela sede e sujeitos aos certeiros tiros das "Chuchu, Mannlicher e Comblain" da gente de Conselheiro.

O Comandante da 1^a Brigada, Coronel Joaquim Manoel de Medeiros, inicia a organização desta, e para isso providencia o equilíbrio dos efetivos das Unidades sob o seu comando, dizendo que lhe fôra dada autorização "para organizar esta força como melhor julgar". Por isso, transfere oficiais e praças, preenche claros, agrupa elementos, enfim, age "até que o Governo queira resolver como pedir".

No dia 5 de abril, em aditamento à ordem do dia n.º 15, do Comando da 1^a Brigada, é tornado público que: "foram hoje definitivamente organizadas as forças sob o comando do Sr. General Artur Oscar de Andrade Guimarães da seguinte forma, conforme a sua ordem do dia n.º 16: 7.º, 14.º e 30.º BI e Esquadrão do 9.º RC constituem a 1^a Brigada sob o comando do Coronel Joaquim Manoel de Medeiros...".

Acrescenta o General Artur Oscar que conta com a fiel compreensão dos deveres de cada um e da disciplina da força.

23. Começam as visitas e as inspeções das autoridades responsáveis pela expedição. Os resultados não se fazem esperar.

A disciplina está estremecida com as brutais consequências da retirada, e os danos por ela sofridos refletem-se no exercício dos serviços em campanha, que se tornam frouxos e são executados sem interesse.

Constata-se o fato pela série de advertências e, depois, pelo endurecimento das ordens e os castigos aos recalcitrantes.

De inicio, o Major Cunha Matos fala macio. Diz à tropa — e em particular aos oficiais — que o Comandante da Brigada notara, por ocasião do alarme, que, à exceção do Alferes-Ajudante, interino, faltavam os outros subalternos. Por isso, recomenda-lhes atenção e zélo nas formaturas; lembra que o oficial-de-estado-maior (o oficial-de-dia, da atualidade) e os seus auxiliares de serviço devem — ao toque de chamada dos corneteiros — "serem os primeiros a se levantarem e fazer as praças entrar em forma, conservando-se depois próximos à guarda da frente do acampamento a fim de receberem as autoridades militares que chegarem".

Mas as coisas não melhoraram muito, e cerca de um mês depois já o Comandante do 7º BI diz:

"Por diversas vezes, já por intermédio do cidadão-Fiscal, já por manifestação verbal d'este comando, já finalmente em detalhes de serviço — tem este comando procurado fazer compreender a inconveniência que há em oficiais faltarem à formatura do alarme, pois que semelhante falta importa não só em uma transgressão da disciplina, mas ainda, em mau exemplo dado às praças. Não obstante continuam a aparecer faltas de comparecimento de oficiais ao alarme e consequentemente a tolerância mantida até hoje por este comando já não pode ir além e, portanto, pela última vez recomendo aos cidadãos oficiais para que, fazendo um pequeno sacrifício, aliás indispensável e obrigatório, compareçam pontualmente a todas as formaturas a fim de evitarse que este comando tome providências menos agradáveis a si e a todo o Batalhão."

Tão extensa recomendação que parece, no inicio, uma objurgatória destinada a calar fundo no espírito da oficialidade, esvazia-se na segunda metade, adquirindo uma entonação de aliciamento — fazerem "um pequeno sacrifício" — ao invés de um firme chamento à disciplina e ao respeito aos ditames das ordens recebidas.

Nos dias que se sucedem, Cunha Matos não volta mais a falar — nem macio, nem áspero: castiga.

Um Tenente do 14.º, adido ao 7.º, por não copiar o detalhe da ordem do QG da Brigada e faltar à verdade, recebe a sanção de 25 dias de prisão no quartel de sua residência (sic); e não satisfeito, Cunha Matos repreende o oficial, severamente, por haver iludido os comandos da Brigada e do Batalhão.

Três dias depois, um dos Alferes que marchara na retaguarda da retirada, ajudando os feridos abandonados e sem recursos, é preso por 24 horas, por estar desarmado em serviço. E no dia seguinte — ah! — é o próprio Fiscal, aquêle que tanto advertira os oficiais pelas faltas às formaturas, que vai ficar na barraca por 24 horas, por ordem da Brigada.

Passaram-se alguns dias, e um Alferes — que também ajudara os feridos na retirada, fica 24 horas na barraca por não ter rondado, conforme as ordens, os piquetes e as guardas do acampamento.

O Comandante do Batalhão zela para que as boas relações com os sitiantes das redondezas sejam mantidas, e por isso, rebaixa de posto e prende por 15 dias um sargento que permitiu uma faxina, fazer lenha com paus de cercas de propriedade particular.

Um Alferes descuida-se em formar o piquete que comanda: são 24 horas de "descanso". Igual punição, mas com pena acessória da perda da função de Ajudante, é imposta a um Tenente que delegou a oficial inferior o exercício de suas funções no ato da parada diária.

Mas, o novo Ajudante não dura na função. Em Vila de Cumbes, deixa o cargo e entra em 8 dias de prisão por se haver afastado do seu posto na formatura. O oficial que o substitui no cargo é o Alferes Constâncio Deschamps Cavalcanti, oficial que no decorrer de sua longa carreira galgará com brilho todos os postos da hierarquia militar, complementada com o exercício do alto cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

24. Com a apresentação, a 8 de abril, do General-de-Brigada João da Silva Barbosa, "... que por oportuna designação do Governo veio reunir-se às forças em operações a fim de prestar seus tão valiosos serviços ...", o Coronel Medeiros deixa o comando da 1^a Coluna (recém-criada), mantendo-se no comando da 1^a Brigada, a que pertence o 7.º.

Poucos dias depois, a 16 de abril, publica-se nova organização das Brigadas, ficando os 7.º, 5.º e 9.º BI reunidos na 3^a Brigada, sob o comando do Coronel Tomaz Tompson Flôres que assim se pronuncia:

"Camaradas! Assumo o posto que me foi confiado pelo ilustre cidadão General Comandante-em-Chefe. O amor ardente pela República, o zélo perseverante pelo crédito do Exército Nacional e a obediência nobilitante às leis e re-

gulamentos que nos regem, constituirão a preocupação perene do meu espírito, como cidadão e soldado. Todas as energias de que se sente capaz o meu civismo como republicano e o meu devotamento no exercício das minhas honrosas responsabilidades como militar, eu as consagrarei integralmente ao serviço da nossa amada Pátria Republicana. Conto com a cooperação de todos os camaradas, para a satisfação do nosso dever, custe o que custar, aconteça o que acontecer.

Viva a República!"

Parece que Tompson profetiza o seu fim quando concita seus soldados a tudo fazerem — custe o que custar, aconteça o que acontecer. No chão da Bahia ele tombará para sempre, longe do querido chão gaúcho que chegara a representar no primeiro Congresso da República.

25. Inicia-se a grande espera, que se alonga, primeiro em Queimadas, e depois em Monte Santo para onde o Batalhão se desloca.

Em Queimadas e em Monte Santo, enquanto são reunidos recursos para ser estabelecido um razoável apoio logístico, a tropa exercita-se no tiro e nas manobras de combate ordenadas pela escola de Infantaria da época.

Para Tompson Flóres, entretanto, essa rotina é quase uma inação. O homem a quem Euclides classificará de indisciplinado e temerário, ressentir-se-á desse marasmo. Talvez, por isso, o Comandante-em-Chefe resolve que a Brigada dê esse inquieto e intrépido condutor de homens, junto com outras fôrças, proceda a um reconhecimento. Esse reconhecimento atinge Vila de Cumbe, onde o Batalhão acantonava a 20 de maio. Prossegue até Massacará e, ai, acampa na fazenda da Ilha.

Diz-nos Euclides que a Brigada Tompson:

"...depois de prear em caminho alguns cargueiros que demandavam o arraial sedicioso, em vez de volver à base de operações estêve na eminência de seguir, isolada, pela estrada do Rosário, para o centro da luta."

Eis o 7º, pela segunda vez conduzido para a luta com o impeto de um ariete, levado pela flama guerreira de um comandante de Brigada que em nada desmerece o valor do extinto Moreira César.

Concordamos com Euclides quando êste dá a essa marcha da 3ª Brigada a denominação de "reconhecimentos inúteis". Afinal, que reconhecimentos são êsses que se prolongam — com a tropa acantonada em Vila de Cumbe — pelo menos até 8 de junho? O motivo principal deve ter sido o de afastar da base de Monte Santo

uma ponderável parcela de tropa insatisfeita, inclusive oficiais, ansiosa para desencadear a luta e liquidar o assunto de uma vez.

O General Artur Oscar sente essa insatisfação. Percebe-se isso, na sua extensa ordem do dia de 19 de junho, quando a expedição já está a caminho de Canudos, muito embora o comando geral, a 3ª Brigada e parte da 1ª Brigada ainda estejam em Monte Santo:

"Amanhã faz três meses que assumi o comando destas forças e só amanhã podemos entrar em campanha. Declaro a imparcialidade da história a justificação de tal demanda (assim está na ordem do dia do 7.º BI). Euclides, registra a frase como sendo: "deixa a imparcialidade da história a justificativa de tal demora". Contudo tenho a felicidade de anunciar-vos que vamos encetar as nossas operações que serão coroadas com uma vitória esplêndida e de que todos vós tereis orgulho, por que ela é consequência da vossa resignação, da vossa bravura e do vosso patriotismo. O inimigo a quem combatemos, chefiado por Antônio Conselheiro não é fanático vulgar; é, sobretudo, um inimigo da República. Ele criou uma religião contra a religião de vossos pais que é a verdadeira religião de Cristo. Isto é uma calamidade para nós que cremos na religião que nossas mães nos ensinaram na infância. Por outro lado fêz acreditar que a República é inimiga da religião e que quer de novo escravizar aos antigos escravos. Ainda mais: permite, em toda a zona que domina, a mais completa promiscuidade de sexo.

Todos estes fatos concorrem para que ele tenha a mais inteira dedicação dos fanáticos pela religião, dos bandidos de toda espécie que não querem relação com a polícia, dos sensualistas e dos que ali estão a soldo dos monarquistas. Mas isso constitui o mais completo derrocamento da sociedade brasileira; é preciso, pois, terminar com esta horda que se constitui num Estado no Estado. A vós, os oficiais e soldados das forças expedicionárias na Bahia, foi confiada essa missão. Os Generais, chefes que vos comandam, têm a prática adquirida nestes grandes feitos que se chamam "24 de Maio", "Tuluti" e "Lomas Valentinas". Entre vós vêem-se os valentes oficiais e soldados das grandes lutas de Niterói e Paraná. Há Batalhões inteiros que se orgulham de trazer as mesmas bandeiras com que pelejaram em Bagé, em Anduí, Rio Negro e Carovi, são estas as garantias da nossa vitória.

Novos soldados que ainda não tendes o batismo do fogo, olhai para estes bravos. Eles também eram recrutas como vós quando com as pontas de suas baionetas escreveram estes feitos grandiosos de nossa história pátria. Não vos oculto de que, a 11 léguas, deveremos ser hostilizados

pelos inimigos, que nos atacarão pela frente, retaguarda e flancos, no meio destas matas infelizes onde as simples veredas não dão lugar a colocação de flanqueadores. Desde aí até Canudos, vamos ser constantemente incomodados em nossa marcha para a frente, mas não havemos de parar um momento; caminhos obstruídos, surpresa de toda espécie e tudo quanto a guerra tem de mais odioso será posto em prática para nos fazer recuar. Mas a vossa arma tudo vencerá.

Quando a 1^a Coluna, a mando do bravo General João da Silva Barbosa, despontar nos altos de Canudos, dará uma salva de 21 tiros com balas sóbre o inimigo, como saudação que dirige à 2^a Coluna que, sob o comando do bravo General Cláudio do Amaral Savaget aparecerá pela estrada de Jeremoabo.

Oficiais e soldados! O Brasil inteiro tem os olhos fitos sobre vós. As mais gratas esperanças da República repousam na vossa bravura. Sigamos, pois, o caminho do dever e da glória.

Viva a República dos Estados Unidos do Brasil!

Vivam as forças expedicionárias!"

26. A partir desse dia há no livro de registros de ordens do dia do Batalhão, um outro imenso vazio de datas.

Embora a próxima ordem seja de 2 de setembro — dois e meio meses depois — o seu número é o consecutivo da ordem de 19 de junho. A seqüência, pois, não sofreu solução de continuidade.

Buscamos, em outras fontes, os fatos ocorridos nesse lapso de tempo. Vamos tentar contar, resumidamente, o que ocorreu até aquela data. Incentivamos, entretanto, aos militares que dedicam o maior interesse ao tema da atualidade — a guerra de guerrilhas — ler, ou reler, as obras que, sob vários ângulos, descrevem e analisam a penosa campanha.

Após uma dura marcha, quando "o calçado das praças estava em péssimas condições", o 7º BI remonta, passo a passo, os caminhos que foram cenário de sua retirada sem glória.

Agora o 7º é uma Unidade de vigorosa témpera. A humilhação enrijecera a determinação e a coragem dos seus homens. Dará provas disso, no dia 27 de junho, poucas horas depois de haver atingido, já debaixo de fogo, o alto da Favela.

Vêem Canudos, o aglomerado de mais de 5.000 tugúrios — pois nem o nome de casa podem ter. Parece-lhes, pela fragilidade da taipa, que, se fecharem os punhos, poderão derrubar, a sôcos, a "caverna dos bandidos".

Nem bem o sol evapora o orvalho da manhã de 28, e a luta, saltando de um tiro de canhão, alastrase em todas as dobras e refolhos do terreno.

O 7º, que pernoitara "em uma colina situada no flanco esquerdo da posição onde fôra assentada a artilharia", toma posição ao amanhecer para, com a Brigada a que pertence:

"... fazer a vanguarda por ocasião de se proceder ao ataque, o esperado assalto da Vila de Canudos, distante de nossas posições cerca de 1.500 metros. Ao alvorecer do mencionado dia 28, o denodado Coronel Tompson Flôres, Comandante, então, da 3ª Brigada, dispôs esta coluna de Batalhões, a cuja frente foi colocado o valoroso 7º Batalhão, que hoje tenho a honra de comandar, e que então era comandado pelo valente e altivo Major Rafael Augusto da Cunha Mattos. Colocando-se à frente da Brigada, o Coronel Tomás Tompson Flôres, determinou que esta avançasse..."

Quem assim fala é o Capitão Alberto Gavião Pereira Pinto, no dia 30, relatando os fatos passados a 28.

Ouçamos, agora, a Euclides:

"Neste tumulto, a 3ª Brigada, no flanco esquerdo, disposta em colunas de Batalhões e tendo na vanguarda o 7º, começou a avançar descendo, na direção da Favela Velha, de onde mais forte rompiam as descargas.

Aquêle Batalhão, que quatro meses antes subira por aquêle mesmo caminho em debandada, fugindo e atirando-lhe à margem o cadáver do Coronel Moreira César, ia penitenciar-se do desaire. Completando esta circunstância especiaíssima, acompanhava-o, logo depois, um sócio de reveses, o 9º. O Major Cunha Matos dirigia a vanguarda. Os vencidos da expedição anterior deparavam ensejo raro para a desafronta; e tinham um chefe que, sob muitos aspectos, se equiparava ao comandante infeliz que ali tombara — o Coronel Tompson Flôres Por um requinte dispensável, de bravura, não arrancara dos punhos os galões que o tornaram alvo predileto dos jaguncos. Ao reatar-se, logo depois, a avançada, baqueou, ferido em pleno peito, morto."

O fato é, assim, relatado mais tarde, pelo então Tenente-Coronel Emídio Dantas Barreto:

"Flôres resolveu investir o morro da Favela Velha e fez com que o 7º de Infantaria se desenvolvesse em atira-

dores. Desce do cavalo, e, de túnica azul, galões reluzentes ao sol das oito horas vai auxiliar o Major Cunha Matos. Tompson Flôres pagou com a vida o ato de indisciplina. Era a vaidade doentia, o ciúme. A rivalidade com Carlos Teles. Não admitia que Carlos Teles alcançasse Canudos antes dêle."

27. Estes homens de idade madura, melenas, barbas, suíças e bigodes grisalhos, que deixam a família extremosa longe de seus cuidados, não hesitam em arrostar o inimigo de peito aberto e em campo raso, repetindo os mesmos lances de outros velhos guerreiros de trinta anos antes nos campos paraguaios. Se, além do bom cumprimento do dever, também o fazem por rivalidade, vaidade ou ciúme de glórias alheias, que importam tais defeitos se, afinal, jogam na liça uma coisa a que dão tão pouco valor: a própria vida?

28. Após a morte de Tompson, o ataque continua sob o comando de Cunha Matos, que, para isso, deixa o comando do 7º. Mas logo a túnica de Cunha Matos tinge-se de seu próprio sangue, e êle cai, ferido por uma bala. Ao ser levado para a retaguarda, outra bala fere-lhe o pé.

Caído Cunha Matos, sucede-lhe no comando da Brigada o Major Carlos Frederico de Mesquita que, valorosamente, continua a investida, mas por pouco tempo. A pontaria certeira dos jagunços visa, incessantemente, os homens de galões e Frederico Mesquita tomba gravemente ferido.

Não há mais oficial superior na Brigada; por isso ela passa a ser comandada por um Capitão — Alberto Gavião Pereira Pinto — que havia sucedido a Cunha Matos quando êste, algumas horas antes, substituira Tompson no comando da Brigada.

Conta-nos Pereira Pinto que o 7º, em poucas horas, perde — entre mortos e feridos — um terço de seu efetivo. Para ser mais preciso: 50 mortos e 64 feridos. Entre os mortos, os Alferes José Diomedes do Nascimento, Augusto de Paula Mascarenhas Filho (muito ajudou os feridos na retirada) e João Pereira da Cruz.

Pereira Pinto, ao citar os graduados que se haviam destacado pela bravura naquela jornada, menciona um 1º sargento — Manuel Moreira César. No mesmo Batalhão do extinto Coronel Antonio Moreira César, há um sargento Manuel Moreira César.

Não acreditamos na coincidência; deve ter havido parentesco entre ambos, mas, infelizmente, nos livros de assentamento do 7º não está registrada a filiação desse sargento. O que consta é que o sargento viera, em 2 de março de 1897, do 2º BI, Unidade que estacionava em Recife.

vez fordes os bravos de todos os tempos, Canudos estará em nosso poder; iremos descansar e a Pátria saberá agradecer todos os nossos sacrifícios..."

Apesar da bravura esbanjada e das vidas perdidas, o ataque não tem o resultado desejado pelo alto-comando. Para os vivos tardará, ainda muito, o descanso prometido.

31. Entrincheirando-se nos casebres semiderruídos, o 7º fortalece aquelas paredes frágeis para impedir que os projéteis as transfiram. E, assim, o Batalhão ocupa uma das faces da praça.

Começa, então, uma nova etapa da campanha, em que o Comandante da expedição procura apertar o cerco. Apercebe-se, porém, desde logo, que a operação não alcançará a vitória final se não for obtido um eficiente apoio logístico. Assim, apela para o Governo que, com louvável solicitude, se apresta para atendê-lo. Novos batalhões surgem na estrada, a 15 de agosto cerca de 1.000 homens atingem o povoado sitiado. Chega, também, um comboio de suprimentos que permite uma razoável melhoria nas condições de vida dos combatentes.

A expedição é reorganizada, mas o 7º continua na 3ª Brigada. A luta prossegue sem incidentes dignos de registro, salvo a presença da morte, persistente companhia de ambas as facções:

"Os mesmos tiroteios improvisos, violentos, instantâneos, em horas incertas; os mesmos armistícios enganadores; a mesma apatia recortada de alarmas; a mesma calma estranha e esmagadora, intermitentemente rôta de descargas..."

eis a ambientação que Euclides faz, dêste período da campanha. E que nada mais é do que "... uma mesmice dolorosa de episódios..."

Novos reforços adensam-se na região, e até a presença do Ministro da Guerra faz-se sentir. É preciso acabar de uma vez com a luta, pois assim clama toda a Nação, que se inquieta sob as ondas de boatos que dão como possível a vinda de elementos de uma sociedade secreta da América do Norte, para auxiliar os jagunços.

As crescentes perdas — em mortos e feridos — também exigem um termo para a campanha. De 25 de junho a 10 de agosto, a expedição tem 2.049 baixas, e as cifras referentes ao 7º BI oferecem os seguintes dados: 8 oficiais e 95 praças feridos e 5 oficiais e 52 praças mortos.

32. Carlos Machado Bittencourt — Marechal e Ministro da Guerra, começa a agir de manso, sem alarde, sem ferir as suscetibilidades dos chefes já veteranos daquela luta. Instala armazéns, de-

pósitos e hospitais. Organiza comboios, regula o sistema de abastecimento à tropa e melhora o de evacuação dos feridos e doentes.

Fazendo-se de Quartel-Mestre da campanha de Canudos, o Marechal Bitencourt bem mereceu a honra de vir a ser o Patrono do futuro Serviço de Intendência do Exército Brasileiro, homenagem justa a um militar que teve o bom senso de reconhecer as virtudes da logística.

33. A 2 de setembro assume o comando do 7º o Capitão Francisco Flaris, do 22º de Infantaria e que um ano antes servira na Unidade.

Diz ele que, naquela época, reinava no Batalhão uma indizível alegria, por quanto havia terminado uma espinhosa jornada sem ter sofrido o menor revés. Refere-se, evidentemente, à ocupação pelo Batalhão da capital de Santa Catarina e à expulsão dos rebeldes, daquele Estado:

"Hoje, porém, que de passagem volvo ao seu seio, não obstante encontrar ainda alguns comaradas daqueles tempos, sinto profunda mágoa pelo desaparecimento dos que, com o malogrado chefe Moreira César, tombaram nesta infeliz luta em que estão empenhados o Exército e a República. Consola o ânimo, porém, quando é sabido que o 7º BI, apesar das provações por que há passado, conseqüências naturais da guerra, não tem desmentido seu glorioso passado, antes o acentua mais ainda, e o fará, estou certo, embora a custo dos maiores sacrifícios."

Flaris ficará no comando até o dia 29. Nesse período, a redução da cidadela de Canudos se faz lenta, mas inexoravelmente; os jangadeiros persistem na resistência, mesmo sem a presença de Antônio Conselheiro, que falecera no dia 22.

A 1º de outubro, o 7º virá, com os demais Batalhões da 3ª Brigada, participar do assalto que — presume-se — levará o inimigo ao aniquilamento.

O planejado assalto a baioneta torna-se impossível diante dos embaraços que oferecem as casas agrupadas e as cercas existentes.

Mas, de qualquer maneira, fere-se o entrevêro. Dêle dirá o General Artur Oscar, o Comandante-em-Chefe:

"Também, como era natural, a raiva tocava o seu auge, e tanto o inimigo como os nossos esqueciam-se da misericórdia. Fuzilavam-se a dois passos de distância, ou matavam-se a baioneta, a machadinha, a faca, por todas as formas, enquanto as casas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio."

A esta altura, o 7º está sob o comando do Capitão Napoleão Felipe Aché, do 24º BI, que "muito se distinguiu pela sua bravura e calma no correr da ação e soube guiar com o maior brilhantismo aquela corporação ao seu objetivo", no dizer do Tenente-Coronel Dantas Barreto.

O Capitão Aché comunica, na sua parte do combate, a morte do Alferes Ehtelbert Neville e de três praças. Duque Estrada de Macedo Soares, esta preciosa testemunha, referindo-se ao combate, descreve-o:

"... os duelos multiplicavam-se, caindo abraçados, esfaqueados e baionetados, sob jorros de sangue, soldados e jagunços, na sêde de vingança que o ódio irreprimível gerava ... tendo a fração do 7º atravessado a praça a peito descoberto penetrando na igreja pela frente, quando caiu morto o valente e esperançoso Alferes Ethelbert Neville."

O assalto não é o ponto final da campanha. Falta pouco... A igreja — ou melhor, o que dela resta — fôra tomada pelo 7º, e ao som do Hino Nacional e toques de alvorada:

"... o cadete Hipólito de Medeiros, do 7º, subiu ao topo da coluna onde outrora estivera a torre da esquerda e ali hasteou a Bandeira brasileira, saudada delirantemente."

Mais dois dias, e o Batalhão passa ao comando, novamente, do Capitão Francisco Flaris, em mais uma volta dessa irrequieta ciranda de comandantes.

Surge, afinal, o dia 5 de outubro, quando os últimos combatentes de Conselheiro morrem lutando:

"No dia 6 acabaram de o destruir (o arraial) desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas."

34. O nobre código das ordens do dia do 7.º BI transcreve a ordem do dia do Comandante-em-Chefe:

"Viva a República dos Estados Unidos do Brasil.
Está terminada a campanha de Canudos. Desde ontem Batalhões das forças expedicionárias passaram suas bandeiras sobre as ruínas da cidadela com a consciência de bem haverem cumprido os seus deveres.

Durante 103 dias, desde Aracati, vos conservastes em rigorosa linha de fogo, batendo-vos em Cocalobó, Trabubu, Macambira, Umburana, Favelas e Canudos, onde repelistes três assaltos e sustentastes oito combates e vos bateste nos postos avançados, dia por dia, hora por hora, sem nunca serdes rendidos desses mesmos postos, sem mostrar fraqueza

nem cansaço, fuzilando e sendo fuzilado a 25 metros do inimigo, a meia ração e sem mudar de roupa.

Valentes soldados! Tive orgulho em comandar-vos e a República vos enche de bênção. Nunca viu-se uma campanha como esta em que ambas as partes sustentaram-se ferozmente as suas ações opostas. Vencidos os inimigos, nós lhes ordenamos que levantassem um "viva a República" e êles, ato contínuo, levantaram a Monarquia e em seguida atiravam-se às fogueiras que incendiavam a cidade convencidos de que tinham cumprido seus deveres de fiéis defensores da Monarquia. E que ambos, vós e êles sois brasileiros e ambos extremados em seus ideais políticos. Valentes oficiais e soldados: a Pátria está tranquila sob a guarda de vós outros que sois a sentinela da República.

Viva a República do Brasil!

Vivam as forças expedicionárias!

Tal proclamação, ao exaltar o heroísmo do soldado patrício reconhece, também, a estóica bravura daqueles sertanejos brasileiros. É esse reconhecimento parte do próprio Comandante-em-Chefe das tropas legais, no dia seguinte ao do último tiro, quando baixa um estranho silêncio sobre a área onde fôra Canudos.

No dizer de Euclides, "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo".

35. A 8 de outubro, assume o comando do Batalhão o Capitão Fortunato de Sena Dias, vindo do 35.º BI. Ao retirar-se, Flaris formula votos para que em breve todos retornem aos seus lares.

Realmente, a 14 de outubro, o Tenente-Coronel Emigdio Dantas Barreto, que comanda a 3^a Brigada, despede-se em ordem do dia, do 7.º BI:

"Devendo retirar-se hoje dêste acampamento com destino a Monte Santo o valente 7.º BI, que tão assinalados serviços tem prestado à República na campanha cujo término teve lugar a 5 do corrente, despeço-me desta dita corporação que bem soube honrar as tradições gloriosas."

De fato, o 7.º muito lutara e sem esmorecimento, em sua segunda investida contra os jagunços de Conselheiro; redimira-se, com o sangue de dezenas e dezenas de seus homens, daquela jornada de desalento e pânico que o impulsionara de Canudos para Queimadas, tão logo se esfumou o carismatismo que emanava da personalidade de Moreira César.

A ordem do dia de 28 de setembro publica que, por haver-se extraviado o arquivo na marcha de Monte Santo (é a segunda vez que parte do arquivo se extravia), declara-se que o Batalhão seguirá a 20 de junho, de Monte Santo, empenhando-se em combate em Angico no dia 27, na Favela a 28, tudo de junho; assaltara o arraial de Canudos a viva força, a 18 de julho; e que ficara dêste dia em diante, na linha de fogo até 24 de setembro, fazendo parte da força que sitiara o arraial. Participou dos combates de 1º de setembro e, como vimos, das ações finais.

No regresso, o 7º está, a 15 de outubro, em Caldeirão Grande; a 16, em Monte Santo, e a 20, em Queimadas. Vários dias ainda decorrerão para que a Unidade possa, enfim, repousar os corpos fatigados dos seus homens no tombadilho de um navio. Sómente a 1º de novembro é que a tropa estará a bordo do paquête "Espírito Santo", no porto de Salvador.

36. Volta ao Rio! Volta ao quartel do convento! Subida da ladeira, olhando, de cima, um casario velho, com a presença do "colonial" nas fachadas acachapadas ou no topete ondulado do beiral do telhado dos sobradinhos, em cerâmica azul e branca.

Casario povoado por gente que sabe rir e transmitir otimismo, embora as febres possam vir a dizimar tantos quantos Canudos levou...

Rio! Das ruelas e dos becos; também do Passeio e do Campo de Sant'Ana... Rio! Onde se pode esquecer aquela miséria, aquela luta, aquela fome, aquela sede e — por que não dizê-lo — aquelle medo, que só os heróis sabem da existência e o modo de refreá-lo, pois, aos covardes, o terror ensandece e tira-lhes o governo das ações.

Mas antes de chegar ao morro, o Batalhão, embora não tenha estado presente ao fato, de pronto saberá da tragédia.

37. No dia 5 de novembro, o "Espírito Santo" transpõe a barra do Rio de Janeiro, onde entram, pela quarta vez, os pracinhas do 7º.

Exatamente há um ano — a 4 de novembro de 1896 — o Batalhão singrara aquelas águas, vindo de Santa Catarina. Quanta coisa acontecera nesse ano... eis o que devem vir pensando muitos dos homens do 7º.

Mas a sua atenção é chamada para as cenas que se estão desenrolando sob seus olhos.

Bem adivinhamos quão festiva deve ter sido a recepção por parte dos vasos de guerra ancorados na Guanabara, das Fortalezas e do quase certo comboio de pequenas embarcações, todos a saudarem os bravos da campanha de Canudos.

O ano de 1897 não vinha sendo de tranquilidade para a população do Rio.

As notícias recebidas da Bahia deixam sob tensão, políticos e o povo em geral. As mortes de Moreira César, Salomão e Tamarindo ecoam fundo no sentimento popular, e a massa, mal orientada pelas facções políticas que disputam o poder, descontrola-se. Os português, principalmente, passam a ser os mais visados pela cólera do povo que pensa ver nêles novos "sebastianistas" que conspiram pela volta da Monarquia.

Disto resultam tropelias e excessos que chegam ao homicídio, na pessoa de Gentil José de Castro, homem rico, que é apontado como um dos financiadores de Conselheiro.

A Escola Militar, por sua vez, levanta-se contra o Governo, em atitude sedicosa. A causa, pelo menos aparente, é a ordem do Ministro da Guerra para que seja retirado um excesso de munição que há na Escola. Os alunos melindram-se, vendo, na ordem, uma demonstração de desconfiança. O levante é debelado, a Escola fechada, e uns alunos são distribuídos pelos corpos distantes, e outros, expulsos.

Com os ânimos sob tais pressões, e as paixões políticas, explodidas sem piedade, fácil será armar o braço de um homem e impe-lo a cometer um homicídio que abale a Nação, quiçá, o regime.

Eis o Rio, que acolhe o 7.º, que já vem de tanto sofrimento...

38. Da importância dessa chegada não cabe dúvida, pois o Presidente da República — o Dr. Prudente José de Moraes Barros — vai a bordo cumprimentar o General João da Silva Barbosa e seus valentes soldados, do 7.º e do 25.º BI.

O Presidente embarca na lancha "Quintila", que acosta no cais do Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico).

Com a sua comitiva, sobe ao vapor, e é fácil conjecturarmos o prazer com que aquêles soldados endurecidos pela luta recebem a visita honrosa.

O Ministro da Guerra — o nosso já bem conhecido Marechal Bitencourt, que havia regressado da Bahia a 26 de outubro — acompanha Prudente de Moraes nessa visita.

Após cumprimentar o General e a sua tropa, o Presidente regressa ao Arsenal na mesma lancha, chegando ao cais onde autoridades e povo o aguardam. O Hino Nacional é tocado pela banda marcial, mas, de súbito, é interrompido, e uma parte do povo precipita-se para o portão de saída.

O Marechal Bitencourt e vários oficiais da Casa Militar do Presidente estão tentando subjugar um anspeçada do Exército, enquanto o Presidente, pálido, mas com inteira presença de espírito, é acercado por outros oficiais.

O anspeçada Marcelino Bispo tentara assassinar o Presidente com uma garrucha de dois canos, mas a arma falhara, dando tempo a que os circunstantes — entre êles Bitencourt — o agarrassem. Há, porém, mais uma arma, um punhal, que Marcelino saca e com êle fere, mortalmente, o Ministro da Guerra. Na luta, ainda são feridos, no baixo ventre, o chefe da Casa Militar — o Coronel Luis Mendes de Moraes — e, ligeiramente, dois tenentes, um alferes e uma praça.

39. Esse é o instante supremo de Bitencourt, o tranquillo planejador da logística de Canudos. O destino, porém, também tem a sua logística, e ao fechar as contas da safra de vidas a colher em Canudos, achou que faltava uma para preencher a quota.

E Bitencourt não decepciona a longa fileira de homens de túnica branca ou azul e galões brilhando ao sol, que, do Alto, o fitam: sem hesitar a êles se incorpora.

40. Os novos heróis que surgem no Panteão da Pátria são reverenciados pela alma do povo. E para que a posteridade não os venha a esquecer, promove-se logo a substituição de velhos nomes de logradouros públicos pelos daqueles que imolaram suas vidas em prol da República.

Ah! Como é fácil mudar as placas das ruas, e como nós somos useiros e vezelros em desprezar a tradição! O interessante é que, após a exaltação, somos nós mesmos que repudiamos a inovação. Não o fazemos com estardalhaço, para não desdizermo-nos, o que fere a nossa vaidade. Fazemo-lo, discretamente, simplesmente esquecendo o topônimo recente.

O velho Largo de São Francisco de Paula vê suas placas cairem e novas tabuletas serem pregadas, expulsando o nome do fundador da Ordem dos Minimos e apondo, em seu lugar, o do Coronel Tamandaré. E — o que hoje nos deixa atônitos pela audácia da profanação à toponímia tradicional do Rio — substitui-se o nome de "Ouvidor", pelo de "Coronel Moreira César".

"A rua do Ouvidor resume o Rio de Janeiro. A certas horas do dia, pode a fúria celeste destruir a cidade; se conservar a rua do Ouvidor, conserva Noé, a família e o mais. Uma cidade é um corpo de pedra com um rosto. O rosto da cidade fluminense é esta rua, rosto eloquente que exprime todos os sentimentos e tôdas as idéias."

Este o conceito de Machado de Assis sobre a "gazeta viva do Rio de Janeiro", cujo nome é mudado, para atender ao vento perturbador que varre a alma da cidade.

A rua mantém, por muitos anos, a denominação imposta. Mas o povo, simplesmente, esquece-a. Continua-se a marcar encontros na esquina de Ouvidor com o Largo de São Francisco, que, embora seja de Paula, uns pensam seja Xavier ou de Assis, junto à porta do Café Java, inexistente hoje, mas cujo prédio, reconstruído, ali ainda está.

Foram precisos cerca de 20 anos para que a placa "Ouvidor" voltasse aos muros daquela rua. Quanto à placa do "Coronel Moreira César", aplicaram-na em uma antiga rua Maria José, no subúrbio de Costa Barros.

Porém, em Niterói, a placa se mantém em uma de suas importantes ruas; à margem da Via Dutra, próximo de seu torrão natal — a cidade de Pindamonhangaba —, está uma seta indicativa de que a localidade de "Moreira César" fica, dali, a poucos quilômetros.

O "Largo Coronel Tamarindo" voltou ao nome do santo. Mesmo assim, algum inimigo da tradição forçou a mudança da simpática Rua Bambina, em Botafogo, para "Rua Coronel Tamarindo". Inútil a insistência... A tradição foi mais forte, e o Coronel terminou por batizar uma rua de Bangu, que outrora homenageara um senhor "Costa Pereira".

O que teve mais sorte na homenagem merecida, foi o artilheiro de fibra, o Capitão Salomão. É que, em 1897, tinha sido aberta, em uma chácara de Botafogo, uma nova rua que batizaram com o prenome do bravo Capitão, talvez o artilheiro brasileiro que tenha dado a mais realista das interpretações aos versos da canção de sua Arma:

".....
Se é mister um esforço derradeiro
Em fazer do seu corpo uma trincheira,
Abraçado ao canhão morre o artilheiro
....."

B I B L I O G R A F I A

- Ordens do Dia do 7.º Batalhão de Infantaria — Arquivo do Exército
- Ordens do Dia da Repartição de Ajudante-General — Arquivo do Exército
- Segredos e revelações da História — Revista "O Cruzeiro" — Gustavo Barroso, em 27-10-56 e Pedro Calmon em 2-9-61
- Os Sertões — Euclides da Cunha
- Expedições Militares contra Canudos — Ministro do STM e General-de-Exército Tristão de Alencar Araripe
- Guerra de Canudos — Henrique Duque Estrada de Macedo Soares
- Ordens Honoríficas do Brasil — Luiz Marques Poliano
- História das Revoluções Brasileiras — Glauco Carneiro
- Correspondência de Machado de Assis com Magalhães Azevedo — Edição preparada por Carmelo Virgílio — INL
- História da Casa do Trem — Antonio Winz
- História das ruas do R.J. — Brasil Gerson
- O mundo de Machado de Assis — Miécio Tati

VETERINARIOS BIOLOGISTAS DAS FÔRÇAS ARMADAS FRANCESAS

Trad. da Revista TAM (Terre-Air-Mer) pelo
Gen STOESSEL G. ALVES

No momento em que por força da necessidade de atualização modifica-se a organização do nosso Exército, é oportuno divulgar o exemplo francês quanto à evolução do seu serviço de Veterinária Militar.

O Veterinário Biólogo não é somente o médico dos animais das Fôrças Armadas. É um clínico, um técnico e um pesquisador. Em diferentes setores avançados da ciência de hoje, está realizando pesquisas que, embora para fins militares, têm, também, interesse muito mais geral.

O MÉDICO DOS ANIMAIS

Todos conhecem o cão policial, o auxílio precioso que o pastor alemão presta cada dia na busca de crianças desaparecidas ou na perseguição de malfeiteiros; muitos, porém, ignoram que existam, mesmo em tempo de paz, unidades de cães militares.

O canil de Carandéau, subordinado ao Centro de Instrução de Formação Veterinária de Compiègne cerca de 150 animais, alojados em gaiolas individuais espaçosas, nas quais se pode ler nome, especialidade, ano de nascimento e número de matrícula (como todos os militares, os cães têm um número de matrícula, mas o trazem tatuado na orelha), como em suisses-sobre-o-marne e tarbes, onde os 24.^º e 541.^º Grupos Veterinários formam outros cães de guerra, os de Campiègne são sujeitos diariamente a um treinamento intensivo, visando fazer deles auxiliares úteis de combatente.

PARA QUE SERVEM OS CÃES MILITARES?

Em tempo de paz, cumprem, principalmente, missões de guarda (depósitos de munições, aeródromos, bases navais). Declara o Veterinário Biólogo Capitão Coll, que dirige o Canil Militar de Carandéau. Mas esses animais são também adestrados para executar numerosas outras missões, como as de Patrulha, levantamento de pistas, localização de minas e redução de abrigos inimigos.

Os cães são comprados de particulares ou de criadores em diferentes países da Europa, principalmente na Alemanha. O pastor alemão importado custa em média 900 francos. De numerosos pontos de vista é um animal precioso e que deve ser cuidado de modo muito particular "Nossas "Feras" devoram em média 600 gramas de carne crua por dia, 350 gramas de legumes", mas essas "feras", perigosas para os estranhos ou para os vagabundos imprudentes, são cordeiros nas mãos de seus condutores. Naturalmente, se esses condutores forem realmente condutores. A formação dos condutores de cães foi confiada a veterinários biólogistas especializados: suboficiais e graduados voluntários aprendem em alguns meses a arte de comandá-los.

3.000 CAES E 900 CAVALOS

Atualmente as Fôrças Armadas Francesas empregam aproximadamente 3.000 cães. Esse número era de quase 6.000 durante as operações na Argélia.

Se bem que seu número tenha decrescido consideravelmente em consequência da motorização, o Exército Francês tem ainda um efetivo de quase 900 cavalos e adquire anualmente um certo número dêles, que transitam pelo CIFV de Compiègne e pelo 541.^º Grupo Veterinário de Tarbes e asseguram a Remonta da guarda republicana de Paris e das Seções Hípicas Militares.

"Enquanto a profissão de mestre ferrador tende a se rarefazer e se torna difícil formar convenientemente os cavalos de sela, o CIFV de Compiègne forma e aperfeiçoa anualmente alguns especialistas competentes", declara o Veterinário Biólogo Petit, oficial adjunto, encarregado da instrução.

DO MÉDICO AO SABIO

A compra, o adestramento e a manutenção de animais não devem fazer esquecer o aspecto principal, ou seja, o papel propriamente médico do veterinário. Todos os animais selecionados para aquisição sofrem exames médico-fisiológicos rigorosos. No CIFV, por exemplo, os tratamentos mais modernos, as intervenções cirúrgicas mais delicadas e os cuidados pós-operatórios mais atentos são, na realidade, quase quotidianos. Essas atividades correspondem a uma dupla finalidade: tratar os animais doentes ou acidentados e também — o que não é menos importante — iniciar em trabalhos práticos os futuros veterinários. Essa tarefa primordial de formação de novos profissionais leva, às vezes, os veterinários militares de Compiègne a operarem animais evacuados de muito longe, particularmente quando portadores de doenças raras, das quais é necessário que os alunos tenham um conhecimento concreto.

"Médico de animais" é o conceito generalizado para o veterinário e há, freqüentemente, uma tendência em pensar que o papel do veterinário nisso se resume. É um êrro. A redução dos efetivos de animais devida em grande parte à motorização quase total do Exército depois de 1945, tende mesmo a tornar esse papel relativamente secundário em relação às outras atividades do veterinário: o controle dos viveres destinados à alimentação da tropa e, sobretudo, a pesquisa biológica.

O CONTROLE DOS ALIMENTOS

São os veterinários biologistas das Fôrças Armadas que exercem o controle sanitário, higiênico e qualitativo dos produtos de origem animal destinados à alimentação da tropa e das forragens utilizadas pelos animais, em tóda Guarnição importante um veterinário biólogo vela pela salubridade dos alimentos e verifica se a mercadoria fornecida está de acordo com as especificações do caderno de encargos. Além disso, está habilitado, em certos casos, a agir em matéria de repressão de fraudes.

A PESQUISA BIOLÓGICA

A Ciência avança rapidamente, mas seus progressos nem sempre concorrem para o bem da humanidade. Num passado ainda recente, certos regimes totalitários empreenderam pesquisas em matéria de Guerra Biológica. Um inimigo sem escrúpulos poderia disseminar agentes bacterianos para destruir colheitas ou rebanhos ou propagar terríveis epidemias.

Em estreita colaboração com diversos organismos militares e civis, os veterinários militares especializados em Microbiologia tomaram como principal objetivo o estabelecimento de processos de reconhecimento rápido dum ataque bacteriológico e de meios de proteção ou de luta contra seus efeitos. No serviço de radiobiologia do CIFV os veterinários aprendem a manipular os rádio-elementos. Em caso de ataque nuclear, a ação desses rádio-elementos sobre os organismos vivos deve ser conhecida para que os mesmos dela possam ser protegidos. Nessa hipótese se colocaria igualmente o problema da proteção ou da descontaminação dos alimentos. Os veterinários dêles se ocupam em primeiro plano, mas seu trabalho não se limita a isso; em ligação com a delegação ministerial para o armamento e os centros de pesquisa do Serviço de Saúde estudam, de um modo geral, como proteger as pessoas e eventualmente os animais. Arma de dois gumes, os rádio-elementos não têm apenas uma ação destruidora. São suscetíveis de aplicação úteis no domínio da clínica (radioterapia), da Fisiologia, e da conservação dos alimentos pela irradiação. Esse processo já é empregado em alguns países para diversos

produtos; batatas, peixes... na França essas técnicas estão estabelecidas e poderiam eventualmente ser postas em execução.

As pesquisas fisiológicas são dirigidas essencialmente para as faculdades sensoriais do cão, notadamente o olfato e a audição. O animal, como seu condutor, é sempre suscetível de falhas. Se fosse possível, conhecer, de modo preciso, o complexo mecanismo do reconhecimento das minas ou do levantamento de pistas, poder-se-iam criar aparelhos que os substituissem com mais segurança. O estudo dos aparelhos sensoriais de animais tem sido, em muitos casos, a base de realizações técnicas do mais alto interesse.

"No que se refere ao cão — disse-nos o veterinário biólogo Capitão Coll, a criação de tais aparelhos seria evidentemente um grande progresso, porém, honestamente, não creio nisso para amanhã. O cão é um mecanismo tão maravilhoso que estamos longe de reproduzi-lo artificialmente". Na realidade desconfio que o Capitão Coll teme um pouco tal descoberta: ele gosta demais dos cães para desejar que um aparelho os venha substituir algum dia!

Nenhum setor escapa ao desenvolvimento da Ciência. Um Exército moderno é o que o comprehende e evolui em consequência disso. O Corpo de Veterinários Biólogos nos dá exemplo dessa evolução. Sem nada abandonar das tradições do passado, soube transformar-se e tornar-se um elemento importante da defesa e da economia do País.

LIGEIRO HISTÓRICO DA VETERINARIA MILITAR FRANCESA

Foi em 1769 — portanto há pouco mais de duzentos anos — que apareceram os primeiros veterinários militares. Antes dessa data os cavalos do Exército eram tratados pelos mestres-ferradores sob a direção dos oficiais. A Escola de Veterinária de Lyon tinha sido criada em 1762 e a de Alfort em 1765. A partir de 1769 os Regimentos de Cavalaria receberam ordem de enviar para Alfort um cavaleiro "para ai ser instruído em arte veterinária e, em seguida, exercê-la na unidade, com a graduação de mestre de cavalaria". Em 1794 um decreto lhes deu o título de "Artistas Veterinários" e os assimilou aos chefes de cavalaria.

A primeira verdadeira organização do Serviço de Veterinária se fez em 1813, pelo decreto de Moscou que organizou sua hierarquia criando os Inspetores Veterinários e três classes de Veterinários nos corpos de tropa. Em 1843, o Marechal Soult, que os apreciava particularmente, juntou um escalão à sua hierarquia. Finalmente, sob a influência do Marechal Rondon, Ministro da Guerra e depois do Marechal de Saint Arnaud, seu sucessor, o decreto de 28 de janeiro de 1852 conferiu aos veterinários o status de oficiais.

Sob a 3.^a República, uma lei de 1875 introduziu o Serviço de Veterinária entre os órgãos constitutivos do Exército e criou o Pôsto de Veterinário Principal de 1.^a Classe (Tenente-Coronel). Em 1902 apareceram os primeiros coronéis veterinários e, finalmente, a lei de 13 de junho de 1913 incluiu um Inspetor Veterinário com o pôsto de General-de-Brigada.

Recrutados tradicionalmente na Cavalaria, os Veterinários militares passaram a ser formados, a partir de 1854, na Escola de aplicação da cavalaria e trem, em Saumur. Subordinados ao Serviço de Saúde, em 1944, passaram então a ser vinculados à Seção de Veterinária do Serviço de Saúde em Lyon e cumpriam seu estágio de aplicação no Centro de Instrução do Serviço de Veterinária do Exército em Compiègne. A união das duas medicinas, a dos homens e a dos animais, deveria durar mais de dezessete anos. Em 1961 considerou-se que as missões dos veterinários militares eram suficientemente específicas e importantes para motivar sua autonomia técnica; um decreto criou, então, o "Serviço Biológico e Veterinário das Fôrças Armadas", transformado em 1967, no "Corpo de Veterinários Biólogistas das Fôrças Armadas".



"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpre o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.
2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.
3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.
4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

GOLPE DE MÃO PELO AR

Trad : Infantry in Vietnam
Maj Inf NEY SALLÉS

As ações de pequenas unidades realizadas no Vietnam constituem-se na maioria dos casos de missões de busca e destruição do inimigo.

Dentre essas ações, merecem atenção especial as patrulhas de combate incursando nas áreas em poder do inimigo ou onde o mesmo desenvolve suas atividades. Essas patrulhas com a missão de inquietar e surpreender o inimigo vêm obtendo completo êxito, executando golpes de mão nas áreas de retaguarda.

Os golpes de mão têm provado ser de imensa valia em ações na selva, principalmente quando utilizam a grande mobilidade que lhes confere o helicóptero. Pequenas frações executando ações cuidadosamente ensaiadas e seguindo planejamento detalhado e minucioso possuem a vantagem inerente da surpresa, por causa da impossibilidade do inimigo exercer continua observação sobre toda a área de operações sem perda considerável de tempo, pessoal e material.

Na província de Tayninh, distante 10 km de Saigon, está situada a base de operações de Soui-Da, encarregada de reconhecer e vigiar a trilha de Hoch-min que, do Vietnam do Norte através do Camboja, se destina a trazer suprimentos às tropas norte-vietnamitas e vietcongs, que combatem no Sul.

Próximo à fronteira com o Camboja, na localidade de Katum em poder dos vietcongs as informações recebidas e fotografias aéreas acusavam intenso movimento de veículos, suprimentos e pessoal através da ponte de ferro sobre o rio Bo Tuc. A ponte era um objetivo importante e sua destruição dificultaria o apoio logístico inimigo.

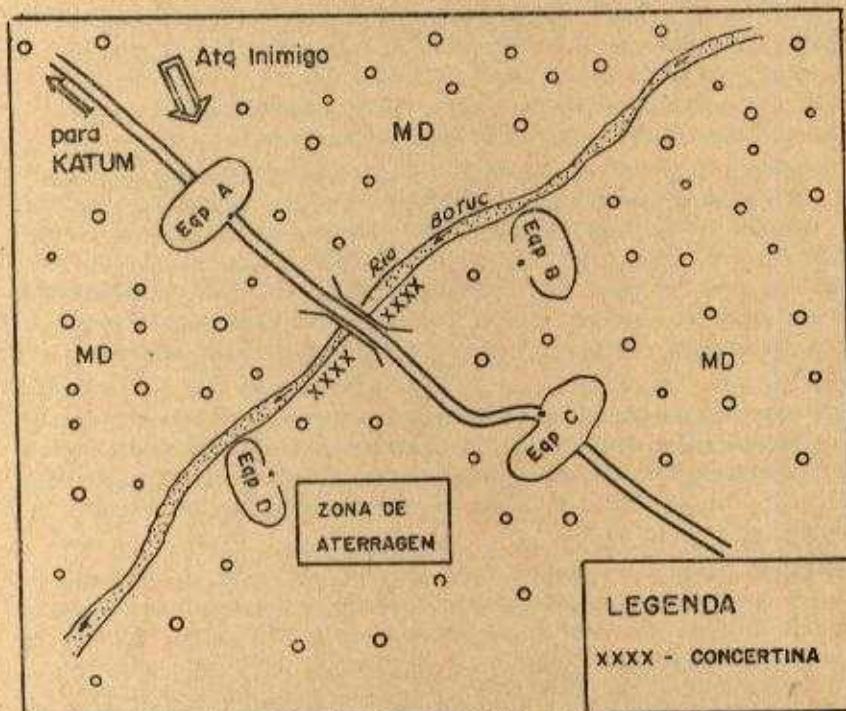
O Cmt do Destacamento das Forças Especiais localizado na base de operações de Soui-Da recebeu a missão de planejar a execução de uma patrulha de golpe de mão para destruir a ponte localizada em território sob controle do inimigo. Após os estudos pela carta ficou evidenciado que a patrulha deveria ter no mínimo o valor de 1 Pelotão.

O Cmt da Cia de Pte, Cap Flóres, realizou um reconhecimento visual da ponte de bordo de um avião de observação. O terreno

perto do local era coberto por densa vegetação exceto ao S da ponte onde a existência de macega rala e árvores esparsas possibilitava aos helicópteros aterrarem a 200m da ponte.

No retorno do reconhecimento aéreo, Flôres concebeu o seguinte esquema de manobra: reunir um Pel do Dst Defesa Civil e elementos americanos, transportá-los ao local de helicóptero, ocupar as vias de acesso à ponte, destruí-la no prazo de 15 minutos e reembocar sua patrulha nos helicópteros rapidamente a fim de evitar a reação do inimigo.

A parte mais importante da missão estava a cargo da Equipe de destruição, cujo maior problema era calcular a carga explosiva necessária e sua colocação de forma a destruir a ponte.



A Equipe planejava destrui-la por seções a fim de impedir sua reparação ou a reconstrução de uma nova ponte no mesmo local. Para tal seriam necessários 5 k de composição C-4. O próximo passo era a fixação das cargas na estrutura metálica da ponte e detoná-las no prazo fixado. Embebendo a composição C-4 em óleo de motor, conseguiu-se uma pasta pegajosa que aderia a qualquer objeto sem necessidade de amarração ou enchimento. Isto permitiu, depois de algumas experiências, colocar as cargas dentro do tempo especificado.

A seguir o Cap Flôres escolheu uma área próxima da base de combate, semelhante ao local da ponte. Ai foi construída uma ponte com meios de fortuna disponíveis.

Dois dias antes da data prevista, foi feito um primeiro ensaio na área de treinamento. Todos os participantes praticaram o desembarque e reembalque nos helicópteros, executaram as tarefas que lhes caberiam no objetivo e se familiarizaram com os sinal convencionais — estabelecidos para o cumprimento da missão. Na véspera do golpe de mão outro treinamento foi realizado; em ambas as ocasiões os soldados sul-vietnamitas demonstraram entusiasmo e o desejo de executar as ações da melhor maneira. Foram mantidos os sigilos sobre o destino e os detalhes finais da patrulha.

Na madrugada do dia previsto para a ação, os componentes da patrulha foram reunidos na base de combate, informados e mantidos em separado. A maior preocupação de todos era a falta de informação sobre o efetivo e dispositivo do inimigo nas proximidades da ponte.

Assim que os helicópteros aproximaram-se da Zona de aterragem, a patrulha aprontou-se para o desembarque. Dois helicópteros armados, enviados anteriormente, tinham assinalado a área com fumaça e permaneciam no ar em condições de prestar o apoio aéreo aproximado se fosse necessário. Imediatamente após desembarcarem os soldados ocuparam as posições previamente escolhidas. A equipe de destruição e um grupo de segurança atravessaram a ponte enquanto os demais grupos de segurança desenvolveram-se rápida e sistematicamente sobre as principais vias de acesso.

Quando a equipe de destruição começou seu trabalho, o inimigo iniciou intenso fogo sobre a ponte. Tão logo os grupos de segurança estabeleceram contato com o inimigo, várias granadas começaram a cair na margem este do rio. Os pilotos dos helicópteros armados desejosos de participarem das ações entraram em contato com o Cap Flôres que preferiu mantê-los afastados a fim de que pudesse contar com seu apoio de fogo caso a situação se agravasse.

Repentinamente o tiroteio cessou. Não houve baixas entre os componentes da patrulha, apesar de ter sido morto um guerrilheiro vietcong. Aparentemente o inimigo utilizara na ação o efetivo correspondente a um GC.

Tão logo a equipe de destruição encerrou a tarefa, o grupo de segurança que a apoiava atravessou a ponte, os helicópteros foram alertados acerca da explosão e todos os elementos abrigaram-se. As cargas foram detonadas e pedaços de aço e madeira subiram no ar entre nuvens de fumaça. A maior parte da ponte foi destruída e as partes restantes ruíram e separaram-se conforme o previsto.

Os helicópteros para transportar a patrulha de nôvo aterraram no objetivo e dentro de minutos reembarcaram todos os seus componentes. Os dois helicópteros armados, voando em torno disparavam suas armas na vegetação próxima a zona de aterragem assegurando a proteção dos que estavam no solo. Levantando vôo ao nível das copas das árvores os helicópteros de transporte rapidamente alcançaram os 1.200m de altura e rumaram para sua base.

O Cap Flôres olhou para seu relógio — ele e sua patrulha estiveram no solo apenas 15 minutos. Respirou aliviado enquanto observava seus homens orgulhosos e alegres. Os sul-vietnamitas haviam se comportado galhardamente e cumprido suas atribuições com toda rapidez.

Seu sucesso no entanto deveu-se ao planejamento detalhado e aos dois ensaios realizados. Conduzidos em terreno semelhante, os ensaios possibilitaram duas coisas: cada homem conhecer sua tarefa — cumprindo-a rápida e acertadamente; despertaram o entusiasmo e elevaram o moral de todos os participantes.

Relembrando essa ação podemos colher os seguintes ensinamentos:

- planejamento e reconhecimentos detalhados;
- ensaios realizados em terreno semelhante;
- rapidez e agressividade na execução da ação;
- perfeita ligação entre os participantes;
- flexibilidade mediante utilização dos helicópteros.

PLANEJAMENTO DA MUNIÇÃO NECESSÁRIA NAS OPERAÇÕES AEROTERRESTRES

Cap QMB

WALDECK NEBY DE MEDEIROS

1. Indiscutivelmente, a munição constitui o item mais essencial para as tropas em combate. Seu fluxo ininterrupto é fator indispensável no êxito no cumprimento de qualquer missão tática. A grande solicitação, agravada pela complexidade causada pelas numerosas espécies e tipos de munição, cria dificuldades no problema do suprimento. Sómente através de um planejamento cuidadoso em cada escalão de comando e pelo constante e adequado treinamento, visando à manutenção da tropa aeroterrestre em um estado de prontidão operacional e logística, este problema poderá ser facilitado.

O Planejamento de munições constitui responsabilidades do Oficial de Munições da Grande Unidade, em ligação íntima com o Oficial de Munições de cada Unidade participante da operação.

Nas operações aeroterrestres este problema assume particular importância tendo em vista as limitações nos transportes aéreos e terrestres, normalmente disponíveis.

Assim, em uma operação desta natureza, o primeiro problema a ser considerado pelo Oficial de Munição será o tipo e características das aeronaves a serem utilizadas na operação. Em segundo lugar deverá conhecer o número de aeronaves disponíveis para a missão, o efetivo, o alimento, e o tipo e quantidade de viaturas dos elementos a serem empregados na cabeça-de-ponte aérea. O número de aeronaves poderá não ser conhecido e sim deduzido face às necessidades da missão.

Deve ainda inteirar-se da disponibilidade de pára-quedas de carga bem como de sua característica, para o suprimento de munição. Os principais tipos de pára-quedas de carga utilizados pela Companhia de Suprimento e Manutenção de Pára-quedas, são: RA-C, T10-C, G-13, G-12 e G-11, com capacidade, respectivamente, de 300, 500, 520, 2.200 e 3.500 libras.

De posse dos elementos acima será determinada a Carga Permissível de cada aeronave, que é uma função inversa da profun-

didade da missão, ou seja, a distância entre o aeródromo de partida e a zona de lançamento.

A quantidade e o tipo de suprimento Classe V, do escalão de assalto, varia em cada operação. A dotação das unidades é prescrita para cada operação.

2. Os seguintes aspectos devem ser considerados pelo Oficial de Munições:

a — cálculo do peso e do volume da munição necessária à missão.

b — a munição do "escalão de assalto" deverá ser conduzida pelas aeronaves do referido escalão, proporcionalmente, de acordo com a disponibilidade das mesmas, depois de calculado o número de pára-quedistas a serem transportados em cada avião.

c — a munição deverá ser organizada em fardos cujo peso deverá ser limitado pela capacidade do pára-quedas de carga a utilizar.

d — em todos os casos a munição transportada em cada pára-quedas deverá estar organizada por tipo completo, tendo em vista a segurança.

e — durante o enfardamento da munição a ser transportada, cuja responsabilidade é do mestre-de-salto de cada avião, o Oficial de Munições deverá supervisionar a operação para assegurar-se de que é satisfeita a exigência do item "d". Durante toda a operação, a Companhia de Suprimento e Manutenção de Pára-quedas prestará assistência técnica, particularmente quanto à preparação dos fardos, e poderá mesmo prepará-los.

f — o Oficial de Munições deverá certificar-se que os diferentes tipos de munição estão distribuídos pelos diversos aviões, por medida de segurança, evitando a concentração de toda a munição de um só tipo num mesmo avião, exceto quando o armamento a utilizá-la esteja todo nesse avião.

3. Apenas a título de exemplo, para termos uma idéia da grandeza da tonelagem e do volume de munição a ser transportada em uma operação aeroterrestre, apresentaremos um exercício esquemático de um escalão de assalto constituído por uma Companhia de Fuzileiros Aeroterrestre, utilizando aviões do tipo C-119, para executar uma missão em zona de lançamento distante de 800 km do aeródromo de partida.

A "carga permissível" para o avião C-119 para 1.600 km de voo, é de 6.750 kg.

Consideremos que a Cia Fzo Aet possa se deslocar em 4 aviões, à média de 40 homens por avião.

Sendo o peso médio de cada pára-quedista, incluindo equipamento, armamento e munição, de 120 kg, teremos para cada avião um total de

$$40 \times 120 = 4.800 \text{ kg}$$

portanto teremos ainda uma disponibilidade, por avião, de:

$$6.750 - 4.800 = 1.950 \text{ kg}$$

Das tabelas de dotação e consumo verifica-se que a dotação orgânica de uma Cia Fzo pesa 3.500 kg, e que a munição a ser consumida pela mesma em 72 horas pesa 1.300 kg, dando portanto um total de

$$3.500 + 1.300 = 4.800 \text{ kg}$$

logo, como dispomos de 4 aviões, teremos por avião

$$4.800 + 4 = 1.200 \text{ kg}$$

Somando-se o peso total dos pára-quedistas com o peso da munição por avião, temos

$$4.800 + 1.200 = 6.000 \text{ kg}$$

assim sendo com uma disponibilidade ainda de

$$6.750 - 6.000 = 750 \text{ kg}$$

Muitas vezes outras restrições tal como espaço disponível, nos obriga a não podermos utilizar toda a carga permissível.

Ainda, para termos uma idéia de grandeza, a dotação orgânica acima calculada, bem como a munição para consumo na missão, ocupam uma cubagem de 4,500 m³ e 1,500 m³, respectivamente, num total de 6 m³.

4. O problema apresentado não visa ao estudo detalhado e minucioso do planejamento de munições, mas apenas a fornecer dados quantitativos que possibilitem avaliar a complexidade do planejamento face às diversas variáveis e condicionantes do mesmo.

Assim, não se pode dizer de maneira simplista como foi dito, que cada avião conduziria 40 homens e 1.200 kg de munição. Isso só foi feito por se tratar de um caso esquemático e com os objetivos acima focalizados, visto que a organização elementar das di-

versas frações que constituem as Armas e Serviços, são fatores importantes; o tipo de armamento conduzido por fração também o é, pois pode ser necessário que dado o seu peso, como no caso de armas coletivas, o mesmo tenha que ser lançado em fardos. Nesse caso, pára-quedas em côntra deve ser utilizado, ficando sua guarnição alertada sobre a mesma, bem como quanto a da munição, e ambos — guarnição, armamento e munição — devem seguir em uma mesma aeronave.

Vê-se então, que o planejamento e execução detalhados é algo bastante complexo que varia, entre outros elementos, com a missão e os meios aéreos disponíveis, principalmente.

Nas operações aeroterrestres, o pessoal encarregado da supervisão do suprimento de munição está incluído na Unidade de Material Bélico da Grande Unidade e se mantém em íntima ligação com a Cia Sup Mnt Pqd.

Numa cabeça-de-ponte aérea, as Companhias de Remuniciamento devem ser distribuídas, passando a integrar as tropas de apoio ao combate, a fim de receber e reunir a munição e organizar os Pontos de Suprimento. Estas primeiras instalações são geralmente destinadas a servir apenas à cabeça-de-ponte. Com a sua ampliação instalam-se Pontos de Suprimento, se necessário, em locais mais avançados que sejam convenientes às unidades apoiadas.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ANTÁRTICA

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafa do IBG — Setor de Política Internacional,
Professora de Geo-história da Faculdade de Humanidades
do Pedro II, Professora de História do Colégio Pedro II.

Antártica significa oposto ao *Artico* (*anti-arktikos*). O termo *Artico*, de origem grega — *Arktikos* é traduzido por ursa; isto porque era na direção do Pólo Norte que se avistava a constelação da Ursa Pequena, que muito valia aos navegadores antigos em sua orientação.

Distando 4.000, 5.000 e 6.000 km respectivamente da Terra do Fogo, da Tasmânia e do Cabo da Boa Esperança, quase todo incluído dentro do círculo polar Antártico, costumam os geógrafos dividir o "Continente Branco" em três setores, segundo sua defrontação continental: o americano, o australiano e o africano.

Faz parte da *Antártica Americana* uma série de arquipélagos (Malvinas, Geórgia do Sul, Sanduiche do Sul, Orcadas do Sul e Shetlands do Sul) bem como suas terras continentais agrupadas ao redor do eixo da América do Sul, partindo do meridiano de Greenwich até 90 graus oeste. Sendo a América do Sul o continente que mais se aproxima da Antártica, o artigo IV do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca fixou o setor antártico americano nos limites compreendidos entre os paralelos de 24° e 90° oeste, incluindo-o em sua zona de segurança. Nessas condições, em 1940, Cordell Hull, Secretário de Estado dos Estados Unidos, tecendo considerações sobre a *defesa continental*, declarava necessária a afirmação de títulos mais precisos dos países americanos sobre o quadrante correspondente à Antártica Americana. Reconhecida a existência de uma Antártica Americana do ponto de vista estratégico e geográfico, acrescentemos a êsses o fato político e proclamemos como corolário da Doutrina de Monroe: "*A Antártica Americana para os países americanos que com ela se defrontam*"; são êsses, entre os quais o Brasil, os mais incluídos em sua zona de segurança. Nessas condições reforçamos não sólamente a Doutrina de Monroe, mas sobretudo o próprio artigo IV do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Pela teoria das costas opostas (por defrontação) e com base no princípio do *hinterland* na esfera de interesses, o Brasil e vários

outros países do hemisfério sul têm interesses legítimos na Antártica. Afirma o General Couto e Silva em sua "Geopolítica do Brasil", que "o conjunto triangular da América do Sul, da África e da Antártica de fato constitui a retaguarda vital de todo o mundo do Ocidente". Citando palavras do Contra-Almirante Lepotier, que disse ser o Atlântico o palco insubstituível e a Antártica o ferrólho — "decisiva plataforma recuada das comunicações marítimas e aéreas do Ocidente", conclui que qualquer penetração importante ali, de um inimigo, comprometerá, certamente, todo o sistema defensivo do mundo ocidental, sobretudo porque tornará, desde logo, extremamente vulneráveis as comunicações marítimas e aéreas". E bem antigo o axioma: "o mar não separa, antes de mais nada, une"; daí a importância para as potências, do domínio sobre costas situadas defronte a sua própria esfera de domínio. Como conclusão, achamos conveniente citar ainda as palavras do Almirante Dufek, comandante estadunidense da Operação Deep-Freede na Antártica: "Em guerra aeronuclear, o Ártico poderia ser o campo de batalha aérea decisivo e a Antártica a última base como zona de retaguarda vital das comunicações marítimas e aéreas circunterrestres dos Ocidentais". Vemos que, baseando-se na teoria do Heartland de Mackinder, Dufek procura dar autenticidade ao lema estratégico do futuro: "Quem dominar os pólos, dominará o Mundo."

Do ponto de vista geo-estratégico, lembremo-nos de que a *defesa da América do Sul é sobretudo de índole marítima* e não apenas um problema continental; é essencialmente o domínio do mar no Atlântico. Que venha assim, após o Decreto das Duzentas Milhas, para completá-lo, a *Declaração da Antártica*. O continente austral é escalonado por ilhas. Por essas ilhas, através da dorsal atlântica, pode, da Antártica, o Brasil ser escalonado.

Embora vários países já tenham emitido decretos reivindicando setores na Antártica, o Direito Internacional não os reconheceu; no entanto, o *Tratado da Antártica* de 1959, trata de protegê-los (art. IV-I-A) em se tratando de seus doze primeiros signatários. Impedido o Brasil de participar na elaboração do referido tratado, protestou em nota enviada à Embaixada dos Estados Unidos no Rio (1958), justificando suas pretensões e ressalvando os "seus direitos de livre acesso à Antártica, bem como o de apresentar reivindicações que pudessem vir a julgar necessárias".

Pela teoria dos setores ou *defrontação*, posta em aplicação no Pólo Norte por sugestão do Senador canadense Pascal Poirier, tem o Brasil direitos na Antártica, no território delimitado pelos meridianos de Martim Vaz e Arroio Chui. A Rússia, um dos que não reconhecem reivindicações de soberania na Antártica, em se tratando do Ártico, onde foi beneficiada, adotou, em 1926, oficialmente, o princípio dos setores ou *defrontação*; anexou assim, "tôdas as terras desco-

bertas ou por descobrir... ao norte do litoral da URSS até o Pólo Norte, nos limites do setor formado pelos meridianos de 32° 4' 35" leste e 168° 49' 30" oeste de Greenwich". Conseguia por isso desalojar os ingleses, que haviam ocupado em 1821 a Ilha Wrangell.

A Noruega, quando a teoria dos setores foi aplicada de per si no Continente Austral pela Inglaterra, que se valeu de sua Dependência das Falklands (diga-se de passagem reclamada pela Argentina), apossou-se de um trecho na Antártica, alegando fazê-lo baseada no *direito do descobrimento*. Aliás, tais direitos, alegados também por franceses, russos, estadunidenses e argentinos, são posteriores aos dos português. Se considerarmos que o descobrimento possa conferir títulos de soberania na Antártica, desde que, segundo René Dolot, "a descoberta seja seguida de notificação às potências", o Brasil, legítimo herdeiro das terras americanas portuguêssas (Tratado de Reconhecimento da Independência de 1825), tem direitos no Continente Branco. Portugal descobriu terras na região antártica antes dos povos que acima alegam, fazendo a devida notificação com seu registro no Ato Notarial de Valentim Fernandes, lavrado em Lisboa a 20 de maio de 1503, oficializando o descobrimento e posse de terras americanas para Portugal. O Ato foi também transscrito pelo Tabellão alemão Wigenhoist, cuja cópia em latim pertence à Biblioteca de Stuttgart. Através do Ato Notarial de Valentim Fernandes, o termo de posse do Brasil, registrado em Cartório (fato único na História), englobava ao nosso conjunto as terras que avançavam para o sul "até a altura do pólo antártico, a 53 graus". Nessa região, hoje classificada como subantártica, estão as Geórgias do Sul.

Outros proclamam os seus direitos baseados nas *expedições científicas*. O Brasil não as realizou ainda, embora tenha participado do Ano Geofísico Internacional (1957-58) através de nossa Marinha de Guerra. No entanto cumpre-nos recordar as palavras de Blunstchli, de que "explorar é fazer ato de ciência e não de governo".

Há os que se mostram contrários às reivindicações de soberania nas regiões polares, entre êsses os Estados Unidos, em virtude de não ser possível a ocupação continua e permanente dessas áreas. São os adeptos do "res communis", da *internacionalização*. Respondemos com o exemplo do Deserto do Saara, cuja ocupação também não é continua nem permanente, e que, no entanto, foi subdividido entre nações africanas que hoje se enriquecem com o seu petróleo e outros produtos minerais do seu subsolo. Por outro lado, tomando o círculo polar ártico para delimitação da região norte, teremos aí incluídos, além do Alasca (pertencente aos Estados Unidos), o norte do Canadá, a Noruega, a Suécia, a Finlândia e a Sibéria. Com que base então, se importa a internacionalização apenas para a região polar sul?

Numerosos países estão instalando suas *estações científicas na Antártica*; alegam interesses "meramente científicos". Inúmeras riquezas minerais vêm sendo constatadas na região. Note-se que

ainda em 1928, quando as técnicas eram outras, o Almirante Byrd declarava e assegurava perante o Comitê Especial da Câmara de Representantes dos Estados Unidos (76º Congresso) que existiam 147 minerais diferentes no continente austral. O período heróico da exploração do deserto polar antártico, diz um relatório oficial francês (1968), está praticamente terminado. E, perguntamos nós, a quem de direito cabe a exploração das riquezas ali existentes? Lembremos de que de início prevaleceu também o interesse científico na África (século XIX), depois foi dividido politicamente o Continente Negro, aquinhando-se as nações que antes haviam tido apenas interesses científicos. O próprio Bismarck, anticolonialista, levou a Alemanha à África por interesse científico, idealizando o Congresso de Berlim para a partilha e beneficiando seu país.

Diante dessas nossas considerações gerais... é chegada a hora de o Brasil seguir rumo à Antártica!

A boa disciplina está intimamente aliada à lealdade. Pode ser definida como a condição mental que leva indivíduos ou grupos a aceitarem espontâneamente a autoridade e a supervisão do chefe.

membrado do Estado do Rio de Janeiro, pelo Ato Adicional de 1834, passou a constituir o Distrito Federal, Capital do País.

Em 1903, o Tratado de Petrópolis, entre Brasil e Bolívia, anexou ao País as áreas até então em litígio, que passaram a integrar o Território do Acre, diretamente subordinado ao Governo Federal. Quarenta anos depois, voltou a elevar-se o número de unidades político-administrativas, com a criação dos territórios federais de Amapá, Cuiapé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Ponta Porã e Iguaçu. Os dois últimos, porém, foram suprimidos pela Constituição de 1946. O Território de Fernando de Noronha, no arquipélago do mesmo nome, teve sua criação determinada por interesses e conveniências da defesa do País.

A transferência da Capital Federal para Brasília, há um decênio, e a aquisição pelo Acre do estatuto de Estado autônomo, deu aos quadros administrativos e políticos da República Federativa do Brasil sua atual composição em 22 Estados, 4 Territórios e 1 Distrito Federal.

Ainda na conformidade da Constituição vigente, a criação de Novos Estados e Territórios depende de lei complementar. Analogicamente, legislação idêntica deverá estabelecer os requisitos mínimos de população e renda, bem como a forma de consulta prévia às populações, para a criação de municípios.

Com exceção do Estado da Guanabara, do Território de Fernando de Noronha e do Distrito Federal, as unidades federadas se organizam territorial e administrativamente em municípios, podendo estas circunscrições ser tidas como as verdadeiras células do complexo político nacional. Facultativamente, podem dividir-se em distritos e subdistritos, de acordo com as conveniências da administração.

Unidades autônomas em relação aos assuntos de seu peculiar interesse, os municípios possuem governo próprio, exercido por um Prefeito, que representa o Município e exerce o Poder Executivo, e uma Câmara Municipal, composta de número variável de Vereadores, órgão do Legislativo Municipal.

Prefeito e Vereadores são, via de regra, eleitos diretamente pelos municípios para um período previamente fixado pela Constituição do Estado ou lei especial. Entretanto, os Prefeitos dos municípios das Capitais Estaduais e os de municípios considerados estâncias hidrominerais são livremente escolhidos e nomeados pelo Governador do respectivo Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa.

Dependem, por outro lado, de aprovação do Presidente da República, as nomeações de Prefeitos para os Municípios declarados de interesse da segurança nacional, conforme prescrição expressa da Constituição Federal.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Maj Inf QEMA
OMAR LIMA DIAS

1. GENERALIDADES

O Governo Federal, visando a implantar a Administração Científica no sistema Administrativo Nacional, promulgou, em 25 Fev 1967, o Decreto-lei n.º 200, disporo sobre a Organização da Administração Federal, estabelecendo Diretrizes e dando outras providências.

Segundo o Art. 4.º do referido Decreto, a Administração Federal compreenderá Órgãos de Administração Direta, constituídos por serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, e Órgãos de Administração Indireta, constituídos de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, tais como Autarquias, Empresas Públicas e sociedades de economia mista, as quais são consideradas vinculadas ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

2. PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS

A Administração Federal, segundo o Dec.-lei n.º 200, deverá basear suas atividades em princípios fundamentais de administração que passaremos a comentar.

— Planejamento:

Segundo o Dec-lei n.º 200, a ação governamental obedecerá a planejamentos que visem a promover o desenvolvimento sócio-econômico da Nação e a Segurança Nacional e far-se-á mediante a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:

- a. Plano Geral do Governo;
- b. Programas Gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;
- c. Orçamento-programa anual;
- d. Programação financeira de desembolso.

Como podemos verificar, há uma ênfase especial para o princípio do planejamento, através do qual deverão ter fim as soluções empíricas e personalísticas, ensejando, por outro lado, a continuidade administrativa.

— Coordenação:

As atividades da Administração Federal e especialmente a execução dos planos e programas do Governo deverão ser objeto de constante coordenação, através de todos os níveis da administração e, mediante atuação das chefias individuais, reuniões com chefias subordinadas e comissões de coordenação de setores interessados. Deverá haver inclusive coordenação com órgãos estaduais e municipais, no caso de atividades idênticas, quando fôr inviável a celebração de convênios que visem poupar esforços e investimentos.

A coordenação eficiente permitirá que nenhum assunto seja submetido à decisão da autoridade competente, em qualquer nível, sem que haja uma conciliação e acerto de medidas entre os setores interessados.

— Descentralização:

A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada, visando a execução rápida e eficiente, com menor custo.

A execução da descentralização será realizada em três planos principais:

- a. dentro dos quadros da Administração Federal, com distinção entre os níveis de direção e os de execução;
- b. de Administração Federal para os das Unidades Federais, que estejam aparelhadas, mediante convênio;
- c. da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

Prescreve ainda o Decreto-lei nº 200 que os serviços que compõem a estrutura central de direção, devam ser liberados das rotinas de execução e formalização de atos administrativos para que possam se empenhar nas atividades de planejamento, coordenação e controle. A Administração casuística, entendida como decisão de casos individuais, deverá, em princípio, competir ao nível de execução.

A estrutura central de direção competirá o estabelecimento de normas, critérios, programas e princípios, que os serviços de execução deverão respeltar na solução dos casos individuais e no desempenho de suas atribuições.

A execução dos programas federais deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio com órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes, ficando os órgãos federais responsáveis pelos programas com a autoridade normativa, com o controle e fiscalização sobre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convê-

nios. Da mesma forma a realização das tarefas executivas, sempre que possível, deverá ser afeta à iniciativa privada capacitada ao desempenho, mediante contrato.

— Delegação de Competência:

A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas e problemas a atender ou resolver.

É facultado ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e, em geral, às autoridades da Administração Federal, a delegação de competência para a prática de atos administrativos, conforme se dispuser em regulamento. O ato de delegação deverá indicar com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação.

A delegação de competência não isenta a autoridade delegante da responsabilidade que lhe cabe. Para tanto, tem a mesma as atribuições de controle e supervisão das atividades da autoridade delegada.

— Controle:

O controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos através do controle exercido pelas chefias sobre os órgãos a controlar, pelos órgãos de cada sistema sobre as atividades auxiliares e, pelo controle de aplicação das finanças públicas e bens da união pelos órgãos do sistema de auditoria e contabilidade.

O trabalho administrativo deverá ser racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles formais de custos superiores ao risco.

3. PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO-PROGRAMA E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Em seu art. 15, o Dec-lei n.º 200, prescreve que a ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e a coordenação superiores do Presidente da República. Caberá também a cada Ministro de Estado a orientação e direção da elaboração de programas setoriais e regionais de seu Ministério.

O Ministro do Planejamento e Coordenação Geral auxiliará o Presidente da República na coordenação, revisão e consolidação dos programas setoriais e regionais e na elaboração da programação ge-

ral do Governo. A aprovação dos planos e programas setoriais e regionais é de competência do Presidente da República.

Em seu art. 16, o Dec-lei n.º 200 prescreve que, anualmente, deverá ser elaborado em Orçamento-Programa que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizado no ano seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.

No OP deverão ser considerados, além dos recursos consignados no Orçamento da União, os recursos extra-orçamentários vinculados à execução do programa do Governo.

O ajustamento da execução do OP ao fluxo provável de recursos será feito pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e pelo Ministério da Fazenda, mediante uma Programação de Desembolso Financeiro.

Em consequência, toda a atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao Orçamento-Programa, e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso.

4. SUPERVISÃO MINISTERIAL

Todo e qualquer Órgão da Administração Federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente.

Excetuam-se os Órgãos a seguir que são submetidos à supervisão direta do Presidente da República:

- a. Conselho de Segurança Nacional;
- b. Serviço Nacional de Informações;
- c. Estado-Maior das Forças Armadas;
- d. Departamento Administrativo do Pessoal Civil;
- e. Consultoria-Geral da República;
- f. Alto Comando das Forças Armadas.

A supervisão ministerial é exercida através de orientação, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados ao Ministério.

A supervisão será exercida através de Órgãos Centrais. Cada Ministério Civil possuirá os seguintes Órgãos Centrais:

- a. Órgãos Centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro.
 - Assessoram diretamente o Ministro, realizam estudos para formulação de diretrizes, desempenham funções de planejamento, orçamento, orientação, inspeção e controle financeiro.

- Desdobram-se em uma Secretaria-Geral e uma Inspetoria-Geral de Finanças.
- No Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e Ministério da Fazenda, além das funções previstas, os Órgãos Centrais são incumbidos do orçamento, administração financeira, contabilidade e auditoria.
- b. Órgãos Centrais de Direção Superior.
 - Executam funções de administração das atividades específicas e auxiliares do Ministério.
 - São organizados em base departamental.
- c. Além dos Órgãos Centrais, cada Ministério Civil possuirá um Gabinete, um Consultor Jurídico (exceto o Ministério da Fazenda que conta com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e uma Divisão de Segurança e Informações.

5. SISTEMAS DE ATIVIDADES

As diversas Teorias de organização propiciaram o conhecimento de novas técnicas e princípios que resultaram em uma administração moderna. O Decreto-lei n.º 200, em seu art. 30, introduz na administração federal a técnica de Sistemas de Atividades.

"Art. 30 — Serão organizadas sob a forma de Sistemas as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e Auditoria, e Serviços Gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitam de coordenação central."

Os serviços incumbidos dessa atividade são integrados no sistema respectivo e ficam, consequentemente, sujeitos à orientação normativa, à supervisão técnica, à fiscalização específica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

Junto ao órgão central de cada sistema poderá funcionar uma Comissão de Coordenação, cujas atribuições e composição serão definidas em decreto.

Foram definidos os seguintes Órgãos Centrais dos Sistemas de Administração Federal:

Sistema de Pessoal Civil — Presidência da República

Sistema de Orçamento — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

Sistema de Serviços Gerais — Idem.

Sistema de Administração Financeira — Ministério da Fazenda

Sistema de Contabilidade e Auditoria — Idem

Sistema de Serviços Gerais — Idem.

O Ministério do Exército pela Port. n.º 116-EME, de 10 Nov 70, estabeleceu uma Diretriz definidora dos Sistemas de Atividades do Exército, bem como de seus órgãos de administração. Assim, são os seguintes os órgãos existentes nos sistemas de atividades do Exército:

- a. Órgão Central ou Órgão de Direção Geral: EME
- b. Órgãos Setoriais: Departamentos
- c. Órgãos de Apoio: Diretorias
- d. Órgãos Regionais: RM
- e. Órgãos Periféricos: OM administrativas e frações administrativas das OM operacionais.

No que se refere à Administração do Ministério do Exército, estão em fase de implantação diversos sistemas de atividades, entre os quais podemos identificar os seguintes:

1. Pessoal
2. Ensino
3. Instrução
4. Logística
5. Planejamento, Programação e Orçamentação
6. Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria
7. Estatística
8. Pesquisa e Desenvolvimento
9. Serviços Gerais
10. Relações Públicas
11. Processamento de Dados

6. MINISTÉRIOS E ÁREAS DE COMPETÊNCIA

O Dec-lei n.º 200, em seu art. 35 e subsequentes define as áreas de competência de cada Ministério, detalhando os assuntos de responsabilidade ministerial.

7. FORÇAS ARMADAS

O Dec-lei n.º 200, em seu Título IX, apresenta as atribuições das Forças Armadas, bem como define os seus órgãos de direção, setoriais, de assessoramento e de apoio.

8. DIVERSOS

O Dec-lei n.º 200 estabelece ainda diversos procedimentos com relação a assuntos sujeitos à Reforma Administrativa.

Assim encontramos os seguintes assuntos no referido decreto:

Titulo X — Normas de Administração Financeira e Contabilidade.

Trata de prestação de contas, despesas, acompanhamento financeiro, contabilidade, custos, movimentação de crédito etc.

Titulo XI — Disposições Referentes ao Pessoal Civil.

Estabelece normas visando criar uma política assentada nos princípios da valorização, produtividade, profissionalização, retribuição, aproveitamento etc.

Titulo XII — Normas relativas a licitações para compras, obras, serviços e alienações.

Estabelece o princípio de licitação como indispensável para compras, execução de obras e serviços, salvo nos casos de exceção que indica.

Titulo XIII — Reforma Administrativa.

Estabelece normas para a sua própria aplicação, orientando medidas a tomar pelo Poder Executivo. Cria o Fundo de Reforma Administrativa e prevê inclusive a criação do cargo de Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa, se necessário.

Titulo XIV — Medidas Especiais de Coordenação.

Estabelece Medidas Gerais para Ciência e Tecnologia, Política Nacional de Saúde, Abastecimento Nacional, Integração dos Transportes, Comunicações e Integração das Forças Armadas.

Titulo XV — Disposições Gerais.

Trata de diversos assuntos, incluindo Bancos Oficiais, Pesquisa Sócio-Económica aplicada e Financiamento de Projetos, Serviços Gerais, Ministério do Exterior, novos Ministérios e cargos etc.

9. CONCLUSÕES

O Dec-lei n.º 200/67 estabeleceu normas sobre todas as atividades administrativas no âmbito federal. Seu grande mérito é o de substituir a administração antiga, empírica, burocratizada e centralizadora pela Administração Científica, assentada em princípios básicos de Administração e no estabelecimento de Sistemas de Atividades interligadas a Órgãos Centrais e de Execução.

O Ministério do Exército vem, desde a promulgação do Dec-lei n.º 200, tomando medidas diversas no sentido da adoção da Reforma Administrativa em todos os seus níveis.

Assim, podemos observar na atual conjuntura do Exército as seguintes medidas já tomadas:

- Definição dos órgãos de direção, de apoio e de execução.
- Definição dos Sistemas e Subsistemas de atividades.
- Restruturação dos Departamentos e Diretorias e adequação dos mesmos aos Sistemas de Atividades.
- Adoção do Planejamento Financeiro através de Orçamento Plurianual de investimentos, Orçamentação-Programação e Cronogramas de Desembolso.
- Adoção de Técnicas de Organização e Métodos e consequentes medidas de racionalização de rotinas e processos.
- Elaboração de uma nova política de pessoal consentânea com a atualidade (em estudo).
- Adoção de levantamento de custos e eficiências.
- Supressão das atividades anti-econômicas.
- Delegação de competência de assuntos que poderiam ser objeto de decisão dos escalões subordinados.

É certo que a Reforma Administrativa se encontra longe de estar totalmente aplicada, mas também é certo que esta aplicação vem sendo feita de forma gradual e orientada, visando ao mesmo tempo criar uma mentalidade nova e mudar os antigos processos administrativos. Podemos, portanto, antever um futuro promissor, no qual haja uma perfeita adequação das medidas administrativas, sem custos elevados, sem centralizações e com um máximo de eficiência. É mister, para tanto, que se obtenha em curto prazo, uma mentalidade de Reforma Administrativa, através de Estágio de âmbito regional e nacional, intensificação das medidas de difusão dos atos da Reforma, adoção da cadeira de Administração nos currículos escolares de todos os níveis e criação de Comissões de Reforma Administrativa.

DOIS ANOS

JOAO PAULO DOS REIS VELLOSO.

Ministro do Planejamento e Coordenação Geral

Dois anos de Governo Médici mudaram o País, material e espiritualmente. A Revolução consolidou-se, na linha de permanência e renovação.

Pelo quarto ano consecutivo, o Brasil deverá, em 1971, alcançar taxa de crescimento do PIB igual ou superior a 9%. Como ainda recentemente assinalava relatório de importante instituição internacional, a economia brasileira, uma das mais bem dotadas do mundo, está demonstrando ser capaz de realizar o seu potencial, mantendo, de forma continuada, altíssimas taxas de crescimento.

Quatro aspectos principais podem ser destacados, na avaliação do desenvolvimento recente.

Primeiro, consolidou-se o modelo econômico da Revolução, que não procurou a originalidade das experiências centralizadoras, mas soube revelar consistência, eficácia e imaginação, na adaptação, ao estilo e aspirações da sociedade brasileira, do regime de mercado desenvolvido nas economias ocidentais hoje industrializadas.

Aquela consolidação se verificou, notadamente, pela criação de instrumentos financeiros e fiscais para garantir poder de competição à empresa nacional, privada e pública, seja assegurando a exequibilidade da *grande empresa* e do grande *empreendimento nacional*, seja criando condições para a modernização da empresa, pequena ou grande, quanto à tecnologia, à estrutura financeira e aos métodos de "management".

Verificou-se, ainda:

- 1) Pelo estabelecimento de uma Política Tecnológica Nacional, para desenvolver áreas tecnológicas prioritárias (incorporação de novas tecnologias, como a de energia nuclear e a pesquisa espacial; desenvolvimento de indústrias intensivas de tecnologia, como as Indústrias Químicas, Eletrônicas, Siderurgia; consolidação da tecnologia de infra-estrutura, no tocante à Energia Elétrica, Petróleo, Transportes, Comunicações) para permitir, na indústria, a criação de modelos e processos nacionais, progressivamente; e para sustentar o crescimento da agricultura e dos setores sociais.

2) Pelo dinamismo alcançado pelo mercado de capitais e pelo sistema financeiro.

3) Pela complementação e consolidação do sistema de programação instituído pela Revolução, através do Orçamento Plurianual (OPI) para o período 1972/1974 e do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O OPI veio completar o ciclo de estabelecimento da verdade orçamentária, iniciado em 1964.

Segundo, o Brasil alcançou dimensão representada de um lado, pelos grandes programas de investimentos em execução, na infraestrutura econômica e nas indústrias básicas, cada um deles de valor total superior ao equivalente a um bilhão de dólares, em cinco anos (o que é muito dinheiro, em qualquer país): Programa de Expansão da Siderurgia, Programa Petroquímico, Implantação dos Corredores de Transportes, Programa de Construção Naval, Programa de Energia Elétrica, Programa de Comunicações, Programa de Mineração. E, de outro lado, pelo apoio maciço proporcionado a setores prioritários: Educação, em que o País vai aplicar, no período 1972/1974, cerca de Cr\$ 32 bilhões (preços constantes de 1972), ou seja, da ordem de US\$ 1,8 bilhão por ano; Agricultura-Abastecimento, a ser atendida por programas do Governo Federal no montante de Cr\$ 15,6 bilhões, e Saúde-Saneamento, com investimentos públicos de Cr\$ 15,2 bilhões, no mesmo período, a preços constantes.

Terceiro, a Nação está enfrentando os dois principais desafios à sua viabilidade econômico-social como grande potência, o Nordeste e a Amazônia, que saltaram para o primeiro plano das decisões, continuadamente. A decisão nacional foi de não deixar as duas regiões como áreas de reserva, para quando estivesse consolidado economicamente o Centro-Sul, mas considerá-las integradamente no mercado nacional e na comunidade de aspirações e padrões de consumo que a integração física está criando. Apenas para exemplificar, talvez muitos não tenham notado que a garotinha de Marabá que entregou flores ao Presidente Médici, à beira da Transamazônica, trajava midi com botinhas.

Quarto, tornaram-se muito mais nítidos os contornos do *modelo social*, com a criação do instrumental para assegurar a participação das classes de menor renda nos resultados do crescimento econômico, promover o capitalismo do grande número e realizar a sociedade de oportunidades.

Para o período 1972/1974, as perspectivas de investimento e produção, nos setores público e privado, são no sentido de manter-se a excepcional vitalidade da economia. Nesse quadro, ao lado do esforço de continua desaceleração da inflação, alguns aspectos irão merecer particular atenção, para que se corporifique o que o PND denomina de *modelo brasileiro de desenvolvimento*.

Inicialmente, será necessário evitar que se acumulem desequilíbrios setoriais, principalmente no crescimento industrial. Nada há a estranhar em que ramos como o da indústria automobilística e de outros bens de consumo duráveis cresçam a taxas anuais superiores a 15%, por algum tempo. Isso, em si, não constitui evidência de que o crescimento se esteja destinando a categorias de renda alta: a realidade de nossa época é que, para a nova geração e para a mentalidade moderna, em geral, tais bens são procurados preferencialmente, também pela classe média. Os valores sociais e padrões de consumo mudaram, efetivamente. Haverá distorção se a política econômica, artificialmente, passar a atender abusivamente o setor, pelo crédito à produção e ao consumo, ou pelo incentivo ao superinvestimento. Mas ainda que tais distorções se evitem, o crescimento altamente dinâmico de tais ramos continuará a manifestar-se.

O que, por outro lado, deve ser feito é proporcionar aos setores chamados tradicionais — têxteis, calçados, indústrias alimentícias — os instrumentos para sua modernização e para a conquista, inclusive, de mercados externos, assim como o financiamento ao consumidor. E não há dúvida de que o FMRI, no BNDE, e os incentivos fiscais a fusões atendem a esse propósito.

Em segundo lugar, face às necessidades de importações para um crescimento de 9%, a estratégia de exportações será o elemento crucial, na área externa.

Ficou demonstrado o acerto da política brasileira de, ao mesmo tempo em que se procura elevar a participação das exportações do país no comércio mundial, realizar a diversificação da pauta e de mercados. No primeiro aspecto, dependendo dos resultados finais deste ano, talvez se possa cogitar de uma exportação de manufaturados, em 1972, da ordem de US\$ 750 a US\$ 800 milhões (inclusive semimanufaturados, em sentido amplo), o que significa disputar a posição do café. Também competindo com o café estará a categoria "Minérios/Produtos Agrícolas Não Tradicionais", dentro de três ou quatro anos.

A base interna para o acesso a mercados externos já é sólida, principalmente no tocante ao sistema de incentivos fiscais e financeiros. O próximo estágio deve preocupar-se principalmente com a *infra-estrutura no exterior*. Para isso, será preciso procurar novos instrumentos e novos caminhos: a criação de "trade companies", sob controle privado, como estruturas especializadas capazes de atender às exigências do completo "marketing" em países industriais; a maior presença de bancos brasileiros no exterior, sob controle da Autoridade Monetária; a montagem da rede comercial no exterior (pesquisa de mercado, sistema de informação de mercado, representação de empresas, rede de entrepostos); a realização de contratos de exportação de longo prazo, inclusive para produtos agrícolas não tradicionais; a associação a empresas de países desenvolvidos que

já disponham de mecanismos de comercialização de âmbito internacional, para colocação de produtos brasileiros nos Estados Unidos, Europa, Japão.

Em terceiro lugar, é prioritária a implementação das grandes decisões do Presidente Médici — os chamados “projetos de impacto” —, notadamente o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Proterra. Na reunião ministerial do dia 27 último, o Presidente definiu a orientação através da qual a Transamazônica será o instrumento, por excelência, de integração do mundo amazônico na sociedade brasileira, e não apenas um programa rodoviário de proporções gigantescas. A destinação dos recursos dos dois programas, no montante de cerca de Cr\$ 1.600 milhões em 1972, será realizada próximamente.

Em quarto lugar, o problema da participação do setor público na economia. Tem-se argüido de extremamente elevada a carga tributária no Brasil, por comparar-se à de muitos países desenvolvidos. Não sei se chegaremos a qualquer conclusão por esse caminho.

A carga tributária bruta no Brasil (ou seja, a participação, no PIB, da receita da União, Estados e Municípios, compreendendo administração direta e autarquias) anda na casa dos 28 a 29%. Isso é, realmente, comparável com os níveis da Europa e Estados Unidos.

Acontece que o Governo, no Brasil, através de autarquias como o DNER e o BNH, e de outros órgãos públicos, responsabiliza-se pelo programa rodoviário, financia o sistema de habitação, responde por 90% do sistema educacional e exerce muitas outras funções que não são do setor público, em países desenvolvidos. Isto significa que, com uma carga tributária do mesmo nível, o setor público no Brasil responde por atribuições muito mais amplas, por decisão da sociedade brasileira. Como estariam o programa de habitação e o de educação, se não houvesse aquela presença mais intensa da área governamental?

Assim é que, se considerarmos a carga tributária líquida — ou seja, se excluirmos as transferências que o Governo faz para consumidores e para empresas, pelo INPS e inúmeros fundos, peculiares ao caso brasileiro —, essa é, no Brasil, da ordem de 17 a 18%. Sobre esta parcela é que o Governo usa o poder de gastar, nas funções básicas que desempenha, à semelhança dos demais países; e tal nível não é excessivo, em nenhuma comparação internacional.

Evidentemente, longe de nós a idéia de que o Governo não pode aumentar consideravelmente a sua eficiência. Apenas, é preciso cuidado com o uso de indicadores quantitativos do tipo citado.

Por outro lado, a partir de 1967, evitou-se a elevação de alíquotas de impostos. E está bem clara a definição do PND, de “vedação de

aumento de impostos" e de "continuação da política de alívio progressivo da pressão tributária". Mais importante ainda, o Governo tem obedecido rigorosamente à orientação de não entrar em qualquer setor, principalmente nas áreas diretamente produtivas, que possa ser atendido pela iniciativa privada.

Em quinto lugar, está o problema da dimensão social do desenvolvimento.

Antes de tudo, convém desfazer mal-entendidos. Algumas interpretações têm usado, enfáticamente, informações do Censo de 1970 relativas à incidência do salário mínimo e à distribuição de salários por classes para raciocínios do tipo: existe crescimento, mas não em benefício do trabalhador; ou: enquanto a economia progride, agrava-se o problema social.

Os dados do Censo são válidos e retratam uma realidade. Pobre do país que não souber reconhecer a sua verdade. Mas o que não é válido é inferir, fora do contexto no tempo e no espaço, que (1) a situação social no Brasil é desfavorável, no quadro internacional; e (2) a situação tende a piorar, ou a não melhorar.

Alguns exemplos. A expectativa de vida média da população, que era de 52 anos em 1960, passou a 59 anos em 1970. E, mesmo com certo arrefecimento da redução da mortalidade, deverá estar nos 65 a 66 anos no fim da década.

A taxa de alfabetização passou de 61% em 1960 para 67% em 1970. E estará na ordem de 97% no fim da década, através dos programas existentes, significando a virtual eliminação do analfabetismo no Brasil.

No período 1964/1970 (para um acréscimo populacional inferior a 20%), as matrículas aumentaram de 45% no ensino primário, 140% no médio e 220% no superior. E continuarão crescendo nesse ritmo, permitindo esperar uma taxa de escolarização próxima a 95%, no ensino de 1º grau, até o final da década.

É óbvio que muitos indicadores econômicos e sociais ainda apresentam amplos contingentes da população fora da sociedade de consumo. Mas isso de um lado, se assemelha ao quadro de nações latino-americanas de mais alta renda — como a Argentina e o México. E, de outro lado, representa o resultado de três a quatro séculos de subdesenvolvimento, que não pode ser superado em alguns anos, sem embargo de substancial melhoria de muitos daqueles indicadores, na fase recente.

A integração social, no período do PND, é objetivada através pelo menos dos seguintes instrumentos:

- 1) Os salários, que aumentarão, *em termos reais*, na proporção dos aumentos de produtividade. Aquilo que, nos países indus-

trials, constitui a razão de ser dos sindicatos — ou seja, transferir para o salário o aumento de produtividade —, aqui é garantido de forma virtualmente automática, por lei.

2) Os programas sociais, poderosos redistribuidores de renda: Educação, Habitação, Previdência, Saúde-Saneamento. Para citar um dado pouco conhecido: os dispêndios com benefícios e assistência médica da previdência aumentaram, *a preços constantes*, de Cr\$ 3.300 em 1963 para Cr\$ 9.950 milhões, em 1970. Ou seja, triplicaram em valor real, sem aumento de contribuição.

3. Os novos mecanismos de suplementação do patrimônio familiar, o PIS e PASEP, que no período 1972/1974 já irão contar com recursos novos no montante de Cr\$ 5.730 milhões.

4) A transferência de parte dos ganhos de produtividade para o consumidor, em produtos agrícolas e industriais com alto crescimento de produção, mediante reajuste de preço inferior à taxa de inflação.

5) A abertura do capital das empresas, em escala substancial, para criar o capitalismo do grande número. Isso evitará, por outro lado, que a tendência à concentração de empresas, em certos setores, através de fusões, signifique tendência à concentração de renda.

É por essa razão que convém repetir: o Brasil sabe o que fazer com o crescimento econômico. O grande inimigo da boa distribuição de renda e do bem-estar social é a pobreza. Dobrar a renda *per capita* entre 1969 e 1980 significará que, mesmo sem melhoria da distribuição de renda, cada brasileiro terá dobrado o seu padrão de consumo, no período. Mas isso não é suficiente, como objetivo de Governo. Pelos instrumentos referidos, e através de novos mecanismos que o compromisso da Revolução com as transformações fecundas permitirá estabelecer, o que se pretende alcançar é a melhoria drástica de todos os indicadores de bem-estar, no caminho para a sociedade desenvolvida, realizando a revolução social e humana que dá sentido à revolução material do crescimento.

NOSSOS LEITORES PERGUNTAM

1 — Qual o tipo de helicóptero usado pela nossa Marinha de Guerra?

R. HUGHES-200 e HUGHES-300. O 1.^o Esquadrão de Helicópteros de Instrução da Marinha comemorou, no dia 27 de junho de 1971, o seu nono aniversário. O Esquadrão de Instrução possui 10 aeronaves HUGHES-200 e uma aeronave HUGHES-300. Estuda presentemente a aquisição do HUGHES-500, com propulsão a turbina, integrando-se assim o Esquadrão à era do jato, o que já ocorre, há algum tempo, nas duas unidades de helicópteros operativas da Esquadra HU 1 Empreza Geral e HS.1 — Anti-Submarino.

O Esquadrão de Helicópteros de Empreza Geral vem operando, sem grandes problemas, aeronaves a turbina e o Esquadrão Anti-Submarino, A/S, já aprovou seu adestramento na Guerra, utilizando o sonar de mergulho e os torpedos acústicos durante as últimas operações UNITAS.

2 — Por quê a "Transamazônica"?

R. "A Transamazônica será uma vereda aberta ao nordestino para a colonização de enorme vazio demográfico e o inicio da exploração de potências até então inacessíveis" (Presidente MÉDICI) Atravessando uma região que equivale a Europa Central em superfície, a TRANSAMAZÔNICA abre ao progresso e ao desenvolvimento 56% do território brasileiro até agora representado por um fascinante e isolado mundo verde.

3 — O que a Petrobrás tem feito pela petroquímica?

R. Para aumentar o parque petroquímico do País, foi criada uma subsidiária da emprêsa parestatal, a Petrobrás Química S.A. —

Petroquisa — pelo Decreto n.º 61.981, de 28-12-67. A Petroquisa poderá associar-se a capitais particulares, e dela farão parte todos os empreendimentos petroquímicos da Petrobrás.

4 — O que é indústria petroquímica?

R. É o ramo da indústria química que tem origem no aproveitamento do gás natural e dos produtos e subprodutos da refinação do petróleo.

5 — Quais os empreendimentos da Petrobrás no campo da petroquímica?

R. São os seguintes:

Em operação: a) Fábrica de Fertilizantes, em Cubatão. Utilizando o gás residual da Refinaria Presidente Bernardes, produz amônia, ácido nitrico, nitrato de amônia e fertilizante comercializado com o nome de "Nitrocálcio".

A GUARNIÇÃO FEDERAL DO RECIFE HÁ 100 ANOS E SEU COMANDANTE

Maj Eng QEMA
do EM/IV Exército
CLAUDIO MOREIRA BENTO

Há cerca de 100 anos, a guarnição federal do Recife vivia o período de pós-guerra da Tríplice Aliança, que teve seu epílogo em 1º de maio de 1870 em Céro Corá.

Em outubro de 1871, assumia o Comando das Armas de Pernambuco, em sua segunda comissão de novel Oficial-General, o Brigadeiro Luiz Emílio Mallet — com 70 anos de idade.

Mallet, em Tuiuti, no comando da artilharia brasileira, a célebre "artilharia revólver" e na maior batalha campal da América do Sul, escreveria páginas épicas de nossa História Militar, ao lado do gaúcho Marechal Osório, comandante da Batalha e do "Leão de Tamboril", o cearense Brigadeiro Antônio de Sampaio, este, comandando a 3ª Divisão de Infantaria, que passaria à história com o nome de "Divisão Couraçada".

Pelo excepcional destaque dêstes três bravos chefes nessa batalha que destruiu a capacidade ofensiva estratégica do adversário, seriam elevados, posteriormente, à condição de patronos de três armas do Exército Brasileiro. Osório, da Cavalaria, Sampaio da Infantaria e Mallet da Artilharia.

Ao chegar Mallet ao Recife, é recebido como herói nacional, na terra que seu amigo Conde da Boa Vista embelezara e modernizara — amizade estreitada quando Boa Vista fôra comandante das Armas do Rio Grande do Sul no inicio da guerra. Chegaria Mallet para comandar no berço de outros amigos seus, do bravo Barão de São Borja, mais conhecido pelos gaúchos como Gen Vitorino e que comandara o Exército, após o Conde d'Eu, na Campanha da Cordilheira e berço, igualmente, do herói legendário da reação do Forte de Coimbra — o Coronel Pôrto Carrero.

Em Pernambuco, Mallet aplica-se na reconstrução, modernização e higienização dos quartéis, abandonados durante 5 anos, em favor do esforço de guerra no exterior.

A guarnição do Recife, a seu tempo, era constituída do Comando das Armas, Depósito de Recrutas e de Operários, 9.º Batalhão de Infantaria de Linha e Hospital Militar, todos aquartelados em instalações existentes no local onde situam-se, atualmente, os quartéis-generais do IV Exército e 7.ª RM/7.ª DI e o Hospital Militar.

O 2.º Batalhão de Infantaria de Linha ocupava o Forte de Cinco Pontas, o 4.º Batalhão de Artilharia a Pé, ao que parece, ocupava o Forte do Brum e, uma Companhia de Cavalaria aquartelava na Soledade.

Além destas existiam as guarnições dos fortões do Pau Amarello, do Buraco e Itamaracá e o Presídio de Fernando de Noronha.

Mallet, segundo depreende-se de correspondência ao Presidente de Pernambuco, existente no Arquivo Público Estadual, e a mim cedida para consulta pelo Prof. Jordão Emerenciano, preocupava-se em recuperar os quartéis, aumentar a cavalaria e a transferir o Depósito de Recrutas para Olinda, onde existiam maiores facilidades e espaço para a instrução, e longe do mau exemplo dos soldados mais antigos, além de descongestionar as instalações junto ao Comando das Armas. Dentre as excepcionais qualidades deste chefe militar, confirma-se no Recife, aquela já revelada no combate e na calma dos acampamentos — o chefe paternal e amigo — muito preocupado com o bem-estar moral e material de seus comandados. Ocupava-se com carinho e interesse na regularização da situação dos veteranos de guerra, na higienização dos quartéis e amparo aos inválidos da pátria.

Ao visitar o Hospital da Guarnição, fica chocado ao constatar que o necrotério ficava em sala contigua às enfermarias.

Determina providências drásticas, para que longe do corpo do Hospital, fosse construído edifício próprio para esta finalidade.

Após nove meses de profícua administração militar em Pernambuco, em 6 de julho de 1872, Mallet comunica ao Presidente da Província, Desembargador Francisco Faria Lemos, ter passado o comando ao Cmt do Forte do Buraco, Coronel do EM de 2.ª classe, José Maria Ildefonso da Veiga Pessoa de Mello.

Mallet retorna a seu querido Rio Grande do Sul onde casara e se estabelecerá como fazendeiro em Quebracho — Bajé, fazia 40 anos e que trocara por Dunquerque — França, seu berço natal.

Mallet integra-se por completo na vida, espírito, costumes e hábitos dos gaúchos e participa, irmanado com estes de suas aspirações, tendências, alegrias, sofrimentos e heroismos — tornou-se um autêntico gaúcho. Mallet era festejado, venerado e acatado pelos

gaúchos como herói nacional e como um dos mais destacados e constantes combatentes na consolidação e definição da "Fronteira do Vaivém" — no Rio Grande do Sul. O bravo Luiz Emílio Mallet que toda a artilharia do Exército reverencia como seu patrono, na oportunidade do seu 170.^º aniversário de nascimento (10 Jun 1801) coincidente com o centenário de seu Comando das Armas da Província de Pernambuco, prestou à pátria brasileira 62 anos de assinalados e relevantes serviços militares. Dos 62 anos de serviço à pátria, 42 o foram no Exército e 20 como militar comissionado, pois, a Regência, dada sua condição de estrangeiro, dispensou seus serviços, em 1831, olvidando seus relevantes serviços prestados na luta pela Independência — na Cisplatina, uma das condições para permanência dos estrangeiros no Exército. Mallet, em 1851, foi reintegrado no Exército no posto de capitão, ao tempo que muitos de seus colegas de escola já eram generais. Mas não esmoreceu e aplica-se com todas as forças a recuperar o tempo perdido, vindo a atingir o generalato com 70 anos. Encerra sua brilhante carreira militar com 84 anos de idade no posto de Marechal-de-Exército, do Exército Brasileiro que tanto amara em que pese a grande injustiça que sofrera durante 20 anos.

Mallet por sua excepcional dedicação ao serviço do Brasil e ao Exército, está a merecer, para o justo culto à sua memória, um Parque Histórico, à semelhança de Osório no Rio Grande do Sul, de Caxias em Caxias no Rio de Janeiro e a Sampaio no Ceará, cujas providências iniciais já foram tomadas. O local ideal parece ao autor ser o de sua estância no Quebracho — Bajé, onde casou, constituiu família e foi o refúgio encantado em seus raros momentos de folga, nas constantes lutas que envolveram o Rio Grande do Sul — Guerra Cisplatina — Revolução Farroupilha — Guerra Contra Rosas e Oribe — Guerra de 1865 — Guerra da Tríplice Aliança e as diversas "Califórniás" que envolveram a fronteira de Bajé e não assinaladas pela História do Brasil.

«Sem um código de conduta e um sentimento dominante, um país se desintegra; falta-lhe um ponto central. Uma nação que é um ajuntamento de aventureiros não é absolutamente uma nação. Preservar a coesão nacional é, em parte, missão da família, da igreja e da escola. Mas o serviço militar é também parte vital da escola, da cidadania e dos valores nacionais. Talvez seja a mais rija e a mais valiosa das experiências educacionais em uma democracia, porque exige que a inteligência seja combinada com coragem e lealdade aos ideais — muitas vezes com o risco da própria vida.

Em um sentido real, portanto, as Fôrças Armadas são a pedra angular do sistema educacional, onde os cidadãos recebem as qualidades essenciais a uma sociedade livre. Se isso fôr percebido pelo povo, então também será compreendido o papel construtivo das Fôrças Armadas».

MISSIL ROLAND

FICHA TÉCNICA

Tradução da Revista "TAM"
pelo Ten Cel PAULO EDUARDO

O Sistema do missil Roland, desenvolvido em conjunto pela França e Alemanha Ocidental, responde à necessidade fundamental de proteção das unidades de combate contra os ataques aéreos, a baixa e muito baixa altitudes.

Foram previstos dois tipos, a saber:

1 — versão para "bom tempo" que utiliza um sistema de acompanhamento ótico do alvo. Este tipo se justifica pelo fato de acompanhar e tomar a seu cargo as aeronaves que atacam, a vista, os objetivos inopinados no campo de batalha.

2 — versão para "qualquer tempo" que é uma extensão do precedente e se destina a acompanhar a evolução do ataque aéreo e dar proteção a objetivos de menor mobilidade. Este tipo deriva do precedente pelo acoplamento de um radar de acompanhamento "pulse doppler", particularmente apto a seguir alvos em muito baixa altitude.

A transformação de um para outro tipo é possível mesmo durante o vôo do míssil. O pôsto de tiro pode ser montado indiferentemente em veículo blindado, sobre lagartas, francês ou alemão de dimensões e tonelagem diversas. Acha-se em estudo uma versão naval que permitirá sua adaptação em qualquer navio.

O Exército adotou o veículo SPz e o Francês o chassi do AMX30 como elementos de transporte desse míssil.

A instalação em um único veículo blindado sobre lagartas lhe assegura uma total autonomia e a possibilidade de funcionamento mesmo em movimento.

Sua capacidade NBC torna-o, além disso, particularmente apto a proteger as unidades blindadas, mesmo em clima de guerra nuclear, já que possui a mesma mobilidade que tais unidades.

Servido por uma guarnição de três homens, dos quais um é o motorista do carro, o tipo 1, "bom tempo", compreende:

- radar de vigilância e acompanhamento "pulse doppler".
- uma luneta de visada estabilizada e associada a um goniômetro infravermelho.
- um processador de comandos.
- um emissor de ordens codificadas a serem enviadas ao míssil.

O míssil supersônico, equipado com uma espoléta de proximidade, conduz uma carga de alta eficácia e pode destruir, até 6 quilômetros, qualquer aeronave animada de velocidade igual a Mach 1,3 e que esteja voando entre 15 metros e 3.000 metros de altitude.

Os tiros de experiência realizados em dezembro de 1970 foram bastante satisfatórios.

A fase de pré-industrialização deverá ser concluída em meados de 1971, por uma avaliação do sistema a qual será seguida (no 2.º semestre) de uma experimentação técnica pelos serviços oficiais franceses e alemão. (1)

A responsabilidade da construção coube à Sociedade Nacional de Indústria Aeroespacial para o tipo 1 ("bom tempo") e à Sociedade Messerschmidt Bolkov para o tipo 2 ("qualquer tempo").

O sistema Roland, destinado a equipar as divisões alemãs e francesas, permitirá dar maior valor à proteção antiaérea das unidades e assegurar, por sua grande eficiência, a dissuasão necessária à sua liberdade de ação.

CARACTERÍSTICAS

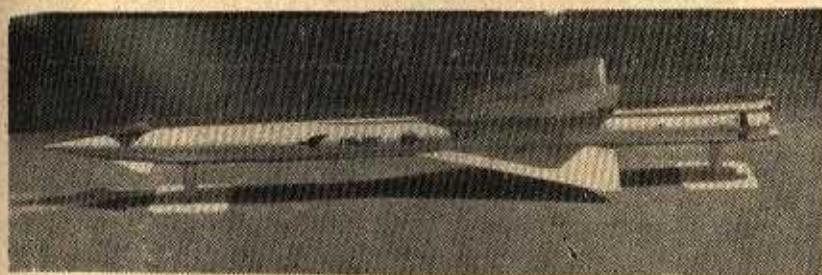
Missil:

- comprimento: 2,5m
- diâmetro: 0,16m
- peso na partida: ± 63 quilos
- lançamento por tubo (que é seu próprio invólucro de entrega e transporte)

Sistema de lançamento:

- a) ● Versão "bom tempo"
- radar de vigilância, "pulse doppler" de 16 km de alcance

(1) Nota do tradutor. Tais fases já foram concluídas e o míssil foi integralmente aprovado.



- dispositivo IFF
 - luneta de visada estabilizada (a ser apontada para o alvo pelo monitor)
 - localizador infravermelho
 - processador que elabora as ordens de comando
 - emissor telecomandado
 - dois dispositivos de lançamento com dois mísseis prontos para o tiro
 - dois fardos de munição contendo 4 tiros cada um
 - equipagem de três homens: Chefe do carro, motorista e apontador-atirador.
- b) ● Versão "qualquer tempo" dispõe além do constante acima de mais um radar de acompanhamento.

PERFORMANCES

- Alcance do míssil: 6 km
- Tempo de reação: inferior a 10 seg.
- Altitude de interceptação: 15m a 3.000m.

SOLICITAÇÃO

VOÇÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOÇÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOÇÊ, S-3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOÇÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO



RIO COM SEDE

JORNAL DO BRASIL

Nov 70

Chove, em tõda a região do rio São Francisco. A terrível estiagem que se abatera sôbre o vale desde o mês de abril passado começou a se abrandar com chuvas iniciadas na segunda quinzena de outubro. A Companhia de Navegação do São Francisco, que interrompera suas viagens pelos 1.371 quilômetros que separam Juazeiro na Bahia, de Pirapora, em Minas, espera pôr de novo em tráfego seus 35 navios. Por sua vez, o Govêrno federal promete aplicar, até 1974, Cr\$ 24 milhões na regularização dêsse trecho do rio, aprofundando os canais naturais. Aliás, a Companhia Brasileira de Dragagem, sociedade de economia mista controlada pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, continua a trabalhar na remoção de bancos de areia.

No entanto, como se evidenciou diante da severa séca dêste ano, sem o reflorestamento das cabeceiras do São Francisco, corre o país o risco de ver diminuído gravemente o volume do Rio da Unidade Nacional. É preciso ver que o São Francisco não se transforme eventualmente, como outros rios menores do Nordeste, em rio temporário. A séca no São Francisco transforma-se em fenômeno cumulativo, isto é, cada vez pior. Já em 1945, o Instituto de Floresta de Minas Gerais, previu a intermitênciá futura do São Francisco, caso não se reflorestassem suas cabeceiras, devastadas pelos lenhadores, madeireiros e pelas indústrias à cata de combustível. No tempo do Império, a descarga média do São Francisco durante a estiagem era de 2.800 metros cúbicos por segundo. Medições em 1906 acusavam uma queda para 1.200. Em 1945, já era de apenas 800 metros.

Desde aquêlos tempos, portanto, existe um gráfico da séria enfermidade desse rio que nutre vários Estados do Brasil, tal como o Nilo nutre os egípcios. A dependência é até maior, pois os egípcios, há milênios, irrigam caprichosamente as terras ribeirinhas, enquanto que as águas do São Francisco só em alguns escassos pontos transformam a caatinga em horta e pomar. Projetos de grande importância têm sido implantados no vale, como a Hidrelétrica de Três Marias. No entanto, em junho passado, Três Marias operava com a vazão mínima de 272 metros cúbicos. A mercadoria que deixou de viajar de barco desde abril vai por trem, com gastos duas e três vezes maiores, ou rodovia, a um custo seis a oito vezes superior.

A salvação do rio São Francisco é urgente e depende sobretudo de um intensivo esforço de reflorestamento. O mero aprofundar de canais acabará por reduzir o tamanho do rio. E trata-se de uma esplêndida bacia de 670 mil quilômetros quadrados, que fertiliza Minas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. Trata-se de um rio de mais de 3 mil quilômetros de curso, um terço maior que a Belém-Brasília, e não há rodovia Trans-Sanfranciscana que possa substituir esse gigante de água que fecunda o Brasil. Deixá-lo morrer de sede, mais que um crime, seria uma estupidez monumental.

ANFIBIO NACIONAL

DO BOLETIM DE INFORMAÇÕES DO EME

Se a guerra é a continuação da política, como dizia o velho mestre Clausewitz, pode-se dizer que a economia antecede a política e, portanto, também a guerra. Assim, um país que não possui uma poderosa infra-estrutura econômica e cujas Forças Armadas dependem totalmente da importação de material bélico estrangeiro não pode ser militarmente forte.

Desde a década de 40, as Forças Armadas brasileiras vêm-se preocupando com esse tipo de problema: o aprovisionamento local de material bélico.

Dentre as centenas ou milhares de itens que compõem a pauta de compras das Forças Armadas, o material rodante (armado ou não) ocupa um lugar de destaque. Hoje em dia, o Brasil já é praticamente auto-suficiente no setor de fabricação de viaturas para as Forças Armadas, graças, em parte, à ENGESAS.

Por volta de 1963 foram testados os primeiros conjuntos de tração total, que transformariam veículos normais em viaturas QT (qualquer terreno). A PETROBRAS utilizou-se amplamente dessas viaturas nos campos de petróleo de Sergipe, Bahia, Maranhão (deserto de Barreirinhas) e para acesso a lugares considerados impossíveis.

A tração total na instalação de um conjunto de transmissão e suspensão nos veículos comuns de produção em série (caminhões e utilitários). Pode ser: 4x4, 6x4, 6x6, 6x6 *Boomerang* (sistema de rodas traseiras motrizes semelhante ao dasplainadoras de estrada) e o 4x4 *Bulhões* (semelhante ao *Boomerang*, mas com duas árvores de transmissão traseiras).

O sucesso dos veículos especiais para finalidades civis animou a empresa a projetar, por conta própria, veículos para as Forças Armadas. Em 1966, iniciou projetos nesse sentido e, no ano seguinte, recebeu as primeiras encomendas do Exército. Em 1969, 80% de sua capacidade de produção já era absorvida pelas Forças Armadas.



Mas a menina dos olhos da ENGESÁ é o carro de transporte sobre rodas anfíbio (CRTA), um veículo de desembarque dotado de armamento leve, de pneus à prova de balas e de duas hélices. Sua velocidade é de 15 km/h na água e de até 100 km/h em terra. A blindagem é contramunição perfurante à queima-roupa (*point-blank*) e perpendicular: é a chamada chapa "sanduíche", de 1 cm de espessura, composta de duas chapas laminadas simultaneamente, sendo a exterior mais dura.

Além disso, são produzidos carros de reconhecimento sobre rodas (CRR), armados de metralhadoras, bem como carros de transportes de tropas — que são os próprios caminhões produzidos em série (GM, Ford, Dodge, Mercedes, Scania, FNM), com instalações especiais de suspensão e transmissão.

Em breve estes veículos começarão a ser exportados. Dois protótipos já foram enviados ao Exército colombiano, para testes, e até 1975 deverão ser exportadas 15 mil unidades de *Boomerang* para os EUA.

"Jornal do Brasil"

PRODOESTE LEVARA ESTRADA A TODA A REGIAO PRODUTORA

A programação federal de rodovias para o Centro-Oeste prevê uma aplicação de Cr\$ 690 milhões nos próximos três anos; desse total, Cr\$ 237 milhões já tinham inversão definida sendo os outros Cr\$ 453 milhões liberados através do Prodoeste. Essa última parcela se destina, exclusivamente, à construção de estradas em Mato Grosso.

Apesar do vulto do programa (as inversões em Mato Grosso equivalem a três vezes o orçamento estadual), ele provocará algumas frustrações, logo de início. Desde que o programa foi anunciado, cada município, mais por falta de informações, acha que chegou o seu dia de receber uma rodovia asfaltada — e de tráfego permanente — o que não ocorrerá, pelo menos numa primeira fase.

MELHORAMENTOS OU ASFALTO

O programa de rodovias para o Centro-Oeste pode ser apresentado no seguinte quadro:

Projetos	Extensão	Objetivo	Recursos totais	Recursos existentes	Recursos supl.em.
Goiânia-Rio Verde-Jataí	231	M-P	74.500	74.500	—
Itumbiara-Rio Verde	181	M-P	60.000	60.000	—
Catolândia-Cristalina	220	P	65.200	65.200	—
Cuiabá-Campo Grande	708	I-P	229.500	22.500	207.000
Rio Irilhante-Dourados	63	I-P	14.800	14.800	—
Campo Grande-Aquidauana	142	P	28.400	—	28.400
Cuiabá-Cáceres-Mato Grosso	530	M	38.000	—	38.000
Aquidauana-Corumbá	303	M	6.000	—	6.000
Rondonópolis-Jataí	394	I-P	145.000	—	145.000
Dourados-Paranával	290	I	29.000	—	29.000
Totais	3.214 km		690.400	237.900	453.400

Observações — as quantias estão expressas em milhares de cruzeiros; I quer dizer implantação, P pavimentação e M melho-

ramentos. No programa, deve ser incluída, também, uma rodovia a ser implantada, ligando Brasília a Cuiabá e que passará por Aragarças.

Asfalto e Viabilidade

Para Mato Grosso estão previstos, portanto, 900 quilômetros de rodovias asfaltadas (quase o dobro do que dispõe hoje), mas em todo o território não há um só quilômetro virgem, na área da rede básica. Em contrapartida, o DNER esclarece que, através de melhoramentos nos diversos trechos, dará condições de circulação permanente, modificando as características de construção das estradas.

Sómente quando uma estrada acusa um movimento diário da ordem de 300 a 400 veículos é que atingiu a viabilidade para asfaltamento. Por isto, algumas ligações, como a Corumbá-Campo Grande terão de esperar algum tempo. Nesta estrada, a travessia do rio Paraguai, em Ponto da Manga (100 quilômetros de Corumbá) é feita num serviço de balsas, explorado por particulares.

No local, apesar de um faturamento diário da ordem de Cr\$ 700,00 (o movimento é de 100 veículos, de todos os tipos), o serviço é muito deficiente. Hoje, a travessia é feita em seis minutos, mas perde-se horas, esperando que os exploradores do serviço — com uma balsa rudimentar, empurrada pelo motor de três cavalos da Área de Noé — estejam dispostos a fazer a travessia.

As Estradas Vicinais

Mato Grosso tem hoje apenas uma saída por asfalto, em dire-

ção a São Paulo, através de Taguassu. A pavimentação começa em Campo Grande e, até a fronteira, tem 370 quilômetros. Com o programa a ser executado, ganhará mais duas saídas (através de Rondonópolis), uma na direção de Brasília, com possibilidade de atingir o Triângulo Mineiro, passando por Itumbiara.

Essa nova situação deverá alterar, bastante, a própria economia do Estado, com o deslocamento de pólos econômicos. Campo Grande, ao Sul, exerce hoje uma hegemonia relativa, por se tratar de um entroncamento rodoviário, mas as novas rodovias — como se espera no Estado — provocarão um surto de progresso no Norte, onde as maiores possibilidades recaem sobre Rondonópolis (novo entroncamento rodoviário).

No programa do DNER deve ser incluída ainda uma parcela de Cr\$ 50 milhões, que será liberada aos Departamentos de Estradas de Rodagem estaduais para a construção de estradas vicinais (ligações municipais). Nesse setor, o Mato Grosso pretende dar prioridade a quatro regiões: Pantanal, Cáceres, Dourados e Rondonópolis.

A Enchente com Aviso Prévio

No verão de 1972, as estações de rádio que atingem o pantanal mato-grossense estarão transmitindo boletins especiais, avisando — com bastante antecedência — as áreas que serão invadidas pelas águas do rio Paraguai e seus afluentes. As-

sim, o gado poderá ser retirado a tempo, haverá possibilidade de fazer um rodízio de pastagens — enfim, um programa racional de aproveitamento da cheia dos rios, evitando-se seus efeitos danosos.

Esse é, talvez, o programa mais ambicioso — se o primeiro de cunho científico — desenvolvido no Pantanal pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, com a colaboração da UNESCO. Desde 1968 vêm sendo levantados dados relativos a chuvas na região e o regime de descarga dos rios. Com esses dados e uma série de trabalhos complementares foi possível elaborar um modelo matemático do Rio Paraguai.

Em função do modelo (já pronto e obtido por computação eletrônica) basta que se programem os novos dados — numa determinada época — para se prever com antecedência de dias, uma semana e até mesmo um mês, qual será o nível das águas em pontos escolhidos previamente. O modelo matemático precisará ainda de vários ajustes, pois foi realizado a partir de dados levantados desde 1968 e de lá até hoje os rios da região não sofreram alterações significativas, que representem uma média válida para qualquer situação.

As Diferenças de Plano

No sentido Norte-Sul, o pantanal apresenta um desnível médio de 3cm por quilômetro, mas no sentido Leste-Oeste a variação atinge 25cm/km. O levanta-

mento (foi nesse trabalho que morreu um topógrafo, quando sua canoa virou num afluente do rio Paraguai e ele, ainda mantido no anonimato, foi comido por piranhas), para o DNOS, é de grande importância para qualquer projeto que pretenda desenvolver na região.

Principalmente no Sul do Pantanal, nota-se hoje o efeito de um período de 12 anos sem enchentes: os corixos (rios alimentados pelas cheias, que levam a água a diversos pontos) estão secos e as pontes de madeira para atravessá-los não parecem justificadas. Não há água correndo, enquanto os espinheiros e o algodão bravo vão tomado conta dos campos.

Uma só cheia resolveria o problema, mas provavelmente antes que ela ocorra, o Sul será beneficiado com um canal de 130 km de extensão para captar as águas do rio Taquari (permanente), que irão alimentar regularmente uma série de corixos. A previsão é de uma captação de 30 mil metros cúbicos de água por segundo (obra orçada em 15 milhões).

Maracaju e Botafogo

De imediato, através dos Cr\$ 50 milhões destinados a saneamento, no programa federal, serão beneficiadas duas cidades: Campo Grande e Goiana. No início do próximo ano serão lançadas as concorrências para canalização do córrego Maracaju, na primeira, e do córrego Botafogo, na capital goiana. As ou-

tras obras, inclusive a captação do Taquari, dependem ainda do estabelecimento de um programa.

Esse programa será submetido ao Ministro do Interior, mas entre as cidades a serem beneficiadas incluem-se Aquidauana e Cáceres, em Mato Grosso, e Jataí, Anápolis, Ceres, Catalão e Rio Verde, em Goiás. Os principais projetos — todos considerados pilotos, pois definirão as ações futuras — irão se desenvolver no pantanal mato-grossense.

A tomada de águas do rio Taquari, conforme está prevista, deverá beneficiar uma área aproximada de 150 mil hectares, paralelamente, é feito o anúncio de um programa de perfuração de poços de grande profundidade, para garantir bebedouros para o gado. A programação, conforme é apresentada (o modelo matemático do rio Paraguai — Cr\$ 12 milhões — foi elaborado com recursos especiais), parece ser bem superior ao volume de recursos colocados à disposição.

Ferrovia e Navegação

De trem, em bitola estreita, é possível sair de São Paulo e atingir duas cidades da fronteira: Ponta Porã, junto ao Paraguai, e Corumbá, nos limites com a Bolívia. A ferrovia (Noroeste do Brasil), por estar menos sujeita ao problema das chuvas, constitui uma das principais vias de penetração no Mato Grosso, através de Campo Grande, o principal entroncamento.

Usando locomotivas diesel a ferrovia, além de mercadorias diversas, está transportando uma média mensal de 50 mil bois (nem todos chegam a sair do Estado). Mas esse transporte já se ressente de um problema: à medida que as rodovias vão melhorando, as cargas passam a ser transportadas por caminhão. Independentemente da distância e do custo, o caminhão já é considerado um transporte viável, em Mato Grosso, antes mesmo de boa rede de rodovias asfaltadas.

Para o transporte de minério até o Prata, regressando com trigo argentino para o moinho de Corumbá, serviço no qual emprega apenas um conjunto-empurrador (5.400 toneladas), existe, com sede nesta cidade, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata. Mais dois conjuntos deverão entrar em tráfego até meados de 1973. Hoje, está transportando 40 mil t/ano de minério e, com oito navios currais — chamados botetros — chega a movimentar 100 mil bois por ano.

Governador e Desenvolvimentos

O Governador de Mato Grosso, Sr. José Fragelli, acredita que o Prodoeste irá provocar profundas alterações na economia do Estado, pois incentiva a produção, ao dar condições para um escoamento efetivo para os grandes centros consumidores. Argumenta que esse talvez seja o último capítulo na política de desenvolvimento nacional. A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) enfrenta, para realizar esse trabalho, dois grandes problemas: o de não

ter o suporte de um banco e a insuficiência de recursos, entende o Governador.

Para o Governador José Fragell, Mato Grosso é um Estado privilegiado, porque se insere entre duas bacias — a Amazônica e a do Prata — interpretando que, em função de sua localização, a região será transformada num entreposto de comércio para diversos países da América Latina. Esta colocação é feita em função, principalmente, da construção da Rodovia Transamazônica.

Essa rodovia, para o Governador de Mato Grosso deslocará o eixo de influência na América do Sul "colocando o Brasil com toda a sua força e pujança" dentro desse quadro, pois será uma ligação entre o Pacífico e o Atlântico. Conclui que o Centro—Oeste, ligando as duas bacias, poderá se tornar a grande plataforma comercial que dará continuidade ao desenvolvimento da Amazônia.

Agora, só falta a Energia

Agora, segundo as autoridades locais, o Centro-Oeste só perma-

nece com um problema de infraestrutura: energia elétrica. No Norte de Mato Grosso a "questão é de suma gravidade e supera muito os recursos estaduais." Conforme disse o Governador José Fragell, sómente em prazo superior a 20 ou 30 anos, os Estados poderão planejar a geração de energia com recursos próprios.

No Sul da Região Centro—Oeste, o problema talvez seja equacionado, num futuro próximo, com a energia de Urubupungá (que já chega a Campo Grande e agora será estendida a Corumbá) e de Ilha Solteira, quando entrar em funcionamento. Na região, com recursos próprios, o Estado poderá estender linhas a diversas cidades vizinhas a Dourados.

Para o Norte da região, a questão ainda está sendo equacionada pela Eletrobrás. São estudadas áreas como a de Funil, mas o Governo estadual fez os estudos iniciais e apresentou, como fonte possível para aproveitamento energético, a interligação dos rios Pequiri, Itiquira, Correntes e São João. Sobre as inversões, nesse setor, não há perspectivas próximas.

CAPÍTULO IV

DOS REPRESENTANTES

Art. 86 — Em cada Corpo de Tropa, Quartel-General, Repartição ou Estabelecimento Militar, haverá um representante da Revista, escolhido entre os assinantes ou associados.

Art. 87 — São deveres dos representantes:

- a) servir, em todos os atos, de intermediário entre a Revista e os assinantes;
- b) angariar assinantes, trazer a Administração informada sobre o movimento das assinaturas e a ela enviar semestralmente uma relação nominal dos oficiais prontos, no corpo, repartição, etc.;
- c) distribuir prontamente os números recebidos, devendo logo reclamar à Administração sobre quaisquer irregularidades do recebimento da Revista;
- d) enviar ao Diretor-Secretário os trabalhos dos colaboradores, e bem assim as sugestões ou reclamações provocadas pelos artigos publicados;
- e) receber as importâncias das assinaturas e remetê-las ao Diretor Administrativo, deduzidas as despesas indispensáveis à execução desse serviço;
- f) providenciar, quando tiver de deixar as suas funções, sobre quem o deve substituir, e entregar ao seu substituto todos os documentos relativos à Revista, de tudo dando conhecimento à Administração;
- g) remeter diretamente à Administração todas as quantias pertencentes à Revista e que se acharem em seu poder, quando tiver de passar a outrem as suas funções.

(Do Estatuto de A DEFESA NACIONAL.)

"De França em Revista"

AS RIQUEZAS DO OCEANO

Durante duas campanhas de dragagem realizadas no Pacífico — entre 16 e 23 de dezembro de 1970 e 26 de dezembro e 5 de janeiro de 1971 — levadas a efeito pela embarcação de pesquisas oceanográficas *La Coquille*, que partiu de Tahiti para operar ao largo das Tuamotu sobre fundos de 1000 e 1500 metros, foi recolhida uma tonelada desses nódulos polimetálicos que cobrem certos leitos marinhos e que serão talvez, no futuro, uma importante fonte de metais como o cobalto, o níquel ou o cobre.

Essas campanhas foram realizadas graças à colaboração do Ministro da Defesa Nacional e da Direção dos Centros de Experiências Nucleares (IRCEN). *La Coquille* pertence a este último órgão, que a emprega para a observação radiológica do ambiente marinho em seguida a explosões nucleares no Pacífico.

Depois de serem analisados, os nódulos em questão serão estudados em colaboração com a indústria, para determinar quais as técnicas de tratamento em vista de sua possível utilização.

Uma riqueza entre muitas outras...

Em primeiro lugar, existem as que estão dissolvidas na água do mar. Até hoje porém do cloreto de sódio — sal marinho — só se extraiu, aliás a uma escala modesta, o bromo e o magnésio. Ora, a água do mar contém grande variedade de minerais que interessam à indústria química mundial. Por outro lado, existem todos os sedimentos e depósitos acumulados no fundo do mar e sobre as plataformas continentais. Estas constituem naturalmente o primeiro campo a explorar, sendo o mais acessível. Com efeito, os continentes se aprofundam muito lentamente sob o mar, formando verdadeiros terraços submarinos. O prolongamento dos continentes debaixo da água pode continuar muito longe ao largo das costas, e até uma profundidade de apenas 200 metros. Tais plataformas já estão sendo aktivamente exploradas, pois ali pode-se encontrar as mesmas riquezas minerais que estão contidas no subsolo continental. Assim, exploram-se as areias auriferas, as areias de magnetita, as areias platiníferas, os aluvões que contêm estanho. Em algumas regiões, os bancos de ostras e de coral fornecem calcá-

rio. Também está se procurando sedimentos diamantíferos. Diversos veios de carvão, explorados em profundidade nos continentes, continuam sob o mar. O mesmo acontece com as jazidas de ferro. Na Terra Nova, por exemplo, exploram-se importantes minas de ferro sob o Atlântico, a partir de poços situados na Ilha Bell. Na França, pode-se citar as minas de Diélette, na costa da Mancha. Mas é possível que existam também, sob a plataforma continental, jazidas que façam parte dessas minas. Assim, no golfo da Finlândia, foram descobertos, em seguida a observações de anomalias magnéticas feitas em pleno mar, veios de magnetita que são explorados até 200 metros de profundidade, por intermédio de galerias que partem da Ilha de Jussaro.

No que diz respeito aos hidrocarburetos, as bacias sedimentares continentais que podem conter jazidas representam cerca de 38% da superfície total. A estrutura geológica da plataforma continental é evidentemente mais favorável, e estima-se que suas reservas globais atinjam 100 bilhões de toneladas de petróleo líquido. Existem ainda outras possibilidades de produção: o petróleo contido nos gases naturais (45 bilhões de toneladas), e as areias betuminosas (30 bilhões) — ou seja, 225 bilhões de toneladas que se acrescentam aos 100 bilhões de toneladas de petróleo mencionados.

Naturalmente, além da plataforma continental, a prospecção e a exploração das jazidas mine-

rais em milhares de metros abaixo do nível do mar, apresentam sérias dificuldades. Todavia, já se conseguiu realizar perfurações experimentais em grandes profundidades.

Para os pesquisadores um problema particularmente difícil é achar de novo, perdido nas profundezas, um orifício de perfuração que não tem mais de 30 centímetros de diâmetro, com efeito, quando a broca está gasta, é necessário substituí-la. Deve-se então retirar a longa série de eixos, para em seguida recolocá-los exatamente no ponto desejado.

Atualmente, há cerca de 60 países de jazidas submarinas de hidrocarburetos, e a plataforma continental já fornece por si só cerca de 5% da produção mundial de petróleo. Mais tarde ela fornecerá muito mais. Quanto ao gás natural de origem submarina, ele já está fazendo concorrência ao combustível líquido. Aqui também estamos apenas no começo.

Os nódulos polimetálicos aos quais nos referimos anteriormente constituem também uma reserva de manganês, pois contém entre 16 e 24% desse metal. Fato notável — e do maior interesse — é que enquanto as reservas mundiais de manganês de origem continental esgotam-se irremediavelmente, o processo de formação desses nódulos continua no fundo dos oceanos. Os especialistas estimam que cada ano se criam 10 milhões de toneladas: trata-se portanto de jazidas indefinidamente renováveis ao longo do tempo.

Ao largo das costas, em todos os mares do mundo, existem também, sob a forma de nódulos, cal e fosfatos. Calcula-se que a quantidade recuperável seria da ordem de 30 a 50 bilhões de toneladas: o mesmo que as reservas conhecidas sobre os continentes.

Os mares são, por outro lado, um reservatório inesgotável de recursos alimentares, animais e vegetais. Eles fornecem grande número de produtos medicinais: ágar-ágar, óleo de fígado de bacalhau e de outros peixes, extrato de condrus (que são algas marinhas), espermacete (sebo de baleia), ictiol (óleo sulfuroso usado no tratamento de diversas doenças da pele), e diversas composições químicas à base de iodo, de magnésio e de bromo. É provável que os antibióticos figurem entre os recursos inexplorados do mar, pois sua presença foi revelada nos organismos marinhos.

O mundo tem fome. O mundo também tem sede... Ora, o oceano deve poder aprovisionar abundante e indefinidamente o mundo inteiro, à condição que se possa tornar doce a água salgada. Já foram criados diversos processos para dessalinizar a água do mar, pode-se recorrer à destilação, à congelação, ou ainda à eletrólise ou à osmose. Os pesquisadores se esforçam

para inventar métodos econômicos, pois trata-se de obter grandes quantidades de água doce destinada à agricultura e à indústria. Quando as usinas de extração de água doce estiverem funcionando em grande escala, as salinas residuais fornecerão enormes quantidades de todos os sais marinhos.

O Oceano poderá enfim nos dar energia. Na França instalou-se junto ao Delta do Rance, perto de Saint-Malo, uma grande usina maré-motriz. As turbinas são postas em movimento tanto pelo fluxo quanto pelo refluxo. Esta central, inaugurada em 1967, produz anualmente 544 milhões de kilowatts/horas. Um sucesso incontestável. Entretanto, os lugares propícios para as instalações desse tipo não são infelizmente muito numerosos, e os pesquisadores tentam igualmente tirar partido dos movimentos ondulatórios das águas marinhas. No que diz respeito à exploração da energia térmica dos mares, cuja idéia foi lançada na França por Georges Claude, o futuro decidirá de sua rentabilidade. De qualquer maneira, é bem provável que se saberá um dia aproveitar plenamente os recursos energéticos "deste mar que nos cerca", sempre em atividade sob a influência gravitacional da Lua e do Sol, sempre animado pelo sopro dos ventos.

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — IMPORTANTE! Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas à mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmim, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomenda.
- 8 — AOS NOSSOS COLABORADORES!

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

NOVA TECNOLOGIA PARA O COMÉRCIO

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

Ministro do Planejamento e Coordenação Geral

Pronunciamento na II CONFERÊNCIA NACIONAL

DE COMERCIALIZAÇÃO — 23/IV/1971

Desde a aprovação presidencial das "Metas e Bases para a Ação de Governo", em outubro de 1970, temos mantido estreito contato com a Confederação das Associações Comerciais e, particularmente, com a Associação Comercial do Rio de Janeiro, no sentido da busca de novos mecanismos, principalmente financeiros, de modernização da comercialização no Brasil.

Recentemente, em 11 de março último, a Confederação Nacional do Comércio dirigiu ao Governo memorial sobre "Problemas de Modernização e Expansão do Comércio", com sugestões concretas, principalmente, de criação de novas formas de assistência creditícia para capital de giro e para formação real de capital no setor comércio. Especificamente, ali se propôs a implantação de um "programa de modernização e expansão do comércio, PROMEXCOM, para atender à necessidade de capital de investimento". Ainda nos últimos dias, a Associação de Exportadores Brasileiros nos encaminhou proposta de criação de um programa de "modernização e expansão das empresas, promoção e comercialização externa", destinado a "operações de financiamento com vistas a aumentar a possibilidade de expansão dos produtos brasileiros no mercado internacional".

O Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, refletindo, no assunto, a orientação do Governo, acaba de aprovar — para anúncio nesta II Conferência Nacional de Comercialização —, o enquadramento, nas operações do Fundo de Reaparelhamento Econômico, de um "Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC)". Esse Programa atenda, em síntese, ao essencial das propostas apresentadas pelos órgãos de classe, no sentido do financiamento da racionalização, modernização e expansão de empresas comerciais brasileiras, na área de produtos manufaturados e semimanufaturados. O PMRC, que já contará este ano com recursos da ordem de Cr\$ 125 milhões, atenderá preferen-

cialmente à estruturação de empresas para competir nos mercados internacionais, mas também financiará operações voltadas primordialmente para o mercado interno.

A aprovação desse programa, para funcionamento desde logo, significa, primeiro, a efetivação da prioridade estabelecida nas "Metas e Bases", à "evolução para formas mais eficientes de comercialização", quanto a produtos agrícolas e industriais, e ao "apoio à nova fase de promoção de exportações, levando-se o empresário a investir para exportar". Mostra-se, desta forma, que a importância de um programa governamental está no fato de produzir consequências, e que o III Governo da Revolução continua realizando, uma a uma, as suas prioridades e projetos prioritários, definidos naquele documento.

Significa, segundo, a garantia de gradual acesso, do comércio brasileiro, a uma *nova tecnologia*, através da criação de modernas estruturas de comercialização de produtos manufaturados (exemplo: centrais de comercialização); da aquisição de adequada dimensão de escala, inclusive mediante a realização de fusões de empresas em áreas prioritárias; da implantação de novos métodos de gestão e controle; e da efetiva introdução, no país, dos consórcios de exportação, tão discutidos e tão pouco efetivados. Os objetivos do novo programa interessam diretamente a pelo menos três das cinco áreas em debate nesta Conferência: "Estrutura e Dimensão da Empresa", "Problemas Financeiros e Creditícios", "Problemas de Comercialização".

Significa, terceiro, a nova imagem do BNDE, que o Governo, principalmente a área econômico-financeira, deseja ver cada vez mais a serviço do setor privado, instrumento de realização das prioridades nacionais do desenvolvimento.

A continuação do diálogo entre o Governo e o setor deverá dar ênfase a dois aspectos importantes do fortalecimento da empresa nacional. Primeiro, o problema da sua estrutura de capital, a ser atendido pela maior participação do sistema financeiro na formação real de capital das empresas, assim como pela criação de novos instrumentos que dêem maior acesso à empresa (inclusive à pequena e média empresa) ao mercado de capitais, para reduzir o seu grau de endividamento. Em seguida, a necessidade de modernização de seus métodos de gestão e controle (ou seja, o "management", complemento essencial da modernização tecnológica), pela profissionalização da administração das empresas, separando-se a função do empresário da função do administrador executivo; pela criação de "controladorias" junto à direção das empresas, não para fins legais ou contábeis, mas para efeito de avaliação dos resultados e racionalização integrada dos diferentes departamentos; pela criação de organismo, preferentemente sob a responsabilidade do setor privado, que promova, sis-

temáticamente, seminários para empresários e executivos, sobre inovações em matéria de "management", para absorção por grandes e pequenas empresas.

Senhores Delegados

O Brasil deverá em 1974, estar com o seu Produto Interno Bruto na ordem de Cr\$ 280 bilhões (a preços de 1971), correspondente a cerca de US\$ 54 bilhões, representando uma renda *per capita* de pelo menos US\$ 520. O crescimento esperado do comércio, nos próximos anos, é de pelo menos 8 a 9% ao ano.

No dinamismo revelado pela economia brasileira recentemente, o país cresceu extraordinariamente para dentro de si próprio e cresceu também pela maior integração na economia internacional. A nação pode, hoje, olhar para o futuro com mais confiança do que em qualquer fase anterior de sua história. Em razão, principalmente, do seu sucesso no campo econômico e social, observa-se, entre líderes políticos de outros países e, notadamente, entre os grandes investidores internacionais, a descoberta de algo novo em torno do Brasil.

Esse algo novo constitui, essencialmente, um desenvolvimento autêntico e bem sucedido. Está, agora, o país em condições de passar dos estágios, já alcançados, de reconstrução e de expansão acelerada, para o da criação do modelo brasileiro de desenvolvimento, significando a maneira brasileira de organizar o Estado e montar as instituições, para construir, no Brasil, a nação desenvolvida, com preservação dos valores humanos e culturais que identificam o caráter nacional brasileiro. Esse o objetivo a que todos devemos servir, Governo e empresários, como tarefa maior da Revolução.

**COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA
INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1970/73)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Moacyr Barcellos Potyguara
Diretor-Secretário — Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Diretor-Administrativo — Cel Art Osmany Maciel Pillar

CONSELHEIROS

Gen Bda Arnaldo José Luiz Calderari
Cel Cav Ivan Lauriodó de Santana

CONSELHO FISCAL

Cel Cav Heitor Luiz Gomes de Almeida
Ten Cel Cav Cezar Marques da Rocha
Ten Cel Cav Jerônimo Machado Fonseca

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Redatores: Cel Cav João Severiano da Fonseca Hermes Neto
Cel Cav Demócrito Corrêa Cunha
Ten Cel Cav Nilson Ferreira de Mello
Ten Cel Inf Adel Alves Cardozo
Ten Cel Inf Euromy da Paixão Dias Telles Pires

**"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o perigo comunista ao
umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito
de cada cidadão."**